



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Revista de Estudos Demográficos nº 49

Edição 2011

FICHA TÉCNICA:

Título

Revista de Estudos Demográficos nº 49

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

350 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal nº: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 8,00 (IVA incluído)

DIRECÇÃO EDITORIAL:

Editora Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Centro de Estudos da População,
Economia e Sociedade (CEPESE), Porto

Jorge Arroiteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
(ISCTE), Lisboa

Leston Bandeira - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e
Emprego (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2011 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística.

Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.

 Apoio | ao cliente

808 201 808

Apresentação

O presente número temático da Revista de Estudos Demográficos é dedicado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, composta por 8 Estados Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-leste com realidades demográficas bem diferentes.

Obviamente que os temas tratados, neste número, não esgotam os assuntos de interesse. Deseja-se, nesse sentido, que seja o início de uma colaboração que se estenda a outros estados da CPLP e se afirme no futuro. A RED seria uma oportunidade para divulgar os resultados do impulso demográfico registado recentemente nos estados membros com a realização de Recenseamentos Gerais da População e Inquéritos demográficos, dando a conhecer as características demográficas da CPLP enquanto comunidade e a individualidade de cada país que integra.

O presente número da RED inicia-se com uma análise sobre a transição demográfica em Moçambique comparando-a com a registada a nível mundial e em alguns países africanos. Segue-se uma abordagem entre o crescimento populacional e desenvolvimento económico igualmente referente a Moçambique, a qual é inserida no contexto do ritmo de crescimento da população africana, em particular na África sub – Sariana. Apresenta-se uma análise sobre o crescimento da população em Angola, particularizando a cidade de Luanda, que ressalta a escassez da informação demográfica sobre este país, e as tendências futuras da evolução da sua população, com base nas fontes disponíveis. Finalmente, divulga-se um artigo que trata a importância dos fluxos migratórios internacionais no Brasil entre Portugal e o Brasil e procura traçar o perfil do emigrante brasileiro retornado.

Todos os artigos mantêm a ortografia dos textos originais entregues pelos autores.

Os nossos agradecimentos endereçam-se aos autores dos artigos que integram este número da revista, e estendem-se aos membros do Conselho Editorial que conosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

Junho 2011

Índice

Artigo 1º

- A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique** 5
Incipient Nature of the Demographic Transition in Mozambique

Autor: António Alberto da Silva Francisco

Artigo 2º

- Comportamento Demográfico e desafios de Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique** 37
Demographic behaviour and socio-economic development challenges in Mozambique

Autores: Carlos Arnaldo / Ramos Muanamoha

Artigo 3º

- Crescimento da População em Angola: “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”** 53
The population growth in Angola: “A glance at Luanda situation and population dynamic”

Autor: João Baptista LUKOMBO Nzatuzola

Artigo 4º

- O fenómeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial** 69
The International Return Migration as Phenomenon of the International Crisis

Autores: Duval Fernandes / Carolina Nunan / Margareth Carvalho

- Lista de artigos divulgados nos números 32 a 48 da Revista de Estudos Demográficos** 99



A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique

Autor: António Alberto da Silva Francisco

Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, Director de investigação do IESE, doutorado em Demografia pela Universidade Nacional da Austrália (1997) e Licenciado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (1987).

antonio.francisco@iese.ac.mz

Resumo:

No último século, a população de Moçambique tem vivido uma transformação silenciosa sem precedentes na história de sua evolução. Uma transformação que poderia ser chamada de “revolução demográfica”, se não fosse ainda tão incipiente, lenta e atrasada, comparativamente à transição demográfica mundial, inclusive em metade dos países da África Austral: África do Sul, Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zimbabwe.

Palavras Chave: Transição Demográfica, Regime Demográfico Antigo, Regime Demográfico Moderno, Transição Demográfica Moçambicana, Moçambique.

The Incipient Nature of the Demographic Transition in Mozambique

Abstract

Over the last century the population of Mozambique has experienced a silent transformation with no precedent in the history of its evolution. A transformation that could be called 'demographic revolution' if it were not still so incipient, slow and delayed, compared to the global demographic transitions, including half the countries in Southern African: South Africa, Botswana, Lesotho, Mauritius, Namibia, Swaziland and Zimbabwe.

Key words: Demographic Transition, Old Demographic Regime, Modern Demographic Regime, Mozambican Demographic Transition, Mozambique.

Introdução

No último século, a população moçambicana tem vivido uma transformação silenciosa, sem precedentes na história da sua evolução. Transformação que poderia ser chamada *revolução demográfica*¹, similar à revolução demográfica global, iniciada na Europa em meados do século XVIII, e que se generalizou por todo o Mundo no Século XX, originando a chamada ‘explosão da população’. Só que em Moçambique, apesar da transição demográfica ser uma realidade, ela permanece incipiente, lenta e atrasada, comparativamente às transições demográficas mundiais, incluindo metade dos países da África Austral - África do Sul, Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Suazilândia, Zimbabwe (Francisco, 2011a; 2011b: 30-36).

De que transição ou revolução se está falando? Em que fase se encontra a transição demográfica moçambicana (TDM)? É possível saber quando iniciou e quanto tempo durará a TDM? Este artigo responde a estas questões recorrendo aos recentes estudos do autor (Francisco, 2011b, 2011c; Francisco et al., 2011). De forma resumida, o artigo mostra que Moçambique encontra-se numa fase inicial (a 2ª de cinco fases; ver Quadro 3) de uma transição fundamental do regime demográfico antigo (RDA) para um regime demográfico moderno (RDM). Uma ruptura com o regime demográfico antigo, caracterizado por elevadas taxas de mortalidade e de natalidade, baixo nível de esperança de vida, estrutura etária muito jovem e crescimento populacional moderado.

O artigo está organizado em três secções principais. A primeira secção introduz o marco conceptual da mudança do regime demográfico antigo para o regime demográfico moderno, tendo como referência principal a teoria moderna da transição demográfica. A segunda secção apresenta um breve panorama demográfico de Moçambique, focalizado na evolução do crescimento populacional, passada, presente e perspectivas futuras. A terceira secção caracteriza os componentes da transição demográfica moçambicana (TDM); sempre que oportuno, a dinâmica populacional moçambicana é comparada com os países da região da África Subsariana e do mundo em geral. A quarta e última secção contém algumas considerações finais, respondendo a questões específicas como: em que fase da transição demográfica está actualmente Moçambique? Quando começou e quanto tempo poderá durar a primeira transição demográfica moçambicana? Quais as implicações da actual fase da transição demográfica moçambicana?

1. Do Regime Demográfico Antigo à Transição Demográfica

O quadro conceptual mais apropriado para o esboço de um panorama da evolução demográfica moçambicana gira em torno do conceito ‘transição demográfica’, considerado no seu duplo sentido: teórico e empírico. Esta divisão entre teórico e empírico é de certo modo artificial, conveniente para efeitos de organização da informação, mas questionável do ponto de vista epistemológico.

Um dos problemas que o estudo da população moçambicana enfrenta é a falta de dados empíricos representativos e fidedignos, principalmente em relação ao passado remoto. Mesmo em relação ao último século, só tem sido possível reproduzir empiricamente as dinâmicas populacionais, usando dados estatísticos fragmentados e observações qualitativas antropológicas e históricas, em íntima articulação com conjecturas e pressupostos, inspirados na ciência demográfica ou em outras disciplinas sociais. Mas a própria elaboração dos dados estatísticos tem por trás de si uma elaboração teórica dos chamados indicadores demográficos, como por exemplo, esperança de vida, taxas de mortalidade, de fecundidade e de reprodução, tabelas de vida, entre outros.

Como explicam os filósofos e cientistas da teoria do conhecimento moderna, o conhecimento científico tem-se sofisticado e estruturado cada vez mais. Isto é importante, considerando que só com um conhecimento melhor estruturado se consegue entender o que é possível conhecer sobre a realidade (Deutsch, 2000; Popper, 1999). No entanto, se é verdade que ‘...nenhuma teoria conduz directamente

¹ O demógrafo e economista francês Adolphe Landry chamou-lhe mesmo Revolução Demográfica, na sua obra de 1934, mas foi o termo transição demográfica, criado pelo norte-americano, Frank Nortestein (1945), que conquistou notoriedade na literatura demográfica (Demény, 2011: 9; ver também UN, 2010b: 50).

aos factos. ...Há sempre um processo repetido de formação e teste de hipóteses...' (Wilson, 2009: 98), não é menos verdade que '...o entendimento não depende de saber muitos factos, mas de ter os conceitos, explicações e teorias correctos' (Deutsch, 2000: 1). 'Nós entendemos a estrutura da realidade somente pelo entendimento das teorias que a explicam. E como elas explicam mais do que percebemos imediatamente, podemos entender mais do que percebemos imediatamente que entendemos' (Deutsch, 2000: 9)

Esta perspectiva epistemológica da ciência é útil para o reconhecimento da diferença subtil entre entendimento e mero conhecimento da realidade em geral, e da realidade demográfica, em particular. Enquanto o conhecimento assenta na descrição e previsão, o entendimento pressupõe explicação. Em outras palavras, enquanto o conhecimento lida com 'o que', 'onde' e 'quando', o entendimento lida mais com questões sobre 'por que' e 'como' (Deutsch, 2000: 8).

A implicação da distinção entre conhecimento e entendimento é que ser capaz de descrever e prever fenómenos e processos não é necessariamente suficiente para os entender. Através de descrições e previsões consegue-se conhecer coisas, incluindo os processos sociais; por exemplo, custo de vida, mudanças económicas e pobreza. Mas para se entender as causas das coisas e dos acontecimentos ou factos, sobretudo as causas das mudanças na estrutura, dinâmica e mecanismos da reprodução demográfica ou da produção económica, é preciso recorrer a abordagens e modelos explicativos. Mesmo que fosse possível criar uma super-base de informação e de dados estatísticos, não existe maneira de se entender a estrutura da realidade, natural ou social, se não for pelo entendimento das teorias que a explicam (Deutsch, 2008; Francisco e Ali, 2008: 1).

1.1. Marco Conceptual: Teoria e Observação Empírica

O termo 'transição demográfica' é geralmente usado na literatura demográfica em dois sentidos, como se refere acima, convenientes mas questionáveis: empírico e teórico. Como descrição empírica da mudança demográfica, ao longo tempo, o modelo da transição demográfica teve seu esboço interpretativo preliminar em 1929, no artigo do demógrafo americano Warren Thompson intitulado 'Population'.

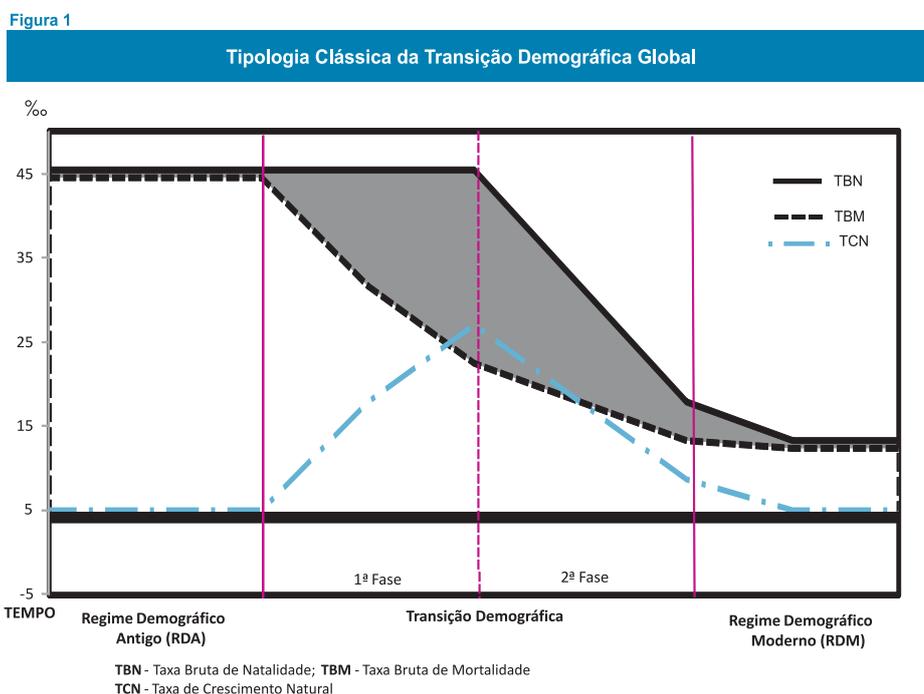
Recorrendo a dados de nascimentos, óbitos e crescimento natural, Thompson identificou três tipos de países no mundo, no que se refere ao crescimento populacional e às tendências dos componentes de mudança demográfica: (A) Países com rápida diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade, em que as taxas de crescimento natural conduziam rapidamente para uma população estacionária ou em diminuição, por causa da prática generalizada do controlo reprodutivo (países da Europa Ocidental e países de outros continentes ocupados por emigrantes europeus); (B) Países com taxas de natalidade a tender para o controlo, mas bastante lentamente (Itália, Espanha e populações da Europa Central); (C) Países com taxas de natalidade e de mortalidade submetidas ao mínimo controlo voluntário e 'controlos positivos' (e.g. doença, fome, guerra, etc.) que determinam o crescimento da população (Rússia, Japão e Índia e maior parte da Ásia, África e América do Sul) (Thompson, 1929: 959, 961-962). Thompson previu que a rapidez de diminuição da taxa de natalidade no grupo B iria depender da velocidade da sua industrialização, enquanto no grupo C o crescimento populacional poderia decorrer na razão inversa da gravidade dos controlos positivos, nomeadamente: fome, doença, guerra e eventuais costumes propensos a agravar a mortalidade (Thompson, 1929: 970-972).

Todavia, o termo 'transição demográfica' viria a ser usado pela primeira vez pelo demógrafo Frank Notestein (1945, McNamara, 1982: 146), quando se referiu ao processo histórico de mudanças observadas nas populações humanas, de um regime demográfico de elevadas taxas vitais (elevada mortalidade e elevada natalidade) para um regime caracterizado por baixas taxas vitais. É este

processo de transição de um equilíbrio sustentável do regime demográfico antigo (RDA) para um novo equilíbrio do regime demográfico moderno (RDM) que passou a designar-se por 'transição demográfica'.

A Figura 1 apresenta o modelo do processo histórico da transição demográfica global, segundo a representação clássica estilizada da transição demográfica, em quatro fases principais: Fase 1: Taxas de mortalidade e natalidade muito elevadas, resultando num acréscimo populacional muito pequeno; Fase 2 – Mortalidade inicia descida, mas a natalidade não acompanha essa tendência, causando rápido crescimento populacional; Fase 3 - Queda da taxa de natalidade, resultando num crescimento vegetativo inferior ao da fase 2; Fase 4 – taxas de natalidade e mortalidade voltam a estabilizar, mas com níveis baixos, gerando um crescimento populacional novamente pequeno (Bongaarts and Watkins, 1996; Davis, 1963; Kirk, 1996; Johnson-Hanks, 2010; Livi-Bacci, 1992; Malmberg, 2008; Malmberg & Somestad, 2000)².

Na literatura o termo 'transição demográfica' também tem sido usado para referir o conjunto de teorias de transição demográfica, sobre a causalidade, determinantes e mecanismos de mudanças demográficas (Caldwell, 1976, 1980, 2001; Davis, 1963; Kirk, 1996; Notestein, 1945; Mulder, 1998; Johnson-Hanks, 2010: 302; Reher, 2004). Na segunda metade do século XX, o modelo da transição demográfica, tal como é representado na Figura 1, suscitou inúmeras controvérsias, incluindo avaliações sérias e preocupadas em aperfeiçoar a teoria para que produza e melhor conhecimento e entendimento (Brown et al., 1999; Caldwell, 1976, 2001, 2004; Cleland and Wilson, 1987; Dyson, 2010; ECA, 2001; Francisco, 1996: 214-223; Lesthaeghe, 1989; Greenhalgh, 1995; Kent, 2004; Knodel and van de Walle, 1979; Mason, 1997; Szreter, 1993; Watkins, 1987), mas também avaliações extremamente críticas e por vezes nada simpáticas (Abernethy, 1995; Campbell, 2007; Friedlander et al., 1999; Livi-Bacci, citado por Coale, 1994).



² Ainda que o modelo estilizado da transição demográfica global (TDG) da Figura 1 tenha um propósito meramente ilustrativo, a sua elaboração no layout da RED requereu alguns pressupostos, sobre os anos correspondentes a cada uma das fases e cada um dos regimes. Para tal foram usados dados empíricos e pressupostos que vale a pena partilhar. Assumiu-se: 1) O Regime Demográfico Antigo decorreu até 1800, ano assumido como início da TDG; 2) 1ª Fase da Transição Demográfica (TD) (1800-1950); 2ª Fase da TD (1950-1990); 3) Regime Demográfico Moderno (1990-2010).

À medida que o tempo vai avançando, tanto a teoria como o modelo empírico da transição demográfica, têm sobrevivido aos questionamentos críticos, inspirando novos alentos e crescente reconhecimento intelectual. Isto deve-se à generalização da queda profunda na fecundidade em todo o mundo, razão pela qual Reher defendeu num artigo de 2004 ser cada vez mais importante entender a transição demográfica como um processo global. Embora essa universalidade tenha sido a pedra angular das teorias clássicas de transição, durante muitas décadas ela foi amplamente negligenciada pelos especialistas, porque a fecundidade no mundo subdesenvolvido parecia não seguir o padrão anunciado nos países mais avançados (Reher, 2004: 19).

Quando se comparam as experiências de transição demográfica iniciais com as experiências mais recentes, importantes semelhanças e diferenças são identificadas. Em toda parte o declínio da mortalidade parece ter desempenhado um papel central para a queda da fecundidade (Reher, 2004: 19). No entanto, as diferenças no tempo de resposta da fecundidade ao declínio da mortalidade, com pequenos hiatos historicamente mas intervalos mais prolongados nas transições recentes, associado ao declínio muito mais rápido das taxas vitais nos países subdesenvolvidos, constituem importantes desafios para qualquer explicação geral dos processos de transição demográfica. A consequência disto poderá ser uma menor capacidade e possibilidade dos países recém-chegados à transição demográfica global, quando se trata de tirar proveito dos dividendos dessa transição para a modernização social e económica das sociedades (Demeny, 2011; Johnson-Hanks, 2010: 308-310; Malmberg, 2008: 32-34; Malmberg & Sommestad, 2000; Reher, 2004; Shapiro, 2010: 73-125).

1.2. Teoria Moderna da Transição Demográfica e Ciclo da Vida

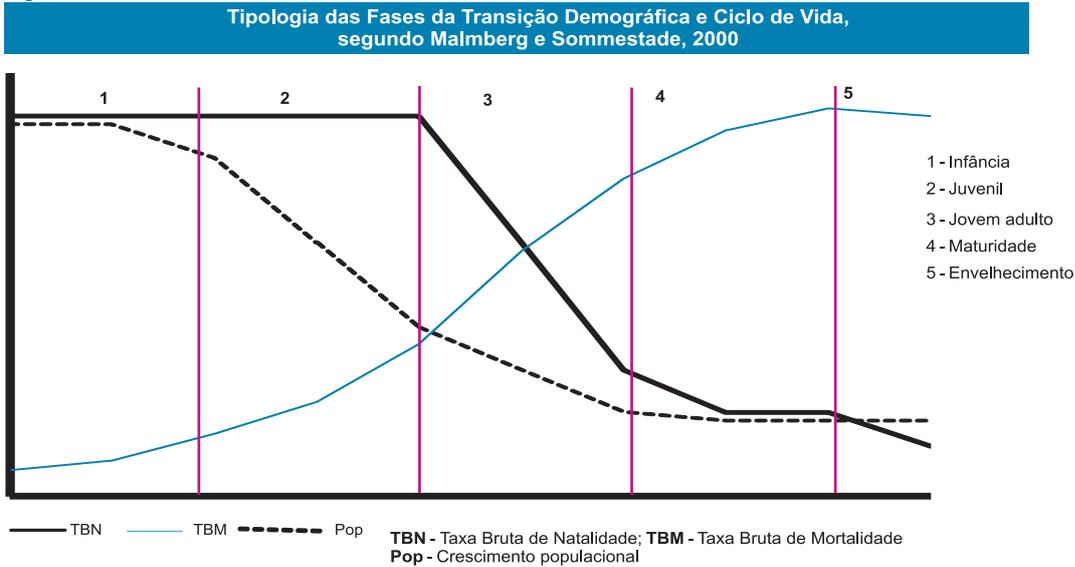
No passado, os estudiosos da demografia concentraram sua atenção principalmente no crescimento bruto da população. O modelo clássico da transição demográfica foi formulado em torno das taxas (brutas) de mortalidade e de natalidade, focalizado no impacto da taxa de crescimento populacional. O impacto da transição demográfica na estrutura etária das populações mereceu limitada atenção dos demógrafos e outros especialistas; uma atenção centrada nas suas consequências para a estrutura da procura da população economicamente activa, força de trabalho e envelhecimento populacional. Poucos foram os estudiosos que procuraram ligar, de forma sistemática e elaborada, as mudanças na estrutura etária com as fases da transição demográfica (Hugh, 2008; Malmberg and Sommestad, 2000). Uma das excepções, digna de referência, é o contributo do demógrafo sueco Bo Malmberg e seus colegas, propondo uma tipologia da transição demográfica, articulada com as principais fases do ciclo da vida: infância, adolescência, maturidade e velhice. (Hugh, 2008; Malmberg and Sommestad, 2000: 3).

A abordagem de Malmberg evidencia o facto da transição demográfica na estrutura etária ser mais duradoura do que no crescimento populacional, passando por quatro fases distintas, cada uma delas marcada pelo aumento de um certo grupo etário. Primeiro surge a fase da criança (infância); segue-se a fase juvenil, depois a fase da maturidade e, por último, a fase de envelhecimento (Malmberg and Sommestad, 2000: 3; Malmberg and Lindh, 2004; Malmberg, 2008).

A Figura 2 apresenta a representação gráfica das quatro fases clássicas, acrescida de uma nova, correspondente à quinta fase, segundo certos autores, ou à segunda transição demográfica, de acordo com outros (Coleman, 2006; Lesthaeghe and Neidet, 2006; Lesthaeghe, 2010; Kent, 2004): Fase 1: Pré-transição (infância), caracterizada por elevadas taxas vitais, resultando num crescimento vegetativo populacional muito baixo; Fase 2: Primeira fase da transição (adolescência), geralmente iniciada com a queda das taxas de mortalidade; ou seja com o início da transição da mortalidade, enquanto a natalidade permanece estacionária; Fase 3: Início da transição da fecundidade (juventude), resultando numa aceleração do crescimento vegetativo; Fase 4: (maturidade) Período de consolidação da queda da TBM e da TBN, a ritmos diferentes, em que as taxas vitais voltam a estabilizar, encontrando um novo equilíbrio, gerando um crescimento populacional novamente baixo; abrange países com taxas de fecundidade abaixo do nível de substituição (2,1 filhos); Fase 5: Fase do envelhecimento³.

³ À semelhança da Figura 1 também na Figura 2 a tipologia moderna da TD assenta em alguns pressupostos e dados empíricos, relativos aos anos correspondentes a cada um dos regimes e cada uma das fases. Assumiu-se para os períodos dos regimes e duas transições: Regime Demográfico Antigo (1500-1820); 1ª Transição Demográfica (1820-1990); Regime Demográfico Moderno (1990-2010); 2ª Transição Demográfica (1990-2010). Para as datas das cinco fases: 1- Infância (1500-1820); 2- Juvenil (1820-1990); 3- Jovem adulto (1900-1975); 4- Maturidade (1975-1990); Envelhecimento (1990-2010).

Figura 2



Fonte: Maddison, 2006, 2010; Adaptação de www.youtube.com/watch?v=0dK3mL35nkk&feature=player_embedded

A tipologia ilustrada na Figura 2 é usada por Francisco (2011b: 47-50), se bem que ainda de forma breve, quando esboça algumas considerações sobre a fase em que Moçambique se encontra actualmente, no quadro das fases de transição demográfica, em ligação com as cinco fases do ciclo de vida.

2. Breve Panorama Demográfico da População Moçambicana

À medida que o tempo vai passando, os antecedentes remotos perdem-se no tempo, dando a ideia que as retrospectivas de longo prazo são de pouca utilidade. No entanto, para se perceber a relevância do actual crescimento populacional em Moçambique, principalmente a aceleração da taxa de crescimento demográfico, no último meio século, é importante inserir este último período no contexto mais amplo da trajectória evolutiva populacional de mais longa duração, tanto mundial como africana.

2.1. Crescimento Populacional: Passado, Presente e Futuro

O Quadro 1 sumariza dados da evolução de longa duração da população moçambicana, em comparação com a população do Mundo e do Continente Africano (INE, 2010a; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010a). Segundo as estimativas de Maddison (2006: 30; 2010), no 1º Milénio da nossa era, a população global cresceu lentamente. No início do 1º Milénio, a população mundial rondava 230 milhões de pessoas, tendo aumentado apenas um sexto (17%), até ao fim do Milénio. No mesmo período, a população de África (incluindo 57 países) aumentou de 17 milhões para 32 milhões de pessoas, entre o início e o fim do 1º Milénio. No espaço geográfico correspondente ao território actualmente conhecido como Moçambique, no início do 1º Milénio a população rondava 50 mil habitantes, tendo multiplicado pelo menos seis vezes mais (300 000 pessoas), até ao final do Milénio.

Quadro 1

Evolução da População em Moçambique, África e no Mundo						
Momento Histórico	Ano	Moçambique	África	População Mundial	Moçambique em Percentagem	
		(Milhares Habitantes)			de África	do Mundo
Século I	1	50	17 000	225 820	0,29%	0,02%
Século X	1000	300	32 300	267 330	0,93%	0,11%
Século XV	1500	1 000	46 610	438 428	2,15%	0,23%
Século XVI	1600	1 250	55 320	556 148	2,26%	0,22%
Século XVII	1700	1 500	61 080	603 490	2,46%	0,25%
Século XIX	1820	2 096	74 236	1 041 720	2,82%	0,20%
• Nascimento de Moçambique (como Estado moderno - colonial)	1890	3 775	103 060	1 323 022	3,66%	0,29%
Século XX						
• Início do sec. XX	1900	4 106	110 000	1 563 464	3,73%	0,26%
	1950	6 250	227 939	2 525 501	2,74%	0,25%
• Independência - Estado Soberano	1975	10 433	416 226	4 064 231	2,51%	0,26%
• 2ª República pós-independência	1990	12 656	633 216	5 256 680	2,00%	0,24%
Século XXI						
• Primeira década do sec. XXI	2007	19 952	952 787	6 570 525	2,09%	0,30%
População Projectada (*)	2010	23 406	1 033 043	6 908 688	2,27%	0,34%
População Projectada (*)	2020	28 545	1 276 369	7 674 833	2,24%	0,37%
População Projectada (*)	2030	33 894	1 524 187	8 308 895	2,22%	0,41%
População Projectada (*)	2050	44 148	1 998 466	9 149 984	2,21%	0,48%

(*) Projecção ajustada com variante média da ONU 2008

Fonte: INE, 1999a; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010a.

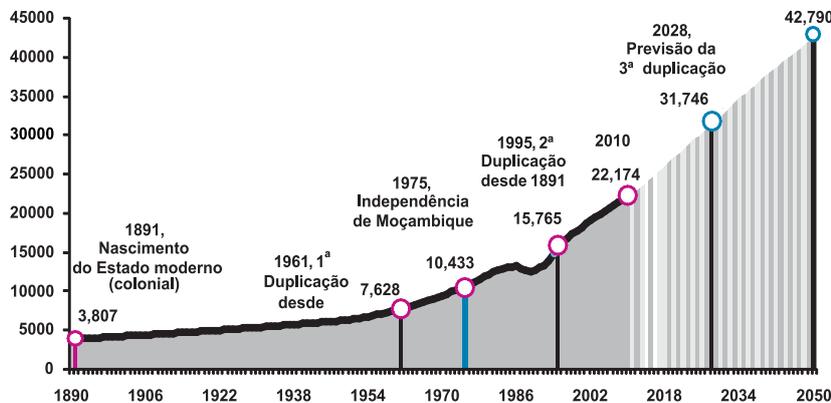
À semelhança do que tem acontecido com a população mundial (Caldwell, 2004; Demeny and McNicoll, 2006; ECA, 2001; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010a), a população moçambicana tem vivido importantes mudanças demográficas, ao longo dos séculos passados. Uma das evidências mais visíveis de tais mudanças, observada no último meio século, é o rápido aumento da população.

No 2º Milénio, registou-se uma visível aceleração do crescimento populacional, tanto a nível mundial e africano como também moçambicano. A população mundial aumentou 22 vezes mais, enquanto em África aumentou 25 vezes e em Moçambique 59 vezes. No ano 1500 a população de Moçambique teria atingido um milhão de habitantes; em 1820, ultrapassou os dois milhões de pessoas. Por volta de 1891, ano do nascimento do Estado moderno em Moçambique, o total da população rondava os 3,8 milhões de habitantes⁴.

A Figura 3 resume a evolução da população de Moçambique nos últimos 120 anos e apresenta uma projecção do crescimento nos próximos 40 anos, segundo os dados da variante média da divisão de população da Organização das Nações Unidas (ONU) (UN, 2010a). O ano 1891 é escolhido como referência inicial, na Figura 3, por ser a data histórica em que a configuração geográfica e fronteiras, incluindo a longa costa do Oceano Índico, demarcada através do Tratado entre Portugal e Inglaterra, passou a ser conhecido por Moçambique (Newitt, 1997: 291-342; Pélissier, 2000: 144). Tal acontecimento histórico deu origem ao nascimento de Moçambique como Estado moderno⁵. A delimitação fronteiriça de Moçambique passou a fornecer o enquadramento estruturante em múltiplos sentidos (demográfico, social, económico, político e cultural), com implicações para a delimitação do tamanho, estrutura e dinâmica populacional, bem como distribuição geográfica, movimentos migratórios e urbanização, entre outros.

Figura 3

Evolução e Projecção da População, Moçambique (milhares de habitantes), 1890-2050



Fonte: Maddison, 2006; 2010; Projecção mediana UN, 2010a

⁴ Reagindo a estas estimativas, apresentadas no Ideias 28 (Francisco, 2010b), o historiador Gerhard Liesegang colocou ao autor dúvidas sobre a estimativa do tamanho da população no início do século XX. Segundo as evidências históricas reunidas por Liesegang, em 1900 a população moçambicana deveria rondar apenas três milhões de habitantes; ou seja, menos oitocentos mil do que é indicado no Quadro 1, para o ano 1891. O volume 3 do Manual História de Moçambique faz referência ao mesmo valor (três milhões) indicado para 1990, por Liesegang, adiantando que em 1930 a população atingiu 4,2 milhões (Hedge, 1999: 8). Se esta hipótese corresponder aos factos, a correcção das estimativas permite adicionar uma nova hipótese sobre o ritmo da aceleração da taxa de crescimento populacional, entre 1990 e 1950. Em vez de uma taxa de crescimento médio anual de 0,84%, no período 1900-1950, a taxa seria 1,57%, correspondente a 1,13%, entre 1990 e 1930, e 2,01%, entre 1930 e 1950. Não foi possível ter acesso a fontes mais específicas que fundamentem esta hipótese, mas não deixa de ser uma hipótese interessante, visto colocar a possibilidade do início da transição da mortalidade ter ocorrido algumas décadas antes de meados do século XX.

⁵ Um Estado de natureza colonial, nos 84 anos decorrentes até à Independência em 1975, e Estado Soberano, nos últimos 35 anos, convertido desde meados da década de 1980, segundo Francisco (2010a: 37-95) num "Estado Falido mas não Falhado".

2.2. Duas duplicações populacionais em 100 anos e a terceira a caminho

Desde 1891 até 2010, a população moçambicana aumentou, de aproximadamente 3,8 milhões para 22,2 milhões habitantes. Um aumento populacional de quase seis vezes mais, num período de 120 anos, resultando num incremento de 18,4 milhões de pessoas (Figura 3).

A primeira duplicação populacional poderá ter ocorrido no início da década de 1960, ao totalizar 7,6 milhões habitantes em 1961. A segunda duplicação terá acontecido por volta de 1995, ao atingir 15,8 milhões de habitantes. De acordo com as tendências do crescimento recentes, a terceira duplicação poderá acontecer por volta do ano 2028, ano em que se espera atingir 32 milhões de habitantes. Significa assim, que nos 35 anos de Independência de Moçambique, a população duplicou (INE, 1999a, 1999b, 2010a; Maddison, 2010; UN, 2010a).

Desta breve retrospectiva, sobressaem aspectos dignos de realce, relativos à variação do crescimento populacional, em termos absolutos e relativos. A população total aumentou mais 10 vezes, em cerca de dois séculos, mas metade deste aumento ocorreu nos últimos 35 anos (apenas um quinto do período). Neste período, observou-se uma aceleração da taxa de crescimento demográfico. Foram precisos 70 anos para que a população duplicasse, entre 1891 e 1961, resultando num acréscimo absoluto de 6,6 milhões de pessoas. Porém, a segunda duplicação, entre 1961 e 1995, precisou apenas 34 anos, resultando num acréscimo absoluto maior do que o da duplicação anterior (8,2 milhões de pessoas).

Se as projecções da variante média da divisão populacional da ONU (UN, 2010a) se confirmarem, até ao fim da corrente década, a população de Moçambique registará um aumento absoluto de cinco milhões de pessoas. Este acréscimo populacional equivale ao total das populações de três países da África Austral, projectadas para 2020: Botswana (2,2 milhões), Maurícias (1,4 milhões) e Suazilândia (1,4 milhões) (UN, 2010a; PNUD, 2009). A diferença, contudo, é que estes três países vizinhos são mais desenvolvidos do que Moçambique, em termos de desenvolvimento humano, económico, demográfico, entre outros aspectos (Francisco, 2010b).

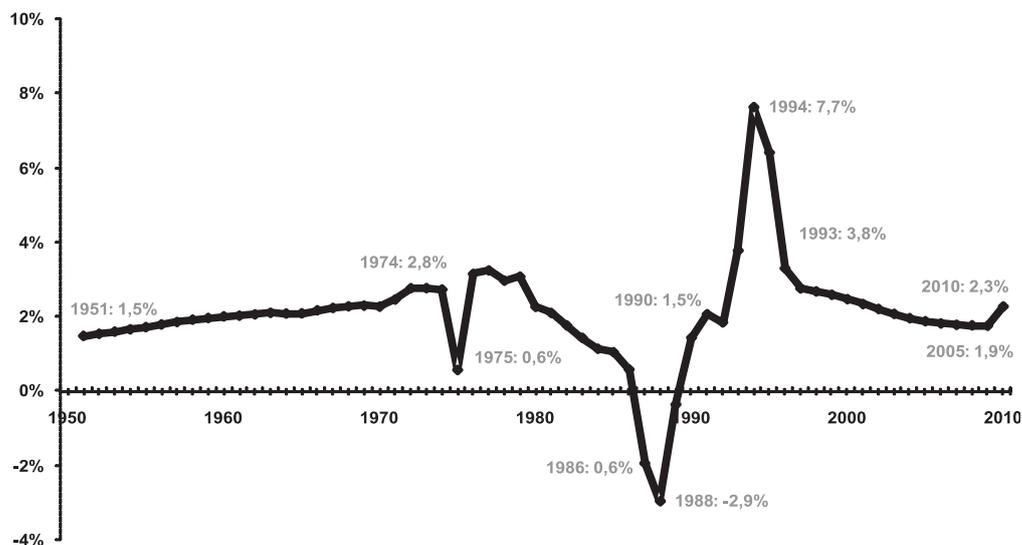
A evolução futura do tamanho populacional dependerá da variação das taxas vitais e da estrutura etária, nomeadamente da taxa de natalidade associada ao nível de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva. As projecções da ONU (2008) assumem uma redução progressiva da fecundidade, tanto no mundo em geral como em Moçambique.

A variação relativa do crescimento populacional também evidencia uma aceleração, a partir da segunda metade do Século XX. Até meados do século XX, a taxa média anual do crescimento da população foi inferior a 1% (0,87%, no período 1891-1950), mas no último meio século, registou uma aceleração persistente para níveis superiores a 2% ao ano (Francisco, 2010b, 2011b: 21).

Em alguns períodos a aceleração da taxa de crescimento populacional sofreu quebras substanciais, como ilustra a Figura 4. Tais quebras poderão ter sido causadas por mudanças mais conjunturais (e.g. políticas e sociais) do que estruturais (e.g. principalmente demográficas). Entre 1974 e 1975, a taxa média anual desceu de 2,8% para 0,6%, respectivamente, mas retomou níveis superiores a 2%, no período 1975-1981. A partir de 1981 registou-se outra quebra brusca, atingindo níveis negativos, com o pico mais baixo (-2,9%), em 1988. A partir de 1991, observou-se a reposição dos níveis elevados, com um pico excepcional em 1994, atingindo um crescimento anual de 7,7%.

Figura 4

Variação da Taxa Média Anual de Crescimento Populacional, Moçambique 1950-2010



Fonte: Maddison, 2010; UN, 2010a

As evidências disponíveis sugerem que as variações bruscas no crescimento populacional, nos períodos acima referidos (Figura 4), foram causadas mais por mudanças políticas e económicas conjunturais, do que mudanças estruturais da composição populacional. Foi um período marcado por políticas governamentais radicais, implementadas logo após a Independência política de Moçambique, em 1975, pelo partido político (Frelimo) que passou a controlar o Estado Soberano e grande parte da sociedade moçambicana (Newitt, 1997; Francisco, 2009, 2010a).

Eventualmente, as políticas e mudanças socioeconómicas implementadas na primeira década de independência, agravadas pela guerra civil que assolou o país até 1992, acabariam por produzir efeitos profundos nos componentes de mudança da sociedade em geral. Tais efeitos evidenciaram-se de imediato e de forma visível, na economia nacional, e na capacidade produtiva, em particular. A composição e dinâmica demográfica, bem como o comportamento reprodutivo populacional, certamente foram também influenciados pelas mudanças económicas, políticas e sociais radicais, implementadas pelo Estado Soberano. Porém, como mostra Francisco em trabalhos recentes (Francisco, 2010a, 2011b, 2011c; Francisco et al., 2011), a amplitude e profundidade das mudanças demográficas não são comparáveis às mudanças políticas e económicas, porque a composição e estrutura etária da população envolve dinâmicas, inter-geracionais e entre os sexos, com ritmos próprios e características diferentes dos processos políticos e económicos.

Recentemente, o Continente Africano registou a passagem da barreira de mil milhões de pessoas, prevendo-se que volte a duplicar por volta do ano 2050. Em Moçambique, se a terceira duplicação populacional, desde 1891, ocorrer por volta de 2028, significa que o ritmo de crescimento demográfico acelerado manter-se-á, tal como na duplicação anterior, com uma duração rondando os 33 anos.

Até ao fim da corrente década, Moçambique deverá registar um acréscimo, em termos absolutos, de 5 milhões de pessoas. A variação no tamanho da população futura dependerá principalmente da forma como as taxas vitais irão evoluir, nomeadamente a taxa de natalidade associada ou nível de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva. As projecções da ONU (2008) assumem uma redução progressiva da fecundidade, tanto no mundo em geral como em Moçambique, com uma diferença importante. A nível mundial o crescimento populacional deverá estabilizar por volta do ano 2040, em torno do nível de substituição demográfica, resultando num crescimento populacional nulo (assumindo uma mortalidade baixa e constante e a migração zero). Por seu turno, em Moçambique a população continuará a crescer, em toda a primeira metade do corrente Século XXI, não se sabendo quando poderá estabilizar.

3. Transição Demográfica Moçambicana: Incipiente, Lenta e Tardia

A principal questão demográfica em Moçambique, na actualidade, não é tanto se a transição demográfica moçambicana irá progredir, mas sim, em que fase específica se encontra actualmente? A que ritmo poderá a transição da mortalidade prosseguir, na década 2010-2020? E o que realmente está a acontecer à fecundidade, tendo em conta as mais recentes indicações de que a taxa de fecundidade não diminuiu ao ritmo previsto nas projecções de 1999 do INE (1999a, 1999b)?

O INE estimou a taxa de fecundidade total (TFT), número médio de filhos que uma mulher tem na sua vida reprodutiva (15-49 anos), em 5,9 filhos, referente a 1997, prevendo uma diminuição para 5,3 filhos, no período 2005-2010. No entanto, de acordo com a mais recente avaliação, baseada no Censo populacional 2007, e as projecções da população para o período 2007-2040, a fecundidade atingiu os 5,7 filhos por mulher em 2007. Não será que esta ligeira diminuição da TFT, de 5,9 para 5,7 filhos⁶, em dez anos, permite reforçar as indicações anteriores de que a transição da fecundidade moçambicana encontra-se estagnada, ou mesmo em risco de regredir?

3.1. O que Explica o Elevado Crescimento Populacional Moçambicano?

Para o senso comum, o rápido crescimento populacional no último meio século, ilustrado na Figura 3, é de algum modo contra-intuitivo e intrigante. No quotidiano, as pessoas sentem a adversidade da vida, na luta pela sua sobrevivência. Muitas pessoas ainda se lembram da massiva deslocação populacional e óbitos, causados pela guerra civil e por outras calamidades económicas (e.g. destruição da economia rural, fome,) e ambientais (e.g. seca, cheias).

Perante isto, o senso comum questiona-se sobre as possíveis causas de um crescimento população rápido e vigoroso, no último meio século, quando as adversidades registadas fariam pensar que a população registasse uma forte diminuição da qual dificilmente recuperaria. Sabendo que em períodos anteriores à guerra civil também se registaram calamidades naturais, conflitos militares e outros factores de vulnerabilidade diversos, em que difere a aceleração do crescimento populacional mais recente, da evolução demográfica mais remota? Será que o fenómeno do rápido crescimento demográfico resulta de mudanças substantivas e estruturais, em vez de conjunturais e esporádicas, nos mecanismos de reprodução humana?

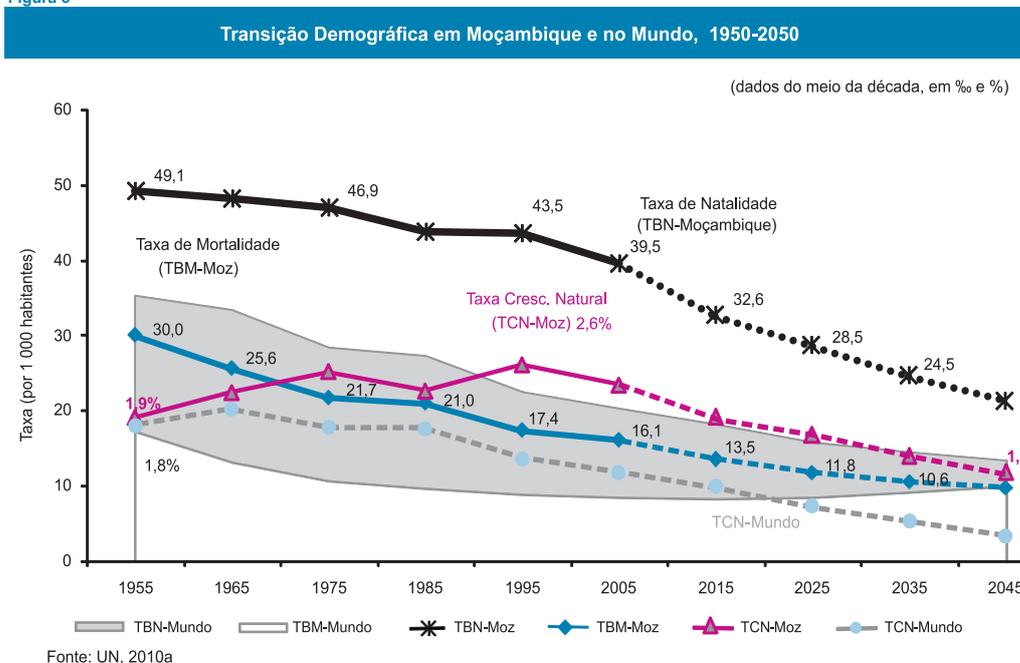
A resposta às questões anteriores foi acima adiantada, quando se referiu a ruptura do antigo regime demográfico em Moçambique. Uma resposta mais fundamentada necessita de ser elaborada, recorrendo aos modelos analíticos fornecidos pela ciência demográfica e a evidências empíricas, sempre que for possível reunir dados demográficos adequados e fidedignos. Quando se fala de ciência demográfica, implica duas coisas. Por um lado, implica ter que se recorrer ao manancial de indicadores empíricos e técnicas indirectas de estimativas das taxas vitais e mudança da estrutura etária da população. Por outro lado, como se referiu acima, implica que a interpretação e explicação das evidências empíricas disponíveis não dependem dos dados em si, mas de ter os conceitos, indicadores, modelos técnicos e explicações teóricas adequadas à realidade em estudo, neste caso sobre a população moçambicana (Davis, 1963; Kirk, 1996; Deutsch, 2000: 1; Johnson-Hanks, 2010).

⁶ De facto, se existiu uma diminuição da fecundidade de 3% na média nacional, deveu-se à diminuição da fecundidade urbana em cerca de 20%. A nível rural a fecundidade em vez de diminuir aumentou cerca de 3%, entre o Censo 1997 e o Censo 2007 (Arnaldo e Muanamoha, 2010: 10; INE, 1999a, 1999b, 2010b).

3.2. Instantâneo da Transição Demográfica em Moçambique e no Mundo

O crescimento populacional depende principalmente da mudança dos componentes fundamentais da dinâmica demográfica (óbitos e nascimentos), representados por indicadores como: taxa bruta de natalidade (TBN), taxa bruta de mortalidade (TBM) e taxa de crescimento natural ou vegetativo (TCN). A Figura 5 ilustra a tendência das taxas vitais, entre 1950 e 2005, bem como sua projecção até 2050, segundo a variante média da divisão de população da ONU (UN, 2010a).

Figura 5



Na Figura 5, a representação gráfica dos componentes de mudança (TBM, TBN e TCN) em Moçambique é representada pelas linhas contínuas, para o período 1950-2005, e pelas linhas descontínuas na projecção referente ao período 2005-2050. A mancha cinzenta representa as taxas vitais a nível mundial, permitindo evidenciar graficamente algumas semelhanças e também diferenças, nas trajectórias demográficas em Moçambique e no Mundo, respectivamente.

A principal semelhança entre a trajectória demográfica mundial e a moçambicana diz respeito ao sentido ou direcção das mudanças nas taxas vitais: redução paulatina e sustentável das taxas de mortalidade e de natalidade. A principal diferença refere-se ao início da transição, diversidade de ritmos de crescimento e duração das mudanças conducentes ao RDM.

Em meados da década de 1950, a taxa de mortalidade média mundial era de 17 óbitos por 1000 habitantes; cerca de 42% inferior à mortalidade em Moçambique, estimada em 30 óbitos por 1000 habitantes, em 1955. A taxa bruta de natalidade moçambicana rondava 50 nascimentos por 1000 habitantes, contra 36 nascimentos por 1000 habitantes a nível mundial; isto é, quase 40% superior ao nível mundial.

O saldo líquido das duas taxas vitais anteriores representava, por volta de 1955, um crescimento populacional médio anual de 1,9%, em Moçambique, contra 1,8% a nível mundial. Uma diferença que, à primeira vista, parece pequena, mas numa análise mais cuidada percebe-se que se traduziu numa divergência significativa das tendências demográficas, nas décadas seguintes. No período 1955-2005, as taxas de mortalidade diminuíram drasticamente, tanto em Moçambique (-46%) como a nível mundial (-51%). No entanto, no mesmo período, a natalidade moçambicana diminuiu muito lentamente (-20%), comparativamente à redução da natalidade mundial (-46%). Desta diferença de comportamentos dos componentes de mudança demográfica resultou que em Moçambique, a taxa de crescimento populacional acelerou de 1,8% para 2,3%, entre 1955 e 2005, enquanto no mesmo período, a população mundial registou uma diminuição do ritmo de crescimento de 1,8% para 1,2%.

Não é seguro afirmar que, ao longo da corrente década de 2010, a população moçambicana continuará a registar níveis de crescimento demográfico bastante elevados (acima de 2% por ano); ou se entrará, nos próximos tempos, numa desaceleração sustentável do crescimento populacional. Por desaceleração sustentável entende-se, neste caso, a diminuição da taxa de crescimento populacional, resultante de mudanças estruturais da composição etária e condições de reprodução da população, em vez de mudanças meramente circunstanciais ou conjunturais.

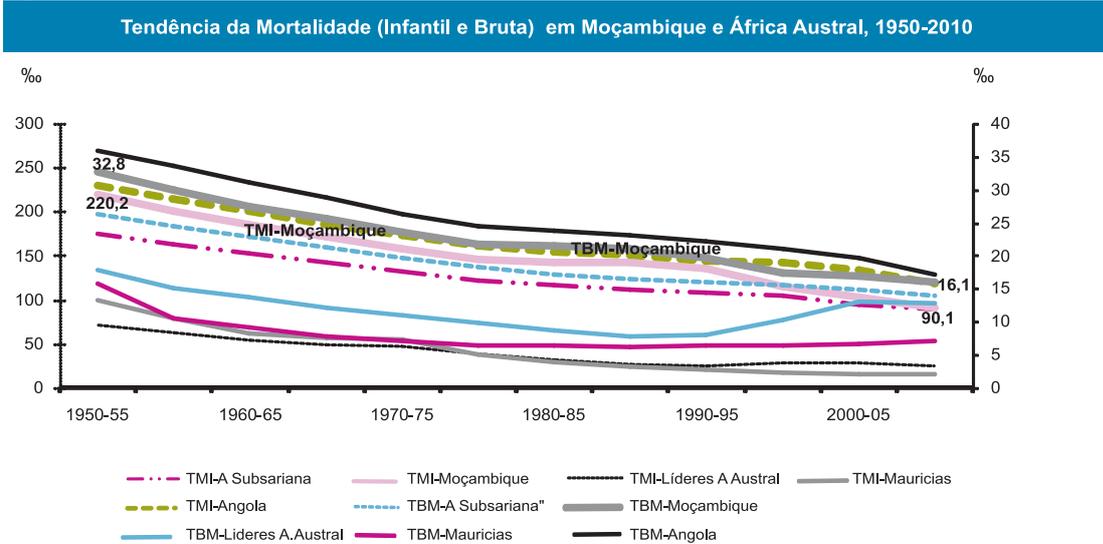
3.3. Taxas de Mortalidade: Brutas e Infanto-Juvenis

Entre as principais medidas de mortalidade, a taxa de mortalidade infantil (número de óbitos infantis por mil nascimentos) é o indicador geralmente mais utilizado na avaliação do estado de saúde de uma população⁷. Isto acontece não tanto por uma questão de conveniência técnica ou prática, mas porque a mortalidade infantil, em fases iniciais da transição demográfica, afecta decisivamente o nível de esperança de vida à nascença. A sua importância tem merecido reconhecimento acrescido, à medida que tem aumentado a compreensão do efeito que a mortalidade infanto-juvenil parece ter no comportamento da fecundidade (Cleland, 2001; ECA, 2011; Gaisie, 1989; Malmberg, 2008; Reher, 2004).

No último meio século, a taxa de mortalidade infantil (TMI) tem registado reduções significativas, tanto no mundo como em África, incluindo Moçambique. A Figura 6 mostra a evolução da mortalidade por mil nascimentos (eixo vertical da esquerda) e a taxa bruta da mortalidade por 1000 pessoas (eixo vertical da direita), para alguns países e regiões de África, no período 1950-2010. A TMI moçambicana baixou de 220 óbitos por 1000 nascimentos, em 1950-55, para pouco menos de 100 óbitos por 1000 nascimentos, em 2005-10.

⁷ Os outros dois indicadores mais comuns são a taxa bruta de mortalidade (número de óbitos por mil habitantes) e a esperança de vida (um indicador agregado do risco de morte e da probabilidade de sobrevivência em diferentes idades).

Figura 6



Esta tendência manteve-se acima da média da África Subsariana, onde a TMI reduziu de 174‰, em 1950-55, para 88,6‰ em 2005-10. A diferença é ainda mais expressiva quando a tendência da TMI moçambicana é comparada com a evolução da mortalidade infantil nos países da SADC, mais avançados na transição demográfica. O grupo de países ilustrado na Figura 6, com a designação TMI-Líderes da A. Austral, mostra uma diminuição média de 72‰ óbitos infantis, em 1950-55, para 24‰, em 2005-10. Presentemente, a mortalidade infantil em Moçambique, só é inferior a meia dúzia de países africanos (e.g. Angola, Serra Leoa, Libéria, Níger, Somália), mas em relação aos demais países africanos continua superior (UN, 2010a).

A diminuição da mortalidade infantil parece ser a principal razão da queda da taxa bruta de mortalidade (eixo vertical da direita na Figura 6), tanto em Moçambique como nos outros países e regiões da África Austral e Subsariana. A TBM em Moçambique baixou de 33‰ óbitos, em 1950-55, para 16‰ em 2005-10 (UN, 2010a). Ainda que a direcção da tendência seja similar à tendência observada nos países vizinhos de Moçambique, ela distingue-se da dos países líderes da transição demográfica, na África Austral, pela sua lentidão. A título de exemplo, em 1950-55 Maurícias tinha a mesma TBM que Moçambique tem actualmente; no mesmo período, os líderes da transição demográfica na África Austral passaram de uma mortalidade de 18‰ para 12,7‰.⁸

Segundo o Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2008 do INE (2009a), as taxas de mortalidade entre crianças têm diminuído nos últimos anos, mas a velocidade menor do que em anos anteriores. O MICS 2008 estimou a probabilidade de morrer antes do primeiro aniversário de vida (TMI) em 93 por mil nascimentos vivos, no período 2003-2008. Adianta ainda que a redução observada nas taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil (taxa de mortalidade de cinco anos) resultou da redução mais acentuada nas zonas rurais e de um declínio menor nas zonas urbanas. Os dados do MICS 2008 mostram ainda que, na última década, a taxa de mortalidade dos menores de cinco anos em áreas rurais, diminuiu quase sete pontos percentuais (de 237‰ para 162‰), enquanto a redução nas áreas urbanas rondou uma média de 1,4 pontos percentuais por ano (Figura 7).⁹

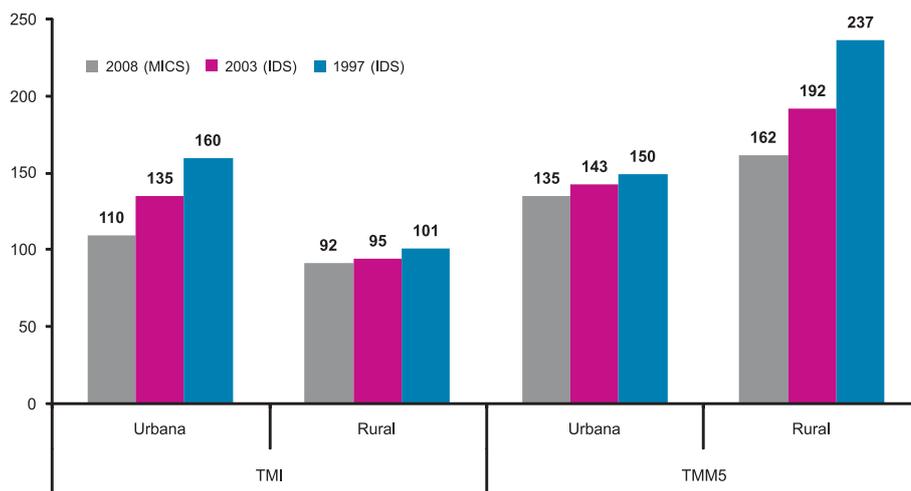
⁸ Sobre a TBM, convém chamar atenção para um certo retrocesso ou tendência negativa da mortalidade, evidenciado nos anos recentes pelos países da região da África Austral. A Figura 6 mostra que a diminuição da mortalidade total interrompeu em meados da década de 1980. Registou-se um aumento de quase 20% da TBM, entre 1985 e 2005. A mortalidade infantil também aumentou ligeiramente, mas a média geral da tendência ainda foi negativa. Este retrocesso poderá estar relacionado com o impacto da epidemia do HIV-SIDA, sobretudo em grupos de idade reprodutiva, em países como Botswana, África do Sul, Maurícias, Suazilândia e Zimbábue. Todavia, será preciso realizar análises mais detalhadas para aferir sobre o peso desta causa de mortalidade, comparativamente a outras causas. Em alguns países, nomeadamente Maurícias, parte do aumento recente da mortalidade pode estar a derivar de mudanças na estrutura demográfica, relacionadas com o envelhecimento da população. Este não é ainda o caso de Moçambique, onde as causas de morte são causas típicas de países numa fase retardada da transição demográfica (UN, 2010a; Malmberg, 2008: 13-16).

⁹ Segundo o estudo recente do INE (2009b: 6), a malária continua a ser a principal causa de morte (29%) em Moçambique, seguida em ordem decrescente pelo HIV/SIDA (27%), causas peri-natais (7%), doenças diarreicas (4%), pneumonia (4%), acidentes e outras causas externas (4%), tuberculose (3%), doenças do sistema circulatório (3%) e neoplasmas malignos (1%).

Qual tem sido o efeito retardador da lenta diminuição da mortalidade infantil, no processo e ritmo da transição demográfica? Sobre isto, não existe ainda uma avaliação quantitativa sistemática e actualizada, justificando-se uma investigação específica deste assunto. Uma investigação que ajude a responder à dúvida acima referida, para melhor se poder antecipar as possíveis mudanças dos componentes de mudança demográfica, na década 2010-20.

Figura 7

Taxas de Mortalidade Infantil (TMI, menos de um ano) e Infanto-Juvenil (TMM5, menos de cinco anos), Moçambique 1997, 2003 e 2008



Fonte: INE et al., 1997, 2003; INE, 2009a

De imediato, face aos dados acima apresentados, pelo menos dois pontos importantes relativos à transição demográfica moçambicana, merecem ser destacados, neste momento. Primeiro, o início da transição da mortalidade, em algum momento durante a primeira metade do século XX, introduziu uma ruptura no antigo regime demográfico moçambicano. Apesar de não existirem dados históricos sobre as taxas vitais, que permitam determinar com exactidão quando é que iniciou a transição da mortalidade, a partir de observações indirectas pode-se inferir que até ao século XX os moçambicanos tinham uma esperança de vida curta, elevada mortalidade e um crescimento populacional lento, graças a uma elevada natalidade. Ou seja, o conjunto de indicadores característicos do RDA.

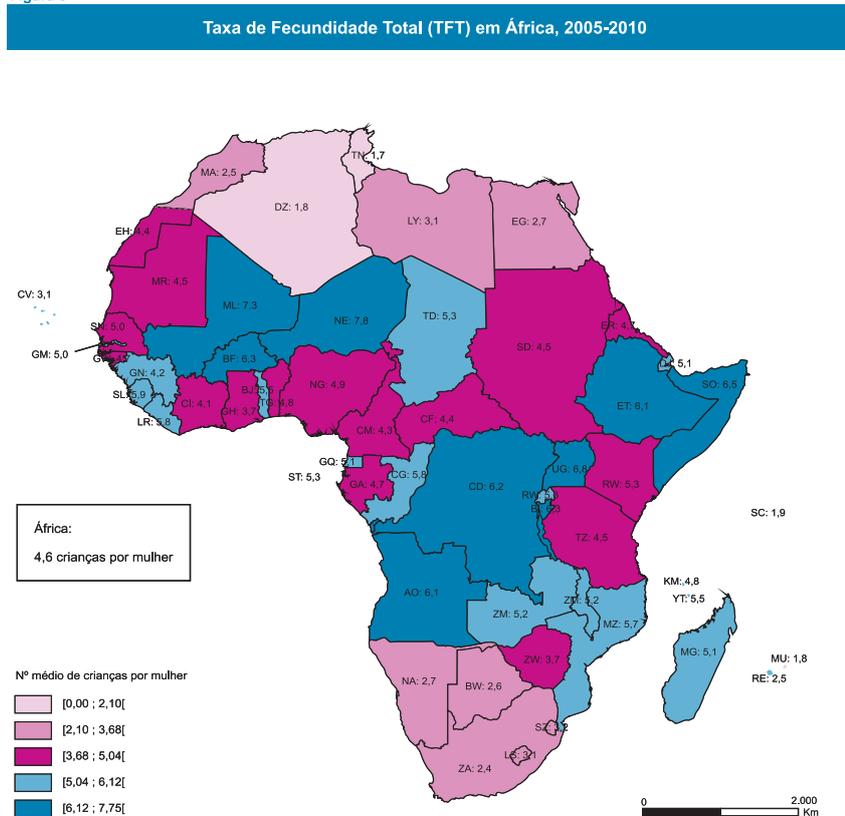
Em segundo lugar, diferentemente de eventuais variáveis na mortalidade, no passado remoto ou mais recente, o início da transição da mortalidade representa uma ruptura do equilíbrio estável e sustentável, em torno de taxas muito elevadas. Ao longo de meio século, salvo algumas excepções acima referenciadas, registou-se uma aceleração do crescimento populacional a níveis superiores a 2% por ano. A possibilidade de uma desaceleração da taxa de crescimento populacional, ao longo da próxima década, poderá ser retardada, em parte devido à lentidão da transição da mortalidade; mas outro facto, talvez mais determinante, poderá ser a lentidão da transição da fecundidade. Sobre este segundo componente, a secção seguinte trata do desenvolvimento da fecundidade e do comportamento reprodutivo da população moçambicana.

3.4. A Força da Reprodução Demográfica Moçambicana

A taxa de fecundidade, geralmente medida através da Taxa de Fecundidade Total (TFT), estima o número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo, assumindo de acordo com as taxas observadas na data considerada. Em outras palavras, a TFT representa o número médio de filhos nascidos por mulher em idade reprodutiva ou de procriação, entre a puberdade e a menopausa (15-49 anos de idade).

A Figura 8 resume a situação recente da fecundidade em África, apresentando o mapa continental da distribuição da TFT. Estes mesmos dados são representados num gráfico de barras (Anexo), por ordem decrescente.

Figura 8



Fonte: CIA World Factbook, 2009, in www.indexmundi.com; INE, 2010a

A recente variação da fecundidade na África Subariana pode ser dividida em grupos principais, seguindo a classificação de Malmberg (2008: 17-18), ajustada para incorporar cinco, em vez de quatro grupos (conforme a Figura 2). Os dados são apresentados em ordem decrescente, dos valores mais elevados da TFT para os mais baixos. O Quadro 3 apresenta os valores das TFT dos 56 países africanos, ilustrados na Figura 8, segundo os cinco grupos acima referidos: Grupo 1 – Fecundidade igual ou superior a 6 filhos por mulher; Grupo 2 – Fecundidade entre 6 e 5 filhos por mulher; Grupo 3 – Fecundidade entre 5 e 3,5 filhos por mulher; Grupo 4 – Fecundidade entre 3,5 e 2,1 filhos por mulher; Grupo 5 – Fecundidade abaixo de 2,1 filhos por mulher, ou seja inferior ao nível de substituição reprodutiva¹⁰.

¹⁰ Menos de meia dúzia de países africanos poderão encontrar-se actualmente no início da segunda transição demográfica, na perspectiva de Lesthaeghe and Neidet (2006), Lesthaeghe (2010) ou Kent (2004), conceito cuja validade certos autores questionam (Reher, 2004: 33)

Obviamente, este agrupamento depende das estimativas da TFT, podendo variar em conformidade com a metodologia e os dados usados¹¹. De qualquer forma, tendo em conta a ressalva anterior, mais importante do que os valores absolutos num determinado tempo, são as tendências gerais e específicas.

O Grupo 1 integra meia dúzia de países (16% dos 56 países africanos), com níveis de fecundidade superiores a seis filhos por mulher. São países que já iniciaram a transição da mortalidade, mas quanto à transição da fecundidade, estão ainda a iniciá-la. O Grupo 2 reúne o maior número de países (29% dos 56 países africanos), incluindo Moçambique, fazendo parte da fase da transição demográfica, com uma fecundidade entre seis e cinco filhos por mulher. O Grupo 3, composto por 17 países (30% dos total de 56 países) com fecundidade entre cinco e 3,5 filhos por mulher, vivendo a terceira fase da transição demográfica. O Grupo 4 incluiu 18% dos 56 países africanos, numa fase avançada da transição da fecundidade, com TFT entre 3,5 e 2,1 filhos (limiar de substituição). Finalmente, o Grupo 5 integra, por enquanto, apenas quatro países africanos, Seicheles, Maurícias, Argélia e Tunísia, com níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição demográfica (2,1 filhos por mulher).

Quadro 2

Distribuição dos Países Africanos Segundo a Taxa de Fecundidade Total (TFT), Classificados em Cinco Grupos, 2005-2010				
GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	GRUPO 5
(≥ 6 FIHOS)	(] 6 -5] FILHOS)	(] 5 -3.5] FILHOS)	(] 3,5 -2,1] FILHOS)	(≤ 2,1 FIHOS)
Níger	Serra Leoa	Senegal	Suazilândia	Seicheles
Mali	Congo	Nigéria	Líbia	Maurícias
Uganda	Libéria	Comores	Cabo Verde	Argélia
Somália	Moçambique	Togo	Lesoto	Tunísia
Burundi	Malawi	Eritreia	Namíbia	
Burkina Faso	Mayotte	Guinea Bissau	Egipto	
R. D. do Congo	Benin	Gabão	Botswana	
Angola	Sao Tome e Príncipe	Quénia	Marrocos	
Etiópia	Chade	Sudão	Reunião (est 2006)	
	Rwanda	Tanzania	África do Sul	
	Guiné	Mauritânia		
	Zâmbia	R. Centro Africana		
	Madagascar	Camarões		
	Guine Equatorial	Sara Ocidental (est.2010)		
	Jibuti	Costa do Marfim		
	Gâmbia	Zimbábue		
		Gana		
9	16	17	10	4
16%	29%	30%	18%	7%

Fonte: www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=31&l=pt

¹¹ Existem ligeiras diferenças, por exemplo, em relação à classificação apresentada por Malmberg (2008: 17-18), com base nos dados da ONU de 2007.

No estudo de Reher (2004: 37), nenhum país africano aparece no grupo designado como 'percursores' (forerunners), ou seja, países que tenham iniciado a transição da fecundidade antes de 1935. Apenas dois países africanos integram o grupo de 'seguidores' (followers), países que iniciaram a transição da fecundidade entre 1950 e 1964.

Segundo Reher, Reunião iniciou a transição da fecundidade em 1955, enquanto Maurícias iniciou em 1960. Contudo, ao longo das décadas seguintes, Maurícias registou um ritmo mais acelerado da sua transição da fecundidade, comparativamente à Reunião. No início da década de 2000, segundo a ECA (2001: 3-4), a diminuição da fecundidade nas Maurícias foi a mais rápida no mundo. Isto deveu-se a factores como o adiamento do casamento, melhoria da educação especialmente da mulher, coexistência entre religiões e líderes religiosos e à flexibilidade e empenho na divulgação do planeamento familiar, contando com o activo envolvimento do Governo.

Finalmente, ainda de acordo com Reher (2004: 37-38), o grupo de 'rebocados' (trailers), iniciou a transição da fecundidade entre 1965 e 1979. Cerca de uma dúzia de países africanos iniciaram a transição da fecundidade por volta de 1975: Argélia, Botswana, Egipto, Marrocos, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tunísia, Sara Ocidental e Zimbabwe. Os restantes países africanos, designados por Reher como 'retardados' (latecomers), são os que iniciaram a transição da fecundidade depois de 1980. Reher (2004: 38) considera que Angola iniciou a transição da fecundidade em 1995, enquanto Moçambique poderá ter iniciado no ano 2000.

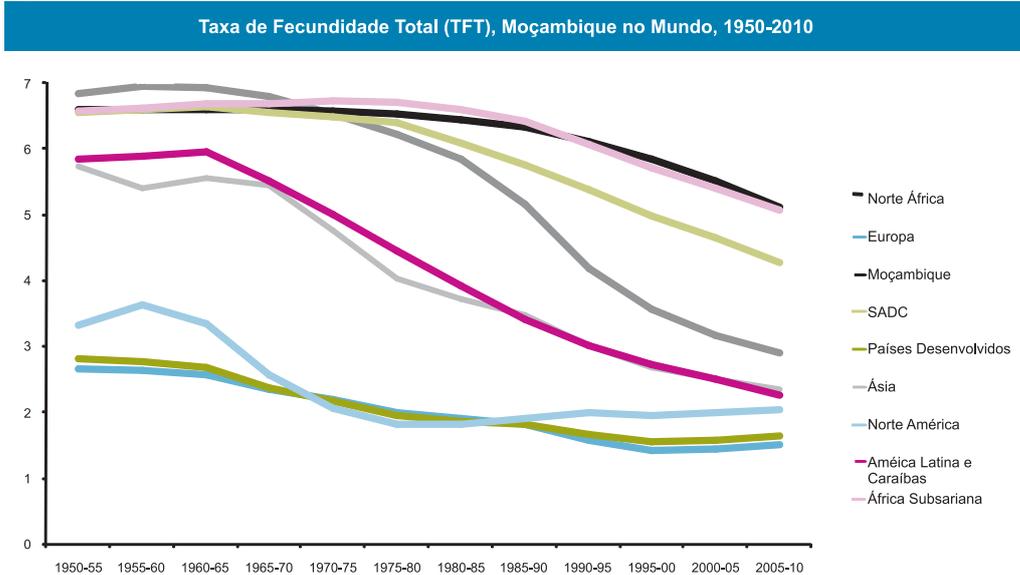
3.5. Reprodução, Fecundidade e os Líderes da TD no Sul de África

No último meio século, grande parte da população mundial consolidou a transição da sua fecundidade, em torno de níveis cada vez baixos, confirmando assim a expansão do novo regime demográfico. Nuns casos, a transição da fecundidade aproxima-se do limiar de substituição demográfica (2,1 filhos por mulher), noutros já ultrapassaram tal limite, permanecendo com níveis inferiores ao mínimo naturalmente necessário para a substituição geracional. A Figura 9 ilustra graficamente este processo, no período 1950-2010, mostrando a trajectória de Moçambique em comparação com as diferentes trajectórias da fecundidade das principais regiões do mundo.

Na segunda metade do século XX, as regiões da América Latina e da Ásia registaram mudanças rápidas e profundas nas taxas vitais, atingindo recentemente níveis de fecundidade próximos da América do Norte, Austrália e outros países mais desenvolvidos. Assim, como ilustra a Figura 9, a nível mundial a África Subsariana é a única grande região continental numa fase inicial da transição demográfica.

Porém, o agregado da fecundidade na África Subsariana esconde variações regionais muito grandes e dinâmicas. Um vasto número de países (Níger, Burundi, República Democrática do Congo, Mali, Uganda, Angola, Malawi, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, entre outros) permanece no início da transição da fecundidade, mas uma vez que iniciaram a transição da mortalidade, significa que também já se encontram no processo de transição demográfica, tendo também iniciado a ruptura com o regime demográfico antigo (RDA).

Figura 9



Fonte: UN, 2010a

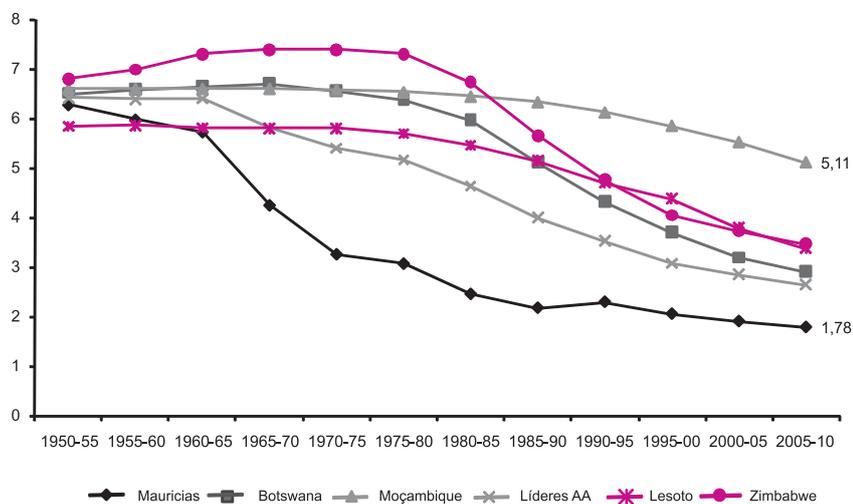
Além disso, pelo menos em duas sub-regiões africanas, e de forma isolada em várias outras do continente africano, vários países também romperam com o padrão inicial da transição fecundidade, em que se encontram grande parte dos 50 países da África Subariana, incluídos na classificação da ONU (UN, 2010a). Na região do Norte de África (Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia), desde meados da década de 1970 observa-se um rápido declínio da fecundidade. Esta região registou o pico da sua fecundidade (7 filhos por mulher), no período 1955-60; após uma redução muito ligeira, até meados da década de 1970, a diminuição da fecundidade acelerou, dos 6,5 filhos em 1970-75, para níveis médios próximos dos da Ásia e da América Latina: 2,9 filhos por mulher em 2000-05; uma diminuição de 3,6 filhos, ou cerca de 55%.

Enquanto isso, até ao fim da década de 1990, a restante parte do agregado da África Subariana manteve níveis de fecundidade acima de 6,4 filhos por mulher, se bem que nas duas últimas décadas tenha registado uma queda para 5,1 filhos (-20%). Uma redução ligeira agregada que, se for desagregada por sub-regiões menores ou países individualizados, permite observar que um conjunto de países do sul de África avançou muito além da média da fecundidade africana. Como ilustra a Figura 10, vários países vizinhos de Moçambique, registaram significativas reduções da fecundidade: África do Sul, Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zimbábue. A este grupo de sete países, com significativas reduções das taxas de natalidade e de mortalidade, designa-se neste trabalho por líderes da transição demográfica (LEDS), na região do sul de África.

Curiosamente, do ponto de vista da transição da fecundidade, o conjunto de 14 países integrantes da chamada SADC (Southern African Development Community) encontra-se actualmente dividido em dois grandes grupos: 1) Um grupo de sete países com níveis de fecundidade elevada, nalguns casos quase estacionária, estagnada, ou com tendência para aumentar, em vez de diminuir; e 2) Um segundo grupo de sete países bastante avançados na diminuição da fecundidade (Figura 10).

Figura 10

Taxa de Fecundidade Total, Moçambique na África Austral, 1950-2010

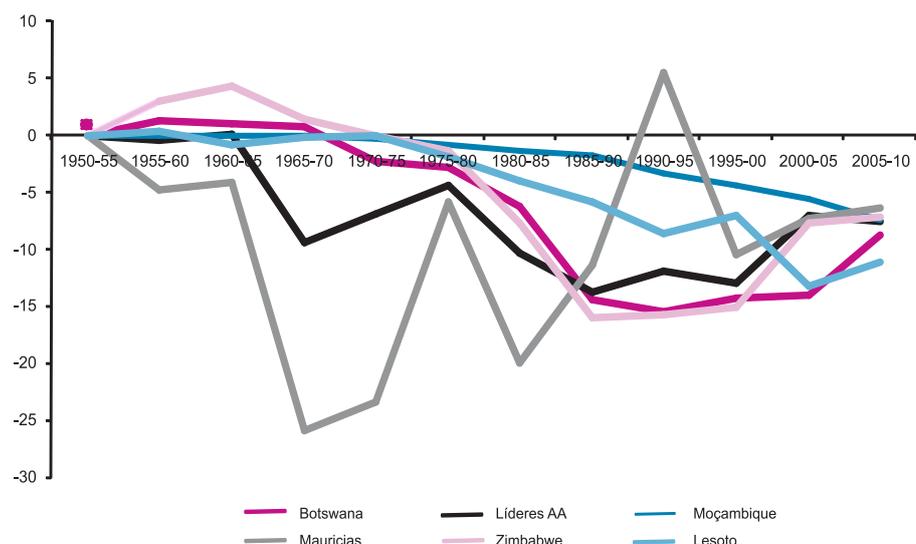


Fonte: UN, 2010a

As análises que tomam como referência o nível agregado da fecundidade africana, incorrem no risco de passar uma imagem enganadora de muitos dos países africanos, nomeadamente do grupo de países LTDs, pelo facto do elevado nível das TFT dos países do primeiro grupo, ofuscar as baixas fecundidades do segundo grupo. Isto é ilustrado pelos gráficos das Figuras 9, 10 e 11, comparando a tendência da fecundidade regionais, no mundo, na África Subsariana e SADC, com a evolução da transição da fecundidade em Moçambique. Como é visível nas Figuras 10 e 11, a nível dos países integrantes da SADC, Maurícias destaca-se como o líder dos LTDs; em meados da década de 90 Maurícias ultrapassou o limiar de substituição demográfica (2,1 filhos por mulher), atingindo actualmente um TFT de 1,8 filhos por mulher¹².

Figura 11

Moçambique e os Países Líderes da Transição da Fecundidade na África Austral, 1950-2010



Fonte: Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2008, INE (2009a)

¹² A Figura 11 apresenta uma versão corrigida da Figura 13, num trabalho anterior (Cadernos IESE no. 6, Francisco, 2011b: 37). O autor agradece ao Conselho Editorial da RED pela chamada de atenção para a inconsistência entre os dados e a imagem da referida Figura 13.

4. Considerações Finais e Conclusão

Dependendo das fontes, os dados usados neste trabalho podem divergir de outros, conduzindo a resultados e conclusões ligeiramente diferentes; principalmente quando se entra em detalhes, como por exemplo o início exacto da ruptura com o regime demográfico antigo e a duração de cada fase de transição; ou a intensidade do crescimento da população, dependendo da diferença entre os valores da natalidade e da mortalidade e extensão ou impacto de cada fase, em termos do volume total da população, envolvida no processo de transição.

Também será preciso aprofundar a análise das taxas vitais, tomando em consideração os dados do último censo populacional (Censo 2007) ainda por explorar, de forma sistemática. Arnaldo (2007) reuniu suficientes evidências conducentes à conclusão que a transição da fecundidade moçambicana poderá ter iniciado por volta do ano 2000, mas provavelmente apenas no Sul de Moçambique.

Não é objectivo deste artigo alongá-lo com análises detalhadas sobre a recente dinâmica dos componentes de mudança demográfica em Moçambique. No entanto, tendo em conta a discussão anterior, parece pertinente terminar o presente artigo com uma resposta tentativa à questão: 'Em que fase da transição demográfica se encontra actualmente Moçambique.

4.1. Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique?

O Quadro 3 permite responder a esta questão, recorrendo aos dados mais actualizados do INE, comparados com os dados de três dezenas de países, distribuídos pelas cinco fases da transição demográfica, identificadas neste artigo. As quatro primeiras fases da transição correspondem às quatro fases da teoria clássica da transição demográfica; a quinta fase corresponde à nova fase, observada em países mais avançados na transição demográfica, demográfica (Lesthaegue, 2010).

Moçambique surge na 2ª Fase, da primeira transição demográfica, devido aos elevados valores da natalidade (TBN 41,1‰), da taxa de crescimento (2,5%) natural, da taxa de fecundidade total (TFT = 5,4 filhos por mulher) e da taxa de mortalidade infantil (TMI - 133‰). Estes indicadores revelam que Moçambique mantém fortes vestígios da primeira fase da transição demográfica, ou até mesmo do RDA, pré-transicional. No entanto, a mortalidade já diminuiu para menos de 20‰, significando que a ruptura com o RDA está e, curso, manifestando-se visivelmente, numa elevada taxa de crescimento populacional (superior a 2% por ano).

Estes dados referem-se a uma das versões das estimativas do INE, disponível no seu Portal de Internet, diferentes de outras fontes suas, como por exemplo as recentes Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040 (INE, 2010a), devido a diferenças metodológicas, cujos detalhes se desconhece. No entanto, de uma maneira geral, as diferenças nos dados não afectam o posicionamento de Moçambique no Quadro 3, o qual pretende ser mais indicativo do que exacto. Indicativo, porque no cômputo geral os indicadores demográficos moçambicanos reflectem ainda o RDA e a primeira fase da transição demográfica, apresentando uma TBN na escala, ou muito próximo da escala dos 40-50‰, dependendo das estimativas, enquanto a TBM diminuiu para níveis inferiores a 20‰.

Quadro 3

Moçambique no Contexto da Distribuição dos Países por Fases da Transição Demográfica, 2005-2010

Fases	Países	Taxa Bruta de Natalidade (‰)	Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	Taxa de Crescimento Natural (%)	Intervalo da Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Fecundidade Total (nº. Crianças por mulher)	Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	Características
Fase 1	-	40-50	40-50		≈ 0			Na actualidade não há nenhum país no mundo que apresente taxas de mortalidade tão altas. Para encontrar algum país do Terceiro Mundo nesta fase seria preciso recuar à primeira metade do século XX e, até ao século XVIII, para encontrar algum dos países ricos.
Fase 2	Guiné Bissau	49,6	18,4	3,1	> 2.0	7,2	112,7	A Taxa Bruta de Natalidade (TBN) mantém-se alta. Pelo contrário, a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) regista uma diminuição, originando um forte aumento do crescimento populacional.
	Níger	49,6	13,8	3,6		7,1	110,8	
	Angola	47,3	20,5	2,7		6,4	131,9	
	Mali	48,1	14,7	3,3		6,5	128,5	
	Uganda	46,6	13,4	3,3		6,5	76,9	
	Tanzânia	39,0	12,9	2,6		5,2	72,6	
	Somália	42,9	16,6	2,6		6,0	116,3	
	Moçambique(*)	41,1	16,5	2,5		5,4	133,0	
Fase 3	Honduras	27,9	5,6	2,2		3,3	28,2	
	Zimbabwe	27,9	17,9	1,0		3,2	58,0	
	Botswana	24,9	14,1	1,1	[1.0-1.9]	2,9	46,5	A TBN inicia uma redução, mas como a TBM também continua em queda, o crescimento demográfico permanece marcadamente positivo.
	Índia	23,0	8,2	1,5		2,8	55,0	
	Marrocos	20,5	5,8	1,5		2,4	30,6	
	Africa do Sul	22,3	17,0	0,5		1,9	19,8	
	Maurícias	14,8	7,0	0,8		1,9	14,0	
	Tunisia	16,7	5,6	1,1		2,4	44,8	
	Reino Unido	12,0	9,9	0,2		1,7	4,8	
	Noruega	12,0	9,1	0,3		1,8	3,3	
Fase 4	Espanha	10,8	8,8	0,2	[0.9-0]	1,3	4,2	A TBN e a TBM reduzem, até atingir valores muito parecidos, resultando numa desaceleração do crescimento (como acontece actualmente na Suécia e Áustria).
	Australia	12,4	7,1	0,5		1,8	4,4	
	Suécia	11,3	10,1	0,1		1,7	3,2	
	Áustria	9,2	9,4	-0,0		1,4	4,4	
	Estados Unidos	14,0	8,2	0,6		2,1	6,3	
Fase 5	Alemanha	8,2	10,7	-0,3		1,4	4,3	
	Itália	9,2	10,5	-0,1		1,3	5,0	
	Eslovénia	9,0	9,9	-0,1	< 0	1,3	4,8	A TBN segue registando uma diminuição, até ultrapassar e tornar-se inferior à TBM, originando um crescimento demográfico é negativo e diminuição da população).
	Lituânia	9,1	12,3	-0,3		1,2	8,5	
	Japão	8,3	9,0	-0,1		1,2	3,2	

(*) Dados referentes a 2002/07 do INE (2010).

www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/indemo_proj (Acedido a 25.01.2011)

Fonte: UN, 2010a; Adaptação de http://pt.wikipedia.org/wiki/Transi%C3%A7%C3%A3o_demogr%C3%A1fica.

4.2. Quando começou a transição demográfica moçambicana (TDM)?

A TDM está em curso, graças à transição da mortalidade, mas quando terá esta começado? Apenas se pode especular, de forma indicativa. É praticamente impossível determinar, com exactidão, o início da TDM, por falta de dados adequados sobre mortalidade e natalidade, relativos à primeira metade do Século XX. A melhor inferência possível é que a TDM tenha começado nas primeiras décadas do século XX, despoletada pela redução sustentável da mortalidade ou transição da mortalidade.

Quanto à transição da fecundidade, certos autores indicam o ano de 2000 como o seu início. No período 1970-80 tinham surgido algumas indicações de redução da fecundidade, mas nas décadas mais recentes, verificou-se uma desaceleração ou mesmo estagnação (Reher, 2004; Shapiro and Gebreselassie, 2007).

Na década passada, vários pesquisadores constataram uma relativa desaceleração ou mesmo estagnação na queda da fecundidade, em vários países da África Subsariana (Arnaldo e Muanamoha, 2010: 6; Bongaarts, 2002b, 2007; Ezeh et al., 2009; Kreider et al., 2009; Lesthaeghe, 1989; Potts and Marks, 2001; Shapiro and Gebreselassie, 2007; Schoumaker, 2004). Por exemplo Shapiro and Gebreselassie (2007) classificaram Moçambique no início da transição da fecundidade, com nível médio nacional da TFT de 5,5 filhos por mulher (6,1 rural e 4,4 urbano), não se observando qualquer diminuição nos dados do IDS (DHS - Demographic Health Survey), entre 1976 e 2003. Salvo poucas excepções, grande parte da população moçambicana continua no início, ou nem mesmo começou, a transição da fecundidade. Os dados do último Censo populacional reforçam esta ideia, ao revelar que a fecundidade rondava os 5,7 filhos por mulher em 2007 (Arnaldo e Muanamoha, 2010: 6; INE, 2010: 41).

4.3. Quanto tempo durará a TDM?

A transição demográfica não é um processo automático, muito menos linear ou pré-determinado. Mas é sabido, a partir da experiência mundial, tratar-se de um fenómeno real e global, cujo sentido da tendência, em direcção ao RDM, acaba por ser geralmente similar, sem que nenhum país mostre um fim previsível e fixo.

Na década de 1930, demógrafos como Landry (citado por Demeny, 2011: 9) alertavam para a possibilidade da transição demográfica se converter num longo processo de desequilíbrio, em que a queda da fecundidade não pararia, quando atingisse o limiar de substituição demográfica (2,1 filhos por mulher). É o que tem acontecido em diversos países avançados. Como ilustra o Quadro 3, Alemanha, Itália, Estónia, Lituânia e Japão exibem taxas de crescimento populacional negativas.

4.4. Implicações da actual fase da TDM

Tratando-se de uma transformação silenciosa e estrutural, com um ciclo temporal mais longo do que o ciclo de vida humana, o senso comum percebe a transição demográfica como uma mera evolução, em vez de revolução, no sentido vulgar das revoluções radicais, como se diz na gíria popular, 'da noite para o dia'. Porém, quando se nota que o RDA durou dezenas de milhares de anos, tendo sido substituído pelo RDM em apenas dois séculos ou menos, percebe-se que esta transformação demográfica não é menos repentina, radical e profunda do que as mais conhecidas revoluções mundiais, no domínio tecnológico, político e socioeconómico. É só preciso reconhecer as devidas diferenças nos processos de transformações e ruptura dos regimes considerados (demográfico, económico ou político).

À semelhança de outras revoluções genuínas e progressivas, a nível tecnológico, político e socioeconómico, a transição demográfica conduz a mudanças e transformações profundamente revolucionárias, a vários níveis: na estrutura etária populacional e composição da família; nas relações inter-geracionais e de género, na mobilidade e urbanização, entre outras relações sociais, políticas e culturais. Alguns destes impactos têm sido debatidos em artigos recentes do autor deste trabalho (Francisco, 2011a, 2011b, 2011c; Francisco et al., 2011) e outros autores (Arnaldo, 2007; Arnaldo e Muanamoha, 2010); mas muito há ainda para explorar e aprofundar, o que ultrapassa o âmbito e limites deste artigo.

4.5. Conclusão

A transição demográfica representa uma ruptura profunda no equilíbrio sustentável do RDA, em torno do elevado número de filhos (fecundidade) por mulher, conduzindo a mudanças nas estratégias de sobrevivência dos vários grupos populacionais. O facto de transição demográfica moçambicana ser incipiente, lenta e atrasada, não reduz a sua importância para o processo de desenvolvimento de Moçambique. Pelo contrário.

Talvez a conclusão mais importante a reter da análise apresentada neste trabalho diz respeito à necessidade de se tomar em consideração a fase específica das transformações demográficas, em que actualmente se encontra Moçambique. Isto é fundamental, sobretudo quando se analisam outras dinâmicas sociais e económicas, e em particular, quando se formulam políticas de desenvolvimento a vários níveis, relacionadas com as dinâmicas rurais e urbanas, formais e informais; com os dividendos e ónus demográficos das mudanças etárias, as migrações, a fiscalidade e formas de protecção social, entre muitos outros aspectos.

Se a natureza da transição demográfica, e em particular, as características da fase específica da actual transição demográfica moçambicana, não forem devidamente tomadas em consideração, é motivo suficiente para se suspeitar do realismo das abordagens e dos modelos económico-financeiros e sociopolíticos, bem como da efectividade das políticas e programas de acção públicos (e.g. programas de redução da pobreza, políticas de protecção social, entre outros).

Referências Bibliográficas

- Abernethy, V., 1995. 'Editorial – The Demographic Transition Model: A Ghost Story'. *Population and Environment: A Journal of Interdisciplinary Studies*, 17, 1 (September): 3-5.
- Arnaldo, C. e Muanamoha, R., 2010. Crescimento Populacional em Moçambique: Que Implicações e Desafios para o Desenvolvimento Sócio-Económico, Artigo apresentado na Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Diversidade Cultural em Moçambique, 17-18 de Novembro de 2010, Maputo.
- Arnaldo, C., 2007. Fecundidade e seus Determinantes Próximos em Moçambique: Uma análise dos níveis, tendências, diferenciais e variação regional. Maputo: Texto Editores.
- Bongaarts, J. and Watkins, S., 1996. 'Social Interactions and Contemporary Fertility Transition'. *Population Development Review* 22: 639-683.
- Bongaarts, J., 2002b. 'The end of the fertility transition in the developing world'. Working Paper Nº 161 Policy Research Division, Population Council, New York.
- Bongaarts, J., 2007. 'Fertility transitions in developing countries: Progress or stagnation?' Paper presented at the session of the Population Association of America, New York, 28-31 March 2007.
- Brown, L., Gardner, G. and Halweil, B., 1999. *Beyond Malthus: Nineteen Dimensions of the Population Challenge*. The Worldwatch Environmental Alert Series. New York: NORTON & COMPANY.
- Caldwell, J., 1976. 'Toward a restatement of demographic transition theory'. *Population Development Review* 2: 321-366.
- Caldwell, J., 1982. *Theory of Fertility Decline*. London: Academic Press.
- Caldwell, J., 2001. 'The Globalization of Fertility Behavior'. *Population and Development Review* 27, Supplement: Global Fertility Transition, Population Council, pp. 93–115.
- Caldwell, J., 2004. 'Demographic Theory: A Long View'. *Population and Development Review* 30(2) (June 2004), pp. 297–316.
- Campbell, M., 2007. 'Why the silence on population?' *Popul Environ* 28: 237-246.
- Cleland, J. 2001. The effects of improved survival on fertility: a reassessment. , in *Global Fertility Transition a supplement to Vol. 27 (2001) of Population Development Review*, RA Bulatao, JB Casterline (eds). Population Council: New York: 60-92. www.ccp.ucr.ac.cr/~icamacho/problemas/cleland.pdf (Acedido 01.02.2011).
- Cleland, J. and Wilson, C., 1987. 'Demand Theories of the Fertility Transition: An Iconoclastic View'. *Population Studies* 41: 5-30.
- Coale, A. J., 1994. Conference of European Fertility Bellagio, July 1968. Office of Population Research Working Paper 94-2, Princeton University.
- Coleman, D., 2006. Europe's Demographic Future: Determinants, Dimensions, and Challenges. Working Paper 32, University of Oxford. www.spsw.ox.ac.uk/fileadmin/documents/pdf/WP32_Europe_s_Demographic_Future.pdf. [Acedido a 20.01.2011).
- Conley, D., McCord, G. and Sachs, J., 2007. Africa's Lagging Demographic Transition: Evidence from Exogenous Impacts of Malaria Ecology and Agricultural Technology. Working Paper 12892, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, www.nber.org/papers/w12892.

- Davis, K., 1963. 'The theory of change and response in modern demographic history'. *Population Index* 29: 345-366.
- Demeny, P. 2011. *Population Policy and the Demographic Transition: Performance, Prospects, and Options*. *Population and Development Review*, Supplement to Vol. 37, pp. 249-274.
- Demeny, P. and McNicoll, G., 2006. 'The Political Demography of the World System, 2000-2050'. Policy Working Paper 213. www.popcouncil.org/publications/wp/prd/rdwplist.html.
- Deutsch, D., 2000. *A Essência da Realidade*. São Paulo: Makron Books.
- Dyson, T., 2010. *Population and Development: The demographic transition*. London: Zed Books.
- ECA (Economic Commission for Africa). 2001. *The State of Demographic Transition in Africa*. ECA/FSSDD/01/10. Food Security and Sustainable Development Division (FSSDD). www.uneca.org.
- Ezeh, Alex C., Blessing U. Mberu & Jacques O. Emina. 2009. 'Stall in fertility decline in Eastern African countries: regional analysis of patterns, determinants and implications'. *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 364:2991-3007. <http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/364/1532/2991.full.pdf+html> (Acedido a 25.01.2011).
- Francisco, A., 1996. *Considerations for a two-sex demography: when, why and how should both sexes matter to demography?*. A Thesis Submitted for the Degree of Doctor of Philosophy of the Australian National University, February 1996. http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/AASF_PhDThesis1996_.pdf.
- Francisco, A. e Ali, R., 2008. 'Conceptualização e Mapeamento da Pobreza'. *Ideias* 1, Maputo 1 de Setembro, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf.
- Francisco, A., 2009. "Bazarconomia da Protecção Social em Moçambique na Primeira Década do Século XXI: Venenos do passado, remédios do presente, futuro envenenado?" www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/Grupoll/Artigo%20sobre%20Proteccao%20Social_AFrancoisco.pdf.
- Francisco, A., 2010a. "Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas Não Falhado", In: L. Brito, CN Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37-95.
- Francisco, A., 2010b. 'Crescimento Demográfico em Moçambique: Passado, Presente... que Futuro?'. *Ideias* 28, 16 de Abril de 2010. Maputo: IESE, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf.
- Francisco, A., 2011a. 'Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique?'. *Ideias* 33, 28 de Março de 2011. Maputo: IESE, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_33.pdf.
- Francisco, A., 2011b. *Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique*. Cadernos IESE nº 6. Maputo: IESE. www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf.
- Francisco, A., 2011c. 'Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente: O Caso de Moçambique'. In L. de Brito, C.N Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, *Desafios para Moçambique 2011*. IESE: Maputo, pp.231-282.
- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y., 2010a. 'Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique?'. *Ideias* 32, Maputo 10.11.2010, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf.
- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y., 2010b. 'Financial versus Demographic Social Protection in Mozambique'. *Poverty in Focus* 22. International Policy Centre for Inclusive Growth, Poverty Practice, Bureau for Development Policy, UNDP, Brasília-DF, www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus22.pdf (08.01.2011).

- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y., 2011. 'Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para uma Segurança Humana Digna em Moçambique', In: L. Brito, CN Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (Coords). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 283-331.
- Friedlander, Dov, Barbara S. Okun & Sharon Segal. 1999. 'The demographic transition then and now: processes, perspectives and analyses', Dept. of Population Studies, Hebrew University of Jerusalem, Jerusalem.
- Gaisie, S.K., 1989. 'Demographic transition: the predicament of sub-Saharan Africa. 'The Continuing Demographic Transition', The John C. Caldwell Seminar, 14-17 August 1995. Canberra: The Australian National University (ANU).
- Greenhalgh, S. (ed.), 1995. *Situating Fertility: Anthropology and Demographic Inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hedge, D., (Coordenador). 1993. *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1960*. Vol. 3. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: Imprensa da UEM.
- Hugh, Edward. 2008. 'Four stages of the demographic transition: Bo Malmberg's Theory Of Stages, Sanderson and Scherbov's Life Cycle Rescaling and Demographic Maturity', in Edward's Book Draft.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 1999a. *Projecções Anuais da População Total, 1997-2020: Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística), Ministério da Saúde e ORC Macro/DHS Program. 1997. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 1998*. http://www.measuredhs.com/pubs/pub_details.cfm?ID=134&srchTp=type (Acedido em 05.07.2011)
- INE (Instituto Nacional de Estatística), Ministério da Saúde e ORC Macro/DHS Program. 2005. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 2003*. <http://www.measuredhs.com/pubs/pdf/FR161/FR161.pdf> (Acedido a 04.07.2011).
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 1999b. *Projecções Anuais da População por Províncias e Áreas de Residência, 1997-2020: Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2009a. *Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008 (MICS)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2009b. *Mortalidade em Moçambique: Inquérito Nacional sobre Causas de Mortalidade, 2007/8. Relatório Preliminar*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. www.ine.gov.mz/inqueritos_dir/INCAM/incam.pdf.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2010a. *Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040: Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. www.ine.gov.mz/populacao/projecoos/proj_pop_moz/PROJ_NAC.pdf. (Acedido a 25.01.11).
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2010b. *População e Indicadores Demográficos, Segundo Projecções, 1950-2020, Moçambique*. Website do INE, www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/indicador (Acedido em 25.01.2011).
- Johnson-Hanks, J., 2010. 'Demographic Transition and Modernity'. *Annu. Rev. Anthropol.* 2008. 37: 301-315.
- Kent, et al. (ed.), 2004. 'Transitions in the World Population'. *Population Bulletin* 59, No. 1. Washington, DC: Population Reference Bureau (PRB).

- Kirk, D., 1996. 'Demographic Transition Theory'. *Population Studies* 50(3): 361-387.
- Knodel, J. and van de Walle, E., 1979. 'Lessons from the Past: Policy Implications of Historical Fertility Studies.' *Population and Development Review* 5(June): 217-45.
- Kreider, A., Shapiro, D., Varner, C., and Sinha, M., 2009. 'Socioeconomic progress and fertility transition in the developing world: evidence from the Demographic and Health Surveys'. Paper presented at the International Union for the Scientific Study of Population International Population Conference, Marrakesh, Morocco, September 27-October 2, 2009.
- Lesthaeghe, R, and Neidet, L., 2006. "The 'second demographic transition' in the U.S.: spatial patterns and correlates'. *Population Studies Center Research Report 06-592*, Population Studies Center, University of Michigan, Institute for Social Research.
- Lesthaeghe, R., 2010. 'The unfolding story of the second demographic transition', *Population Studies Center Research Report 10-696*, Population Studies Center, University of Michigan, Institute for Social Research.
- Lesthaeghe, R., 1989. *Reproduction and Social Organization in Sub-Saharan Africa*. California: University of California Press.
- Livi-Bacci, M., 1992. *A Concise History of World Population*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers.
- Maddison, A., 2006. *The World Economy: Volume 1: Millennial Perspective and Volume 2: Historical Statistics*. Development Centre Studies. Paris: OECD Publishing.
- Maddison, A., 2010. *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2008 AD*, www.ggdc.net/maddison/ (Acedido em 6.04.10).
- Malmberg, B. and Lindh, T., 2004. 'Demographically based global income forecasts up to the year 2050'. Preliminary version to be presented at the Symposium on Demographic Change and Global Income Growth in the 21st Century, Krusenberg 7-9 January 2004.
- Malmberg, B. and Sommestad, L., 2000. *Four Phases in the Demographic Transition. Implications for Economic and Social Development in Sweden 1820-2000*. Sweden: Institute for Futures Studies.
- Malmberg, B., 2008. *Demography and the Development Potential of sub-Saharan Africa*. *Current African Issues* 38. Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- Mason, K., 1997. 'Explaining Fertility Transitions'. *Demography*, Vol. 34, no. 4 (Nov., 1997), pp. 443-454.
- McNamana, R., 1982. 'Demographic Transition Theory', in *International Encyclopedia of Population*, ed. John Ross, Vol 1. New York: Free Press, pp. 146-147.
- Mulder, M.B., 1998. 'The Demographic Transition: are we any closer to an evolutionary explanation?'. *Tree*, Vol. 13, nº 7 (July), pp.266-270.
- Newitt, M., 1997. *História de Moçambique*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Notestein, F., 1945. 'Population: the long view', in *Food for the World*, ed. T. W. Schultz. Chicago: University of Chicago Press, pp. 36-57.
- Pélissier, R., 2000. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.

PNUD (Programa das Nações para o Desenvolvimento). 2009. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Potts, D. and Marks, S., 2001. 'Fertility in Southern Africa: the Quite Revolution'. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 37, N° 2 (June), pp. 189-2005.

Reher, D., 2004. 'The Demographic Transition Revisited as a Global Process'. *Population, Space and Place* 10: 19-41.

Sandlell, R., 2004. North Africa: Grappling with Demography. Working Paper 56/2004, Madrid. www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/riecano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/demography+population/dt56-2004 (Acedido 15.02.2011)

Schoumaker, B., 2004. 'Poverty and fertility in Sub-Saharan Africa: Evidence from 25 countries'. Paper presented at the Population Association of America Meeting, Boston, 1-3 April 2004.

Shapiro, D. and Gebreselassie, T., 2007. Fertility transition in Sub-Saharan Africa: Falling and Stalling. In: Annual Meeting of the Population Association of America, Office of Population Research (OPR) at Princeton University New York, 29-31 March 2007.

Shapiro, R., 2010. *O Futuro, Uma Visão Global do Amanhã. Como as superpotências, populações e a globalização vão mudar a forma como vivemos e trabalhamos*. Lisboa: Actual Editora.

Szreter, S., 1993. 'The Idea of Demographic Transition and the Study of Fertility Change: A Critical Intellectual History'. *Population and Development Review*, 19 (4), pp. 659-701.

Thompson, W., 1929. 'Population'. *The American Journal of Sociology* 34 (6): 959-975.

UN (United Nations), 2010a. *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, *World Population Prospects: The 2008 Revision*, <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>, (Acedido a 6.04.2011).

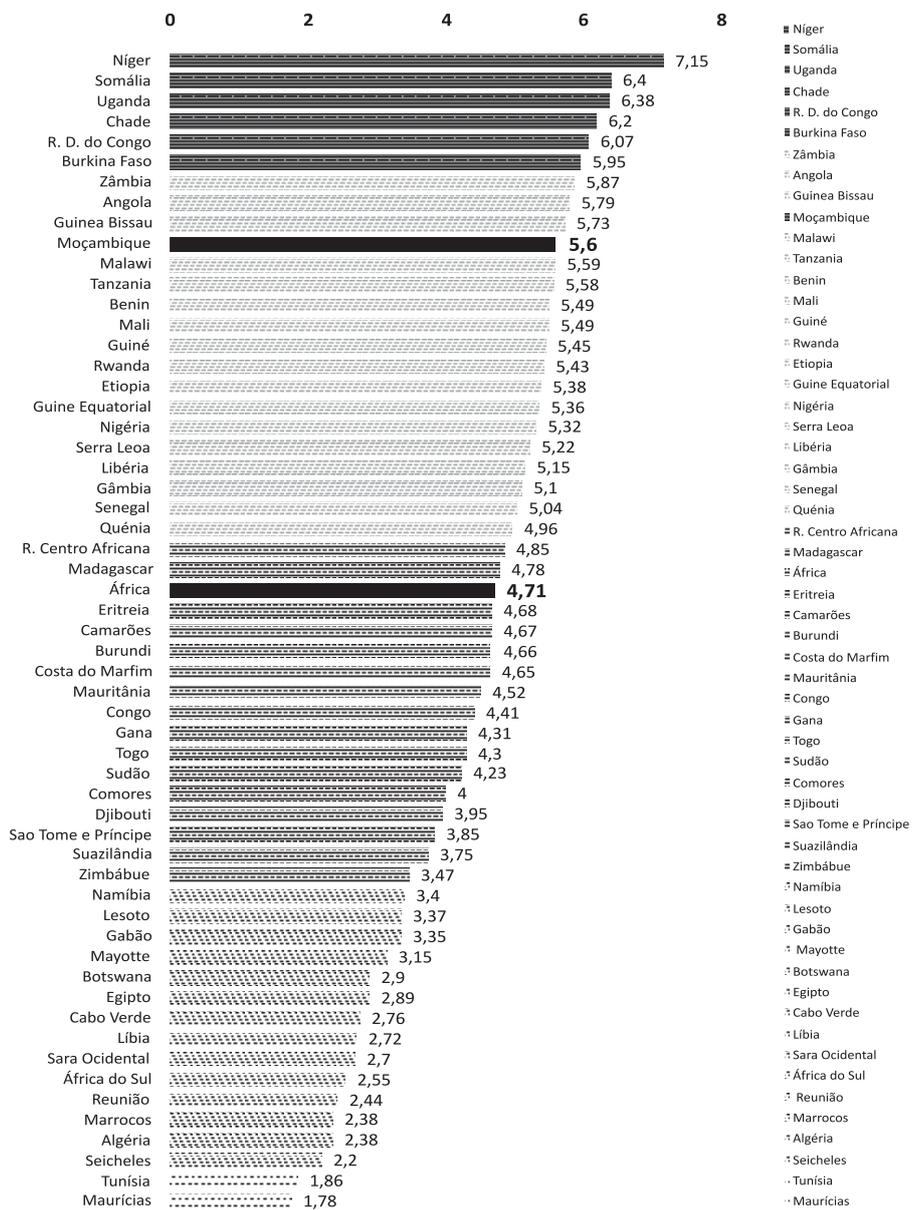
UN (United Nations), 2010b. *Multilingual Demographic Dictionary*. English Section. Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations, p. 50.

Watkins, S., 1987. 'The Fertility Transition: Europe and the Third World Compared'. *Sociology Forum*, Vol. 2 (4), pp. 645-673.

Wilson, D.S., 2009. *A Evolução para Todos: Como a teoria de Darwin pode mudar a nossa forma de pensar na vida*. Lisboa: Gradiva.

Anexo

Mapa da Taxa de Fecundidade Total (TFT) - número de crianças por mulher, 2009-2010



TGF de Moçambique corrigido com dado do INE (2010)

Fonte: WorldStat.info 2009-2010



Comportamento Demográfico e desafios de Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique

Autores: Carlos Arnaldo

Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane; Maputo-Moçambique

carlos.arnaldo@uem.mz

Ramos Muanamoha

Centro de Análise de Políticas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane; Maputo-Moçambique

ramos.muanamoha@uem.mz

Resumo:

Desde os tempos de Malthus, a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento económico tem sido objecto de análises e debates pelos demógrafos e outros estudiosos de questões populacionais. No seu ensaio sobre população, Malthus argumentava que um crescimento populacional elevado constituía um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que a produção de alimentos nunca seria a um ritmo igual, caso o crescimento da população não fosse controlado. Reconhecendo a influência que o crescimento populacional pode exercer no desenvolvimento sócio-económico de um país, vários governos e organizações internacionais começaram, na década de 70, a conceber e/ou promover programas de desaceleração do crescimento populacional como forma de acelerar o desenvolvimento dos povos, em particular o dos países em desenvolvimento.

Na África sub-Sahariana muitos países registam nível de crescimento populacional ainda elevado, o que leva alguns estudiosos a considerar o actual ritmo de crescimento da população africana como principal problema e obstáculo ao seu desenvolvimento. Para outros, no entanto, o actual ritmo de crescimento, alicerçado numa fecundidade elevada e mortalidade em declínio, não pode ser responsabilizado ao actual nível de desenvolvimento do continente, pois o elevado nível de fecundidade tem sido benéfico na garantia da segurança social na velhice e na compensação do aumento da mortalidade devido ao Vírus da imunodeficiência Humana (VIH) e Síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), igualmente conhecidas pelas siglas em inglês, HIV e AIDS, respectivamente.

Demographic behaviour and socio-economic development challenges in Mozambique

A população de Moçambique tem estado, durante as últimas três décadas, a crescer a uma taxa média anual acima de 2% e as consequências que tal ritmo de crescimento podem ter no desenvolvimento sócio-económico do país ainda não foram suficientemente exploradas ou debatidas. Desta forma, o presente artigo pretende contribuir para este debate, analisando o crescimento populacional em Moçambique e suas implicações e desafios ao desenvolvimento sócio-económico do país.

Palavras Chave: África; África Subsahariana; Moçambique; Crescimento populacional; Fecundidade; Desenvolvimento sócio-económico.

Abstract

The relationship between population growth and economic development has been at the centre of the population debate for the last decades. In his essay on population, Malthus argued that a rapid population growth could hinder economic development because food production would never be at the same rate if the population growth was not controlled. Recognising the importance of population growth in the socio-economic development of a country many governments and international organizations began in the 1970s to design and promote programs aimed at reducing population growth as a way to accelerate development, particularly in the developing countries.

In sub-Saharan Africa many countries still present a high population growth leading some scholars to consider rapid population growth as main challenge for development in this part of the World. For others, however, the current population growth, resulting from a high fertility and a declining mortality, cannot be held responsible for the lack of development, since high fertility has been advantageous for social security and compensation of the increases in mortality due to Human immunodeficiency virus (HIV) and Acquired immunodeficiency syndrome (AIDS).

During the last three decades Mozambique's population has been growing at an annual rate of 2% or higher, and the consequences of such growth at the prospects of socio-economic development of the country have not been explored. Thus, this article is aimed at contributing for the population debate in Mozambique, by analysing the population growth in this country and its implications and challenges for the socio-economic development.

Key words: África; Sub-Saharan África; Mozambique; Population Growth; Fertility; Socioeconomic development.

1. Introdução

Os conceitos de crescimento demográfico e de desenvolvimento sócio-económico constituem, actualmente, o fulcro do debate sobre os problemas da população mundial. Opiniões de diferentes actores da arena académica, social, económica e política dos mais diversos quadrantes do mundo são unânimes em crer que os problemas de desenvolvimento dos países economicamente pobres, em particular do continente africano, devem-se, fundamentalmente, à sua dinâmica demográfica. Essa dinâmica traduz-se num crescimento acelerado e contínuo da população, à custa, principalmente, de elevadas taxas de fecundidade, acompanhadas de um declínio relativo dos níveis de mortalidade, em particular da infantil. Isto leva a que os escassos recursos ainda disponíveis sejam direccionados, principalmente, para os sectores sociais, como a educação e a saúde, em detrimento dos sectores produtivos, o que torna a economia dos países ainda mais frágil e dependente, agravando a sua condição de pobreza.

Portanto, o propósito deste artigo é de trazer este debate à reflexão, no contexto específico de Moçambique, onde o último Recenseamento Geral da População e Habitação (2007) indica que a taxa de fecundidade continua elevada e, por conseguinte, a taxa média anual de crescimento populacional do último período inter-censitário revelou-se alta, em torno dos três por cento. Este facto coloca grandes desafios aos programas de desenvolvimento do país.

Do ponto de vista de estrutura, apresenta-se, inicialmente, uma breve revisão bibliográfica da relação entre crescimento populacional e desenvolvimento sócio-económico, com particular destaque para a África sub-sahariana. Depois, analisam-se as tendências de crescimento populacional em Moçambique. Em seguida, faz-se uma discussão das implicações do crescimento populacional em Moçambique e dos desafios ao desenvolvimento sócio-económico do país, com enfoque para a demanda dos serviços de saúde, educação básica e emprego. O artigo encerra com algumas conclusões.

2. Crescimento demográfico e desenvolvimento sócio-económico

O crescimento populacional resulta de um excesso de nascimentos sobre óbitos numa população. A população no mundo tem vindo a registar, nos últimos tempos, um crescimento elevado, como consequência de uma taxa de natalidade ainda alta e de um nível de mortalidade em declínio. Este crescimento é particularmente acentuado nos países em desenvolvimento, com destaque para o continente africano, onde a taxa de crescimento natural está, actualmente, acima dos 2%, representando o dobro da média mundial (Population Reference Bureau, 2010).

A análise da marcha do crescimento populacional, em particular nos países em desenvolvimento, indica que este acentuou-se, principalmente, a partir da segunda metade do séc. XX, como resultado dos avanços científicos e da melhoria das condições higiénico-sanitárias, o que levaria a um vertiginoso crescimento populacional que se denominou por explosão demográfica (Beaujeu-Garnier, 1980; Jones, 1990; Yaukey, 1990; Yunes, 1971). Este crescimento acelerado da população, por se concentrar principalmente nos países menos desenvolvidos, tem promovido profundos debates e teorias ainda vigentes nos nossos dias (vide Thompson & Lewis, 1965; Weeks, 1999).

Alguns autores, de perspectiva neo-malthusiana, associam a pobreza e a miséria, nos países em desenvolvimento, especialmente em África, ao seu comportamento demográfico, traduzido na tendência de a população crescer muito mais rápido do que os meios de subsistência, o que leva a um desequilíbrio entre população e recursos disponíveis. Exemplos desta perspectiva podem ser encontrados em Brown (1995), Gaisie, (1975), Graham Jr. (1995), Kelley (2001), Kent (1995), Kuznets (1974), Merrick (2002), Struthers (1995), van de Walle (1975) e Weeks (1999). Estes autores consideram o subdesenvolvimento e a pobreza como consequências do crescimento populacional, que tem provocado a elevação dos gastos governamentais com os serviços de educação e saúde, o que compromete a realização de investimentos nos sectores produtivos e dificulta o desenvolvimento sócio-económico. Como solução, os autores defendem a adopção de políticas de controle de natalidade, popularizadas com a denominação de planeamento familiar.

De facto, as inferências sobre estimativas demográficas para a África sub-sahariana, publicadas nos finais da década de 1960 (Foote, Hill & Martin, 1993), indicavam que as taxas de mortalidade estavam a declinar, até mais rápido, enquanto as de fecundidade não registavam grandes alterações nesse sentido, o que justificava o rápido crescimento da população observado nessa época.

Em 1991, as estimativas e projecções feitas pelas Nações Unidas indicavam que a população da África sub-sahariana crescera de aproximadamente 225 milhões, em 1960, para 527 milhões, em 1990. A informação revelava ainda que a fecundidade tinha tido poucas mudanças ao longo dos trinta anos, a avaliar pelas taxas de natalidade que permaneciam estáveis, em torno de 47 a 49 nascimentos vivos por cada mil habitantes. A mortalidade declinara, embora não tão rápido como noutras partes do mundo, passando de uma taxa bruta de cerca de 24 por mil, nos princípios da década de 1960, para 16 por mil, nos finais da década de 1980; a taxa de mortalidade infantil baixara de 164 óbitos por cada mil nascimentos vivos para 109; e a esperança de vida ao nascer aumentara de 41 para 53 anos (Foote et al., 1993).

A persistência de fecundidade elevada na África sub-sahariana e seus efeitos adversos sobre os esforços de desenvolvimento da região constituem ainda uma grande preocupação nos nossos dias. Estudiosos da área revelam que o processo de declínio da fecundidade em curso, em África, está a experimentar entraves, desde a segunda metade da década de 1990 e princípios da de 2000, em alguns países da região que já se encontravam na vanguarda do processo. De acordo com Ezeh et al. (2009), vários países da região estão ainda no estágio inicial da transição da fecundidade – como são os casos da Tanzânia, Ruanda, Moçambique e Guiné – enquanto outros se encontram nos níveis de pré-transição da fecundidade (por exemplo, Malí, Níger e Uganda). Actualmente, estima-se que os níveis de fecundidade estejam acima dos 5 filhos por mulher, em 1/3 dos países da região, e vários outros países continuam no estágio de pré-transição ou no início da transição da fecundidade.

Dentre vários factores explicativos da persistência dos actuais níveis e tendências de fecundidade na África sub-sahariana, Ezeh et al. (2009) consideram os aspectos sócio-económicos como os mais dominantes. A abordagem sócio-económica, na análise da fecundidade, assume, em grande medida, que a alta fecundidade é uma resposta economicamente racional. Existem custos e benefícios de se ter filhos, e estes benefícios pesam mais sobre os custos, conduzindo assim aos altos níveis de fecundidade. A fecundidade muda quando a avaliação relativa destes custos e benefícios também muda. Também, a educação da mulher, a participação feminina na força de trabalho, a residência urbana, o rendimento familiar, as normas culturais (religião ou etnicidade) e o nível geral de desenvolvimento social (nível de urbanização) têm sido fundamentais na explicação dos níveis e diferenciais da fecundidade.

Por outro lado, alguns analistas associam o elevado e contínuo crescimento da população na África sub-sahariana à existência, nesta região, de um número, cada vez mais crescente, de mulheres em idade reprodutiva. De acordo com Population Reference Bureau (2010) o número de mulheres em idade reprodutiva irá crescer em 35% nos próximos 10 anos. Também, espera-se que, durante o mesmo período, o número de nascimentos cresça em 33%, a não ser que as mulheres sejam capazes de limitar o tamanho de sua família.

Um outro argumento usado para explicar a persistência de altas taxas de fecundidade na região tem a ver com a demanda não satisfeita pelo planeamento familiar. Trata-se da existência de muitas mulheres pobres que desejam parar de ter filhos, mas não usam algum método moderno de contracepção. Como exemplos, Population Reference Bureau (2010), destaca Senegal e Etiópia, onde uma em cada três mulheres, de 15 a 49 anos de idade, tem necessidade não satisfeita de contracepção. Nigéria é apontada como o país de níveis mais baixos de necessidade não satisfeita na África sub-sahariana, sendo de 13% entre as mulheres urbanas e de 17% entre as mulheres rurais mais pobres.

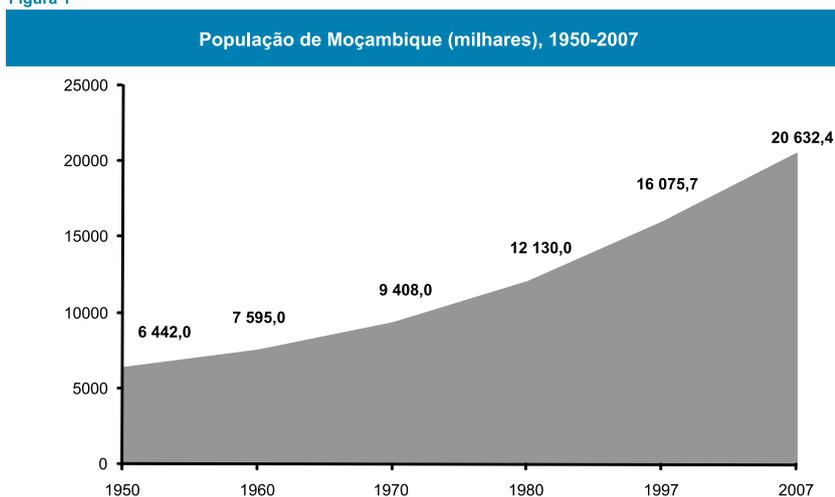
O caso da Nigéria chama mais atenção pelo facto de ser o país mais populoso da África e, por conta disso, apresentar um número maior de mulheres (4 milhões) com necessidade não satisfeita de contraceção, que, por sua vez, cresce à medida que a demanda pelo planeamento familiar aumenta. Estes milhões de mulheres, com necessidade não satisfeita de contraceção, contribuem directamente para o rápido crescimento populacional bem como para as altas taxas de mortalidade materno-infantil (Population Reference Bureau, 2010).

Por último, um aspecto, não menos relevante, na dinâmica do crescimento populacional na África sub-sahariana, tem a ver com os casamentos precoces nesta região. Population Reference Bureau (2010) refere que, em muitos países da África sub-sahariana, casamentos e gravidezes precoces são comuns. Por exemplo, em Malí, Malawi, Moçambique e Níger, cinquenta por cento de todas as mulheres têm tido o primeiro nascimento aos 18 anos. Isto tem implicações nos altos níveis tanto de fecundidade quanto de mortalidade materno-infantil.

3. Tendências do crescimento populacional em Moçambique

Grande parte da história da população de Moçambique é caracterizada por um crescimento lento devido aos elevados níveis de mortalidade e fecundidade. Embora dados populacionais fiáveis existam só desde as décadas de 1940 e 1950, um trabalho recente de Maddison (Maddison, 2010) permite ter uma ideia sobre o tamanho da população de Moçambique nos anos mais remotos. De acordo com a estimativa de Maddison (2010), Moçambique tinha, em 1891, ano do nascimento do Estado moderno (colonial) (Francisco, 2010), cerca de 4 milhões de habitantes, e atingiu 6,4 milhões em 1950 (Gaspar, 1989, 2002; UN, 2010), representando uma taxa de crescimento médio anual inferior a 1% (0,9%). De 1950 a 2007, ano do último censo, a população cresceu a uma taxa de 2% ao ano, atingindo 20,6 milhões, no ano do censo. Estes dados mostram uma aceleração do crescimento nos últimos 50 anos (Figura 1). Por exemplo, desde 1891, foram necessários pouco mais de 70 anos para se registar a primeira duplicação, em 1961, quando a população atingiu 7,6 milhões, 34 anos para a segunda duplicação, aos 15,8 milhões de habitantes, em 1995, e serão necessários apenas 28 anos para se registar a terceira duplicação, em 2023, com 31,6 milhões de habitantes (INE, 2010b; Maddison, 2010; UN, 2010).

Figura 1



Fonte: INE, 2000, 2010Ob; UN, 2010

A desagregação das taxas de crescimento pelos períodos inter-censitários (Quadro 1) mostra que estas têm estado a aumentar, como consequência da aceleração do crescimento populacional, com a excepção do período entre 1980 e 1997, onde, provavelmente, devido ao efeito da guerra civil, houve um pequeno abrandamento. A partir da década de 50, a população moçambicana experimentou um crescimento ascendente, tendo alcançado uma taxa de crescimento médio anual de 2,1% no período 1960-1970, representando, em termos relativos, um aumento em 15%, de 1950 a 1960, e em 25%, de 1960 a 1970 (Muanamoha, 1995). A chamada “política de fixação de colonos” no território, iniciada na década de 50, que visava o fomento da produção e do povoamento na colónia, incluindo a instalação de infra-estruturas produtivas e expansão da rede dos serviços de saúde pelo território podem ter contribuído para o aumento do crescimento populacional durante este período (Departamento de História da UEM, 1993; Spence, 1965).

O ritmo acelerado de crescimento populacional continuou no período pós-independência, com uma taxa média de crescimento anual de 2,5%, no período 1970-1980, devido, sobretudo à queda acelerada da mortalidade infanto-juvenil e ao aumento do nível de fecundidade (DNE, 1993; Gaspar, 1989). No período 1980-1997, a população cresceu a uma taxa de 1,7% (INE, 2000), apresentando-se mais baixa que a observada no período anterior, dada a intensificação da guerra civil que caracterizou esse período e que, consequentemente, vitimou milhares de moçambicanos e colocou outros tantos na condição de deslocados ou refugiados, além de piorar as condições de vida da maioria da população. Ao contrário, o último período inter-censitário, 1997-2007, registou uma taxa de crescimento de 2,7%, tendo aumentado em 42%, relativamente ao período anterior.

Normalmente, as mudanças no tamanho da população são determinadas por três variáveis: fecundidade, mortalidade e migração. Para o caso de Moçambique, mais de 95% do tamanho da população é determinado pelo comportamento da fecundidade e mortalidade. A escassez dos dados e o carácter irregular dos movimentos migratórios não nos permite fazer uma avaliação conclusiva sobre a migração internacional. No entanto, com a excepção do período da guerra, em que várias pessoas foram obrigadas a procurar refúgio nos países vizinhos¹, e dos movimentos de retorno que se verificaram após o Acordo Geral de Paz, no geral o saldo migratório (imigrantes-emigrantes), em Moçambique, tem sido muito baixo². Assim, esta discussão cingir-se-á à mortalidade e fecundidade.

Quadro 1

Indicadores demográficos seleccionados, Moçambique, 1950-2007						
	1950	1960	1970	1980	1997	2007
Taxa média anual de crescimento (%)	1,2	1,6	2,1	2,5	1,7	2,7
Taxa Bruta de Natalidade (por mil habitantes)	49,3	49,1	48	47	44,4	42,2
Taxa Bruta de Mortalidade (por mil habitantes)	35	30	25,6	20,5	21,2	15,6
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nados vivos)	231,0	201,0	193,0	156,1	145,7	95,5
Esperança média de vida à nascença (anos)	35,1	37,4	39,8	43,5	42,3	52,0
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	7,1	7	6,6	6,4	5,9	5,7

Fonte: Gaspar, 1989; INE, 2000, 2010b; UN, 2010

¹ Estima-se que a guerra tenha produzido cerca de 4,7 milhões de refugiados internos e externos, e que, entre 1993 e 1995, 1,7 milhões de refugiados regressaram dos países vizinhos, e cerca de 3 milhões de deslocados internos regressaram às suas casas (Gaspar, 2002:5).

² Por exemplo, na revisão de 2008, das projecções do mundo e de quase todos os países, as Nações Unidas estimaram um saldo migratório em torno de 1 000 pessoas por ano, para o período 1950-2010, e nulo, para o período 2010-2050 (UN, 2010).

Mortalidade

A mortalidade tem estado a diminuir progressivamente desde os anos 1950, período a partir do qual existem estimativas. A taxa de mortalidade infantil, definida como o quociente entre o número de óbitos com menos de um ano por cada mil nascimentos com vida, está entre as mais altas do mundo e, em 2007, situava-se 7% acima da média da África sub-sahariana (INE, 2010b; UN, 2010). No entanto, nos últimos 50 anos ela sofreu uma redução de cerca de 140%, baixando de 230 óbitos por mil nascimentos, em 1950, para 95,5, em 2007 (Gaspar, 2002; INE, 2010b; UN, 2010). Só nos últimos 10 anos, entre 1997 e 2007, houve uma redução da taxa de mortalidade infantil em 53%. A esperança de vida ao nascer, também, aumentou em cerca de 67%, nos últimos cinquenta anos, passando de 35 anos, em 1950, para 52 anos, em 2007 (Gaspar, 2002; INE, 2010b; UN, 2010).

Mesmo tendo em conta vários factores conjunturais, com influência na mortalidade, que afectaram o país, nos últimos cinquenta anos, como a guerra de libertação nacional, guerra dos 16 anos e a recente epidemia do HIV e SIDA, nota-se alguma melhoria no declínio dos níveis de mortalidade, como resultado do aumento do nível de educação da população e acesso aos serviços de saúde. Apesar de muitos médicos terem deixado o país após a independência, a implementação de uma política de saúde, baseada em serviços de saúde gratuitos e em campanhas de vacinação em massa, para os cuidados primários e preventivos, cobrindo a maior parte das áreas rurais, através de centros de saúde e brigadas móveis (Potts & Marks, 2001; Segall, 1977), teve um impacto na redução da mortalidade no final da década de 70 e princípios da década de 80. O aumento da cobertura das unidades sanitárias, após o fim da guerra, em particular a extensão do atendimento pré-natal e campanhas de imunização das crianças menores de 5 anos, têm também contribuído para a contínua redução da mortalidade geral da população.

Fecundidade

Ao contrário da mortalidade, o nível de fecundidade experimentou pouco declínio nos últimos 50 anos. A taxa de fecundidade total diminuiu lentamente de um nível de cerca de 7,1 filhos por mulher, em 1950, para 5,7 filhos em 2007 (Gaspar, 2002; INE, 2010b; UN, 2010). Tendo em conta estes dados, o nível de fecundidade de 2007 corresponde a 80% do seu nível máximo, o que representa um declínio em apenas 24% em meio século. Comparando os dois últimos censos, 1997 e 2007, a fecundidade diminuiu em apenas 4%, fruto da diminuição, em 20%, verificada nas áreas urbanas, e um aumento em 3% nas áreas rurais (INE, 2000, 2010b). Os factores que contribuem para um nível tão elevado de fecundidade podem estar relacionados com questões de natureza sócio-cultural e/ou económica. Segundo Caldwell e colegas (Caldwell & Caldwell, 1990; Caldwell, Orubuloye & Caldwell, 1992), na África sub-sahariana as crenças religiosas e práticas culturais valorizam a procriação, ao mesmo tempo que condenam a esterilidade e um número menor de filhos. Neste contexto, um maior número de filhos é vantajoso, porque desde novos eles apoiam a família nos trabalhos domésticos e na *machamba* (campo agrícola), sendo também uma garantia de sustento na velhice, uma vez que o sistema de segurança social tem uma cobertura muito limitada.

Por outro lado, o baixo nível de desenvolvimento sócio-económico tem sido associado aos baixos níveis de escolarização, sobretudo das mulheres, ao fraco acesso aos serviços de saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva e planeamento familiar, factores responsáveis pelos níveis elevados de fecundidade (National Research Council, 1993; Population Reference Bureau, 2010). De acordo com o censo de 2007, cerca de metade da população de 15 e mais anos de idade era analfabeta, sendo de 33%, entre os homens, e de 63% entre as mulheres.

A percepção de que altos níveis de fecundidade constituem um dos entraves ao desenvolvimento social e económico da maioria dos países em desenvolvimento, sobretudo os da África-sub-sahariana, levou a que, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, os países considerassem a redução do ritmo de crescimento populacional, através da diminuição da fecundidade, como um meio para acelerar o desenvolvimento sócio-económico dos países. Assim, reconheceram o direito que os casais têm de decidir sobre a sua procriação, devendo, no entanto, esta decisão ser tomada dentro da disponibilidade de uma gama de opções contraceptivas que ajudem as mulheres ou casais a planificar e a evitar os riscos de gravidezes indesejadas (United Nations, 2003).

Neste âmbito, em Moçambique, foi aprovada, em 1999, a Política de População. Nela se reconheceu que o nível da fecundidade era mais elevado do que o desejável, e se desenharam estratégias que pudessem conduzir à sua redução, sobretudo aumentando o acesso e disponibilização dos métodos contraceptivos, de forma que todas as mulheres ou casais pudessem realizar os desejos de fecundidade, isto é, de número de filhos (Conselho de Ministros, 1999). Note-se, porém, que apesar de a percentagem de mulheres sexualmente activas a usar um método moderno de contracepção ter aumentado de 5,4%, em 1997, para 14,2%, em 2003, esta continua ainda muito baixa para induzir à uma redução significativa no nível de fecundidade. Por outro lado, a demanda insatisfeita de contracepção, de mulheres sexualmente activas, não grávidas, que não pretendiam ter filho e que não usavam nenhum método contraceptivo, também aumentou significativamente, de 6,7% para 18,4% (INE & MISAU, 1998, 2005).

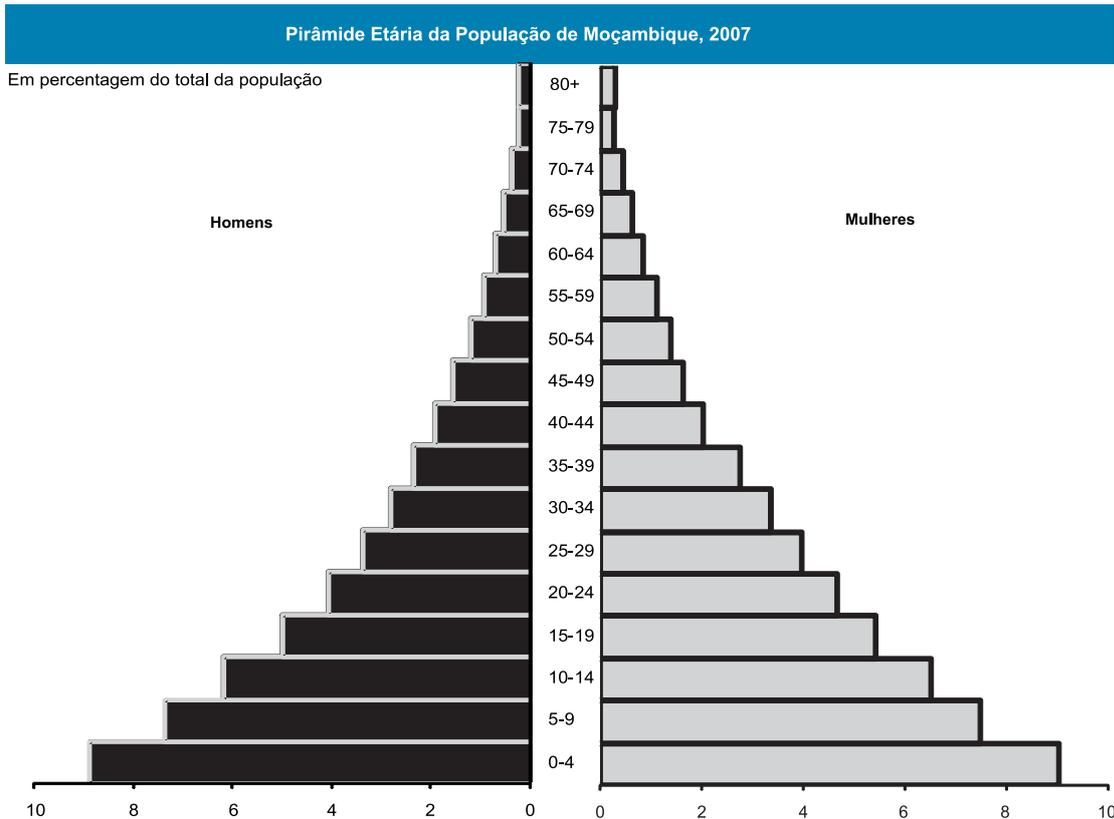
4. Implicações e desafios do crescimento populacional

Os elevados níveis de fecundidade nos países em desenvolvimento, particularmente em África, continuam a constituir principais determinantes do elevado crescimento de sua população, o qual tem implicações nos prospectos de desenvolvimento sócio-económico. Embora a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento sócio-económico não seja linear, a opinião de grande parte dos estudiosos de população suporta a ideia de que os países pobres seriam mais propensos a alcançar taxas de crescimento do seu rendimento per capita se as suas taxas de crescimento populacional diminuíssem. Para Elizaga (1979), a demanda sobre determinados bens e serviços é directamente afectada pela taxa de crescimento da população, como ocorre, por exemplo, com alimentos, habitação, educação, cuidados médicos e outros serviços públicos. Por conseguinte, o rápido crescimento demográfico inviabiliza as políticas governamentais, com objectivos económicos e de bem-estar social dos grupos da população de baixa renda. A atenção prestada às crescentes necessidades impõe uma carga pesada sobre os gastos correntes e, de igual modo, sobre os investimentos públicos em infra-estrutura social. O autor observa ainda que a terra agrícola, na sua dupla função de produtora de alimentos e de fonte de trabalho para uma importante fracção da população, sofre a forte pressão de um elevado crescimento demográfico. Os resultados são, por um lado, a emigração, em grande escala, das áreas rurais e, por outro, a elevação dos preços dos alimentos de primeira necessidade.

No entanto, o impacto da população sobre o desenvolvimento depende não só do seu ritmo de crescimento, mas também do seu tamanho e estrutura etária. Um relatório recentemente publicado pela *Population Action Internacional* (Leahy et al., 2010) apresenta evidências de como o tipo de estrutura etária da população pode ter influência no desenvolvimento económico e estabilidade política dos países. Uma estrutura favorável ao desenvolvimento é aquela em que grande percentagem da população está nas idades adultas e com pequena percentagem e crescimento lento da população dependente (crianças e idosos). Este tipo de estrutura proporciona uma base tributária suficiente para os serviços governamentais e uma rede de segurança social para os grupos dependentes. Em contraste, uma estrutura etária adversa (jovem), normalmente, apresenta uma percentagem de jovens dependentes e grandes taxas de desemprego (Leahy et al., 2010; United Nations, 2005).

Em Moçambique, o nível de fecundidade é o triplo do que seria necessário para garantir a reposição das gerações (cerca de 2 filhos por mulher). Este facto produz uma estrutura etária da população muito jovem (Figura 2) que, por sua vez, cria uma pressão sobre os recursos, aumenta a demanda e a despesa social, ao mesmo tempo que reduz a renda per capita, porque a proporção da população dependente é elevada, significando uma maior carga de dependência. De acordo com os dados do último censo, o índice de dependência demográfica, relação entre população em idade não activa (menores de 15 anos e idosos de 65 anos ou mais) e em idade activa (15-64), é de 99,8 por cento, ou seja, 10 dependentes por cada 10 pessoas em idade activa. Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Nações Unidas, este índice manter-se-á igual ou superior a 90%, pelo menos, até 2050 (INE, 2010b; UN, 2010). A seguir faz-se análise das implicações do crescimento e da estrutura etária da população de Moçambique na demanda dos serviços de saúde, educação e emprego.

Figura 2



Fonte: INE, Censo 2007

Serviços de saúde

O rápido crescimento populacional, sobretudo em países economicamente débeis, pode ter implicações na capacidade dos países em providenciar serviços de saúde básicos, em particular a saúde materno-infantil, devido à incapacidade de acompanhar o ritmo de crescimento populacional com o investimento necessário no sistema de saúde. Estas implicações podem ser inferidas, em parte, a partir de alguns indicadores de acesso aos serviços de saúde, tais como os rácios entre o número de habitantes e o de médicos, e o de enfermeiros e o de camas existentes no serviço nacional de saúde.

Em Moçambique, dada a actual dinâmica demográfica, caracterizada por elevadas taxas de crescimento populacional, a relação entre o número de habitantes e o de médicos, indica um rácio de 20 mil habitantes por cada médico. Este número é considerado demasiado elevado, quando comparado, por exemplo, com o rácio de Cabo Verde, que é de dez mil habitantes por médico (Rádio Moçambique, 2010), ou com o da União Europeia, em 2001, que era de 283 habitantes por cada médico (Grosse-Tebbe & Figueras, 2005). Isto reflecte a escassez de médicos que o país enfrenta, num contexto de crescimento contínuo de sua população, apesar dos avanços conseguidos nos últimos anos, em que, de 1980 a 2009, o país passou de 323 para 1042 médicos, representando um crescimento médio anual de 4,0%. Se se assumir que este número crescerá ao mesmo ritmo, nos próximos 30 anos, o número de médicos, em 2040, será pouco mais de 3000; e, tendo em conta o crescimento da população dado pelas projecções do INE (INE, 2010b), este aumento só poderá baixar o rácio habitante/médico para 15 000 habitantes por médico.

Paralelamente ao rácio entre o número de habitantes e o de médicos, pode-se falar do rácio entre o número de habitantes e o de trabalhadores de saúde (médicos e enfermeiros) existentes no país. No âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as Nações Unidas recomendam um rácio de pelo menos 23 trabalhadores da área da Saúde para 10 mil habitantes (cerca de 435 habitantes por trabalhador de saúde), para que os objectivos se considerem alcançados. Estima-se em cerca de 770 e 4 096 habitantes por cada trabalhador de Saúde, em África e Moçambique, respectivamente (INE, 2010a; Rádio Moçambique, 2010). Estes dois rácios são, respectivamente, duas e dez vezes mais elevados que o rácio considerado ideal pelas Nações Unidas. Por outro lado, alguns estudos sugerem que os países devem ter pelo menos 2,5 trabalhadores de Saúde por cada 1000 habitantes, para que possam alcançar os níveis mínimos de cobertura desejáveis (80%), para prestação de serviços qualificados, no atendimento materno-infantil e na imunização contra o sarampo (Republic of Zambia & WHO, 2006; Speybroeck et al., 2006). Moçambique encontra-se muito abaixo desta cifra, contando apenas com cerca de 0,05 médicos e 0,24 enfermeiros por cada 1000 habitantes. Isto revela que, para que Moçambique possa atingir o mínimo de 2,5 trabalhadores de Saúde, precisa de elevar o número de 6 255 médicos e enfermeiros, observado em 2009, para 55 000, mantendo, no entanto, o actual tamanho da população invariável.

Um outro aspecto que nos permite avaliar as implicações da dinâmica demográfica na demanda dos serviços de saúde tem a ver com evolução da relação entre o número de camas hospitalares existentes no serviço nacional de saúde e o tamanho da população. Aliás, este é um dos indicadores de disponibilidade, acesso e distribuição dos serviços de saúde. Este rácio não sofreu grande variação nos últimos 30 anos, tendo declinado, ligeiramente, de 1,4 (em 1980) para 0,8 camas por cada mil habitantes (em 2009), em consequência de um contínuo crescimento da população. Tendo em conta o crescimento da população nos próximos 30 anos, de acordo com as projecções do INE, a manutenção desta taxa necessitará de um aumento do número de camas para cerca de 37 000, em 2040, mais do que o dobro das existentes em 2009 (17 341 camas).

Serviços de educação

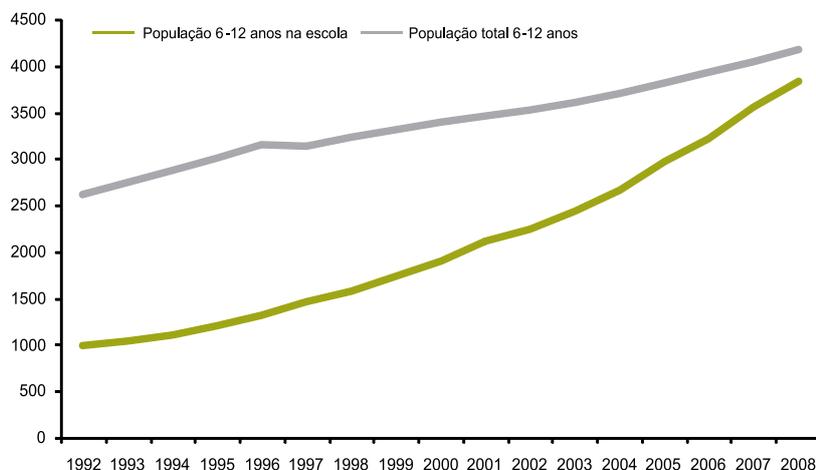
O rápido crescimento da população moçambicana e a conseqüente estrutura etária jovem constituem um desafio para a capacidade do Estado em satisfazer as necessidades de educação a muitas pessoas que anualmente procuram este tipo de serviços. A educação representa um dos mais importantes custos de uma distribuição etária jovem, em particular do ponto de vista de famílias individuais (van de Walle, 1975). Uma rápida expansão da população conduz à necessidade de investimentos adicionais na área da educação e pode tornar difícil o alcance dos objectivos na educação, quer sejam de cobertura ou níveis de sucesso escolar.

Em Moçambique, devido ao elevado nível de fecundidade e à diminuição contínua da mortalidade, a população em idade escolar cresce a um ritmo difícil de acompanhar com investimentos capazes de satisfazer totalmente a demanda. Devido ao facto de a mortalidade ser mais baixa, na faixa etária escolar (6-12 anos), em relação à população como um todo, o seu ritmo de crescimento é mais rápido que o da população no geral. Por exemplo, no período 1950-2007, enquanto a população total crescia a uma taxa anual de 2,0%, a população em idade escolar cresceu a uma taxa de 2,3% ao ano. Esta diferença é mais acentuada se considerarmos o último período inter-censitário, 1997-2007, onde a população total cresceu a 2,7%, ao ano, e a em idade escolar a 3,6%.

Não foi possível obter informação sobre o número de vagas escolares disponíveis por ano, no nível básico, para compará-las com o tamanho da população em idade escolar, potencial utilizadora destes serviços. No entanto, a comparação entre a população em idade escolar (6-12) e os registos anuais do Ministério da Educação, em relação à população em idade escolar a frequentar a escola, de acordo com o levantamento de 3 de Março, mostra que a percentagem de crianças fora da escola tem estado a diminuir significativamente (Figura 3). Os dados dos últimos dois censos, revelam que a percentagem da população em idade escolar básica, que no momento dos censos estava a frequentar uma escola, aumentou de 40,2%, em 1997, para 64,5%, em 2007, representando um aumento a uma taxa média anual de 8,3%. No entanto, este aumento assinalável da cobertura escolar só conseguiu reduzir a população em idade escolar, fora da escola, a uma taxa média anual de apenas 1,6%; cerca 1,5 milhões de crianças em idade escolar estavam fora da escola em 2007.

Figura 3

Comparação entre demanda e oferta da educação básica, (milhares) 1992-2008



Fonte: INE, 2010, estimativas não publicadas; MINED, 2010

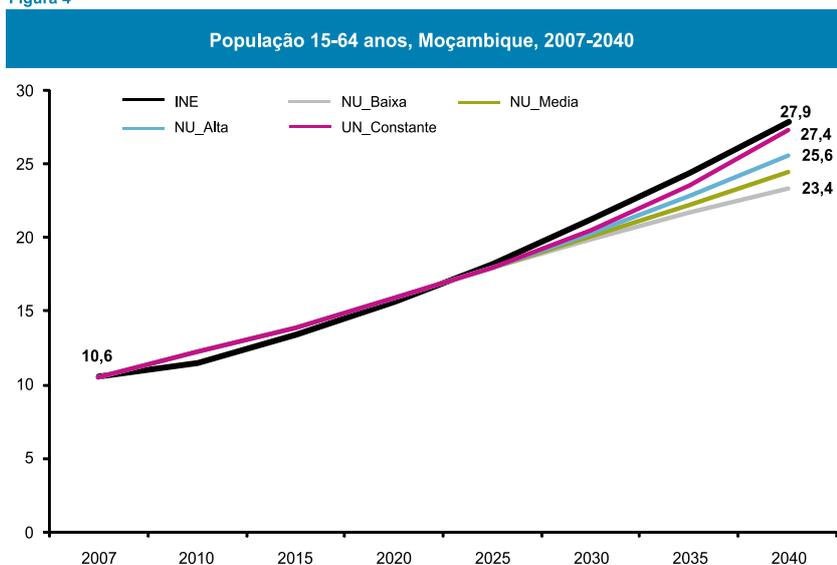
De acordo com os objectivos de desenvolvimento do milénio, Moçambique deverá atingir educação universal em 2015, isto é, todas as crianças em idade escolar deverão estar matriculados numa escola. Tendo em conta as projecções de população oficiais, do Instituto Nacional de Estatística, em 2015 a população em idade escolar (6-12 anos) será de 5,1 milhões, e para que este objectivo seja atingido o número de vagas escolares para este nível de ensino deverá aumentar a uma taxa média anual de 8,2%.

Demanda de emprego

Um crescimento populacional elevado aumenta o tamanho da força de trabalho para além da capacidade de o país criar investimento para absorver toda a demanda. Como foi referido anteriormente, em Moçambique existe uma pessoa dependente (menores de 15 anos + idosos de 65 ou mais anos) em cada pessoa em idade activa (15-64 anos), contra uma média de 8 dependentes em cada 10 adultos em idade activa na África sub-sahariana (UN, 2010). Embora, numa situação de elevada fecundidade, a percentagem da população em idade activa no total da população tende a não aumentar significativamente, em termos absolutos este aumento é muito notório e não tem sido acompanhado pelo aumento na oferta de emprego.

De 1997 a 2007, o peso da população em idade activa baixou ligeiramente de 52,3% para 51,3%, mas, em termos absolutos, aumentou de 8,4 para 10,6 milhões de habitantes. Com base nos dados de 2007, o INE (2010) projectou a população de Moçambique até 2040. Com base nestas projecções e naquelas regularmente feitas pelas Nações Unidas, é possível perspectivar o tamanho, não só da população total, mas também daquela em idade activa. Ao contrário do INE, as Nações Unidas projectam a população com base em quatro cenários, de acordo com as possíveis tendências de natalidade, mortalidade e migração. O primeiro cenário das Nações Unidas assume que os níveis actuais de natalidade, mortalidade e migração irão manter-se sem alteração durante o período da projecção, enquanto as outras três variantes (baixa, média e alta) assumem mudanças nestas variáveis no futuro, variando apenas na velocidade com que as mudanças do nível de fecundidade vão ocorrer. Tendo em conta os cinco cenários (quatro cenários das Nações Unidas e o do INE), a população em idade activa em 2040 será mais do que o dobro da de 2007, variando de 23,4 milhões a 27,9 milhões (Figura 4). Curiosamente, a projecção do INE resulta em número mais elevado que os quatro cenários das Nações Unidas, porque as Nações Unidas assumem maior nível de mortalidade e partem com uma fecundidade mais baixa.

Figura 4



De acordo com os dados dos dois últimos Censos (1997 e 2007), as taxas de participação, definidas como a percentagem da população em idade activa que exerceu alguma actividade económica, são elevadas, cerca de 70%. No entanto, apenas 15 por cento da população em idade activa é que possui emprego formal. A maior parte da população em idade activa (85%) exerce actividades por conta própria, no sector informal, e dificilmente consegue, com o rendimento desse trabalho, satisfazer as suas necessidades básicas.

No âmbito do reconhecimento não só da importância da produtividade do trabalho, mas também do trabalho decente para acabar com a pobreza e promover o desenvolvimento dos países, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) introduziu em 2008 quatro novos indicadores de emprego no primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM1), entre os quais figura a taxa de emprego vulnerável (OIT, 2009). Esta taxa é calculada como a soma de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores familiares, como uma proporção do total de emprego. Desta forma, ela capta o tamanho da força de trabalho que está empregada em circunstâncias relativamente precárias, consubstanciando-se como uma indicação da qualidade do emprego no país. Neste contexto, uma maior taxa de emprego vulnerável pode estar relacionada com a incapacidade de o país oferecer emprego formal à sua população economicamente activa, aumentando desta forma o nível de pobreza (Arnaldo & Norte, 2009).

A comparação das estimativas sobre emprego vulnerável em Moçambique, entre 1997 e 2007, mostra que, nos últimos dez anos, esta taxa praticamente permaneceu constante, uma vez que, em 1997, estimava-se em 87% e, em 2007, foi de 85%. Tendo em conta a provável evolução da procura (Figura 4), uma redução significativa nos próximos anos constitui um grande desafio.

5. Conclusões

Este artigo trouxe à reflexão um dos grandes constrangimentos no processo de desenvolvimento da África sub-sahariana e, particularmente, de Moçambique. Esse constrangimento tem a ver com a dinâmica demográfica, traduzida num elevado e contínuo crescimento da população, resultante de um nível de fecundidade ainda elevado e de uma diminuição relativa do nível de mortalidade, em particular da infantil. No caso específico de Moçambique, a tendência da fecundidade indica que ela manter-se-á elevada ainda por vários anos, pois o último censo demográfico (de 2007) revelou que, apesar de ter-se registado diminuição da fecundidade urbana, o nível de fecundidade rural sofreu um ligeiro aumento. Isto dá indicação de que há ainda muito por se fazer, no sentido de se inverter a tendência da fecundidade da área rural, onde, por sinal, reside o grosso da população feminina em idade reprodutiva. As reais causas da persistência de altos níveis de fecundidade rural devem ser investigadas, de modo que se possa desenvolver uma acção mais acertada com vista à redução dos actuais níveis de fecundidade do meio rural.

Ficou claro ao longo do texto que as condições de fecundidade prevalentes no país são, em grande medida, responsáveis pela predominância de uma estrutura etária da população cada vez mais jovem, levando à uma elevada proporção da população dependente. As implicações esperadas podem ser traduzidas na redução do ingresso per capita e da capacidade de poupança das famílias, bem como no desvio dos investimentos económicos para investimentos em serviços sociais básicos e de infra-estrutura. Enfim, um índice de dependência demográfica igual ao que Moçambique apresenta actualmente (99,8%) tende a direccionar uma maior porção do produto nacional para o consumo em detrimento da formação do capital (poupança das famílias e do sector público).

Alguns dos desafios ao processo de desenvolvimento do país, destacados no texto, têm a ver com os sectores da educação, do emprego e da saúde. Dada a actual estrutura etária jovem da população moçambicana, e tendo-se ainda em conta o facto de a população na faixa etária escolar (6-12 anos) crescer a uma taxa muito mais elevada que a da população total, coloca-se grande desafio ao Estado que deve redobrar esforços com vista a elevar a sua capacidade de poder satisfazer as necessidades de educação a muitas pessoas que anualmente procuram este tipo de serviço.

É um facto de que a faixa etária escolar de 6 a 12 anos, considerada, corresponde ao ensino básico e, por isso, pode não constituir tanta pressão sobre a demanda pelos serviços quanto nas classes subsequentes, pois no ensino básico a pressão pode ser aliviada pelo sistema de passagens automáticas de 1ª a 5ª classes. Mas, também, é sabido que nas classes subsequentes, que envolvem a população da faixa etária de 13 a 17 anos, as repetições podem resultar numa maior pressão sobre os serviços de educação, devido ao seu efeito cumulativo da população escolar em determinadas classes, agravado pelo grande fluxo de entradas das classes precedentes.

No que respeita ao emprego, dados discutidos ao longo do texto indicam que a força de trabalho em Moçambique está registando incrementos significativos ao longo do tempo, que não são acompanhados, na mesma proporção, pelo incremento da capacidade de o Estado criar investimento que permita a absorção de toda a demanda. Isto é consubstanciado pelo facto de a proporção da população economicamente activa com emprego formal ser bastante reduzida (apenas quinze por cento), enquanto aquela com emprego informal perfaz o grosso da população ocupada (oitenta e cinco por cento). Uma das implicações disto é a existência de uma considerável força de trabalho, empregada em circunstâncias relativamente precárias, o que se espelha no predomínio do emprego vulnerável no país. O predomínio do emprego vulnerável é encarado como resultante da incapacidade de o país oferecer emprego formal à população economicamente activa, o que tem contribuído para o aumento do nível de pobreza.

Dados apresentados do sector da saúde sugerem que Moçambique deve redobrar esforços, no sentido de aumentar o número de trabalhadores da saúde na população total. Isto passa, necessariamente, pela intensificação da formação de médicos e enfermeiros, de forma a corresponder ao actual ritmo de crescimento populacional.

6. Referências Bibliográficas

Arnaldo, Carlos & Gilberto Mariano Norte. 2009. *Análise dos Indicadores de Emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Moçambique*. Relatório preparado para a Organização Internacional do Trabalho. Maputo.

Beaujeu-Garnier, Jacqueline. 1980. *Geografia de População*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Brown, Lester R. 1995. "Food Yields Are Shrinking as Population Grows". Pp. 122-124 in C. F. Hohm (ed), *Population: opposing viewpoints*. San Diego: Greenhaven Press, Inc.

Caldwell, John C. & Pat Caldwell. 1990. "Cultural forces tending to sustain high fertility". Pp. 199-214 in G. T. F. Acsadi, G. Johnson-Acsadi & R. A. Bulatao (eds), *Population Growth and Reproduction in Sub-Saharan Africa: Technical Analyses of Fertility and Its Consequences*. Washington D.C.: World Bank.

Caldwell, John C., I.O. Orubuloye & Pat Caldwell. 1992. "Fertility decline in Africa: a new type of transition?". *Population and Development Review* 18 (2):211-242.

Conselho de Ministros. 1999. *Política de População. Resolução Nº 5/99 de 13 de Abril*. Maputo, Moçambique.

Departamento de História da UEM. 1993. *História de Moçambique, Volume 3*. Maputo: Departamento de Historia, Universidade Eduardo Mondlane.

DNE. 1993. *Fecundidade, Mortalidade e Planeamento Familiar em Moçambique*. Série População e Desenvolvimento. Maputo: Direcção Nacional de Estatística.

Elizaga, Juan C. . 1979. *Dinamica y Economia de la Población*: Centro Latinoamericano de Demografia.

Ezeh, Alex C., Blessing U. Mberu & Jacques O. Emina. 2009. "Stall in fertility decline in Eastern African countries: regional analysis of patterns, determinants and implications". *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 364:2991-3007.

Foote, Karen A., Kenneth H. Hill & Linda G. Martin. 1993. *Demographic Change in Sub-Saharan Africa*. New York: National Academy of Sciences.

Francisco, António. 2010. *Crescimento Demografico em Moçambique: Passado, Presente... que Futuro?* Canal de Moçambique. Maputo.

Gaisie, S. K. 1975. "Population Growth & Its Components". Pp. 346-366 in J. C. Caldwell (ed), *Population Growth and Socioeconomic Change in West Africa*. New York: Columbia University Press.

Gaspar, Manuel da Costa. 1989. *Contribuições Para o Estudo da Dinâmica Demográfica de Moçambique*. Dissertação de Mestrado em Demografia. Belo Horizonte: Centro de Planeamento e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

Gaspar, Manuel da Costa. 2002. "Population size, distribution, and mortality in Mozambique, 1960-1997". Pp. 5-34 in A. Wils (ed), *Population-Development-Environment in Mozambique: Background Readings*. Luxemburg: International Institute for Applied Systems Analysis.

Graham Jr., Frank. 1995. "Overpopulation Is the Root of Most of the World's Problems". Pp. 55-60 in C. F. Hohm (ed), *Population: opposing viewpoints*. San Diego: Greenhaven Press, Inc.

Grosse-Tebbe, Susanne & Josep Figueras. 2005. *Snapshots of health systems. European Observatory on Health Systems and Policies*. Copenhagen: World Health Organization.

INE. 2000. *Panorama Sócio-Demográfico, 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE. 2010a. *Estatísticas Sectoriais: Saúde*: http://www.ine.gov.mz/sectoriais_dir/saude_dir/. (Acedido em 14.12.2010).

INE. 2010b. *Projeções Anuais da População Total, Rural e Urbana, 2007 - 2040* Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE & MISAU. 1998. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde - 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE & MISAU. 2005. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde - 2003*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Jones, Huw R. . 1990. *Population Geography*. London: Paul Chapman Publishing Ltd.

Kelley, Allen C. 2001. "The Population Debate in Historical Perspective: Revisionism Revisited". Pp. in N. Birdsall, A. C. Kelley & S. Sinding (eds), *Population Matters: Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in Developing World*: Oxford University Press: <<http://econ.duke.edu/pub/kelley/revision.pdf>> (Acedido em 02.12.2010).

Kent, Mary Mederios 1995. "Population Growth Is Causing Water Shortages". Pp. 125-128 in C. F. Hohm (ed), *Population: opposing viewpoints*. San Diego: Greenhaven Press, Inc.

Kuznets, Simon. 1974. *Poblacion y Crecimiento Económico*. San Jose, Costa Rica.

Leahy, Elizabeth, Robert Engelman, Carolyn Gibb Vogel, Sarah Haddock & Tod Preston. 2010. *The Shape of Things to Come. Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World*. Washington DC: Population Action International

Maddison, Augus. 2010. *Statistics on World Population, GDP and per Capita GDP, 1-2008 AD*. <http://www.ggd.net/maddison/>. Acedido em: 11.10.2010.

Merrick, Thomas W. 2002. "Population Poverty: New Views on an Old Controversy In:". *International Family Planning Perspectives* 28 (1).

Muanamoha, Ramos Cardoso. 1995. *Tendências Históricas da Distribuição Espacial da População em Moçambique*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

National Research Council. 1993. *Demographic Effects of Economic Reversals in Sub-Saharan Africa*. Washington, D.C.: National Academic Press.

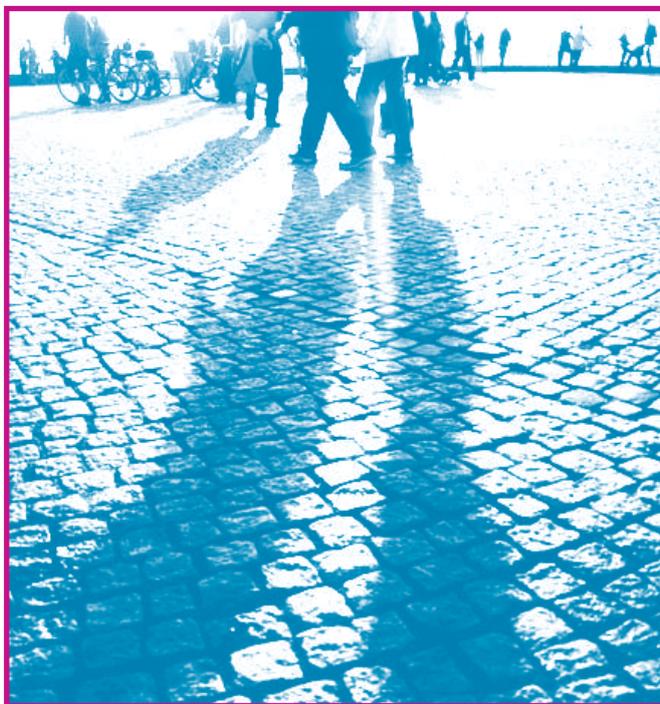
OIT. 2009. *Guia sobre os novos Indicadores de Emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

Population Reference Bureau. 2010. *World Population Awareness: Population Dynamics of Africa*: www.overpopulation.org/Africa.html (Acedido em 10.11.2010)

Potts, Deborah & Shula Marks. 2001. "Fertility in Southern Africa: the quiet revolution". *Journal of Southern African Studies* 27 (2):189-205.

Rádio Moçambique. 2010. *Governo moçambicano quer inverter rácio de um médico por 20 mil habitantes*: <http://www.mozclick.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=3438&z=100>. (Acedido em 14.12.2010).

- Republic of Zambia & WHO. 2006. *Service Availability Mapping (SAM)* Geneva: World Health Organization. <http://www.who.int/healthinfo/systems/samreportzambia.pdf>. (Acedido em 16.12.2010).
- Segall, Malcolm. 1977. "Health and national liberation in the People's Republic of Mozambique". *International Journal of Health Services* 7 (2):319-325.
- Spence, C. F. 1965. *Moçambique: África Oriental Portuguesa*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa.
- Speybroeck, Niko, Yohannes Kinfu, Mario R. Dal Poz & David B. Evans. 2006. *Reassessing the relationship between human resources for health, intervention coverage and health outcomes. Background paper prepared for The world health report 2006 - working together for health*. Geneva: World Health Organization. http://www.who.int/hrh/documents/reassessing_relationship.pdf. (Acedido em 16.12.2010).
- Struthers, Sally 1995. "Overpopulation Is a Primary Cause of Poverty". Pp. 111-113 in C. F. Hohm (ed), *Population: opposing viewpoints*. San Diego: Greenhaven Press, Inc.
- Thompson, Warren S. & David T. Lewis. 1965. *Population Problems*. New York McGraw-Hill.
- UN. 2010. *World Population Prospects: The 2008 Revision*, <http://esa.un.org/undp/index.asp>. New York: United Nations Population Division (Acedido em 04.11.2010).
- United Nations. 2003. *Fertility, Contraception and Population Policies*. New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.
- United Nations. 2005. *Population Challenges and Development Goals*. New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- van de Walle, Etienne 1975. "Population and Development". Pp. 136-152 in J. C. Caldwell (ed), *Population Growth and Socioeconomic Change in West Africa*. New York Columbia University Press.
- Weeks, John R. . 1999. *Population: An introduction to concepts and issues*. New York: Wadsworth Publishing Company.
- Yaukey, David. 1990. *Demography: The Study of Human Population*. Illinois: Waveland Press, Inc
- Yunes, João. 1971. "A dinâmica populacional dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos". *Revista de Saúde pública* 5:129-150.



Crescimento da População em Angola: “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”

Autor: João Baptista LUKOMBO Nzatuzola

Sociólogo e demógrafo, membro da Associação Portuguesa de Demografia (APD); docente do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), Faculdade de Economia da Universidade de Angola (UAN); Coordenador da cadeira de demografia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS) e regente na faculdade de Economia no Instituto de Ciências da Saúde, em Luanda, Angola.

lukombojoabaptista@yahoo.com.br

The population growth in Angola: “A glance at Luanda situation and population dynamic”

Resumo:

Angola regista um grande deficit de dados demográficos recentes. Desde a independência, em 1975, nunca mais se realizou um censo da população, estando o próximo previsto para 2013. A situação de guerra em que o país mergulhou até 2002 não permitiu a realização desta operação estatística. A julgar pelos resultados dos diferentes censos populacionais, desde 1940 que Luanda duplica a sua população todos os 10 anos. No entanto, projecções da população provenientes de várias fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) e da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU) calculadas com base nas de taxas de crescimento dos censos realizados na época colonial permitem mostrar a tendência dos efectivos populacionais do país. Dados recentes do Luís Filipe Colaço, um demógrafo angolano, apontam como projecções da população de Angola 20 785 milhares de indivíduos em 2015, valores que sobem para 24 225 e 28 213 milhares de indivíduos respectivamente em 2020 e em 2025. No entanto, de acordo com a revisão das projecções efectuada em 2010 pela Divisão de População da ONU, as últimas projecções atingem os 21 842,4 milhares de indivíduos em 2015, os 24 780,2 em 2020, e em 2025, ascendem a 27 766,5 milhares de indivíduos. Constata-se, assim uma ligeira diferença para menos entre os dados calculados pelo investigador angolano e os da ONU no que se reporta aos anos de 2015 e 2020, observando-se o inverso em 2025 2025.

Palavras Chave: Censo, Crescimento da população, Projecções demográficas, Fluxos.

Abstract

In Angola, there is at the present time a serious demographic data scarcity; this situation is due to lasting civil war. Since country independence event in 1975 no census has been realised until now and the next is planned for 2013. Nevertheless, according to projections, based on available data, and calculated by different sources, mainly from National Institute of Statistics (INE) and the Population Division of United Nations (UNPD) it is possible to see the trend in population growth. Luis Filipe Colaço, an Angolan demographer, presents an overview on the matter and pointed as projection, in 2015, 20 785 thousands inhabitants, 24 225 in 2020 and 28 213 thousands inhabitants in 2025; meanwhile the UNPD quotes 21 842.4 thousands in population in 2015, 24 780.2 thousands in 2020 and 27 766.5 in 2025 We can find slight differences in data calculated by Angolan source in comparison with UN source, for minus in the years 2015 and 2020, and the reverse in 2025.

Key words: Census, Population growth Demographic projections, Flux.

Introdução

A base de dados estatísticos disponíveis sobre a população angolana é bastante frágil. Os dados demográficos existentes são poucos fiáveis. No que diz respeito às tendências de crescimento da população, pode presumir-se que a taxa observada nos anos 70 do século passado foi fortemente afectada pela subestimação registada no último recenseamento colonial, realizado no país em 1970 e agravada pela saída maciça dos portugueses, cerca de 300 000, que ocorreu durante a referida década. Desde então, as extrapolações e estimativas parecem indicar que a intensidade do crescimento da população seria retomada com um novo impulso tendente a aproximar da média preponderante em África (3,05% por ano), a mesma começaria só a decrescer no novo século.

Depois da independência em 11 de Novembro de 1975, tentou-se realizar um censo geral da população. Por razões da situação de guerra civil, foi necessário adoptar um recenseamento cobrindo as províncias e municipalidades não directamente afectadas pelo conflito. Este censo foi realizado entre 1983 e 1985. Em 1980, segundo estas estimativas oficiais, a população atingia 7,7 milhões de habitantes, o que traduzia uma taxa média de crescimento de 3,2% em relação à década anterior. Esta taxa era bastante elevada se tivermos em consideração a guerra civil e o êxodo maciço dos portugueses no momento da descolonização (1974-1975). Embora os dados não sejam fiáveis, estima-se que a população cresceu a uma taxa de 2,5% durante os anos 80, atingindo cerca de 9 milhões em 1989. A densidade da população é muita baixa situando-se nos 7,2 habitantes por km². As províncias mais povoadas são Huambo, Luanda, Bié, Malange e Guala. Os mais importantes centros urbanos são Luanda, com cerca de 3,5 milhões de habitantes, Huambo, Benguela, Lobito, Lubango, Malange, Cabinda, Uíge, Kuito, Saurimo, Namibe, Ndalatando e Mbanza Kongo.

Segundo fontes oficiais a realização do próximo Censo Geral da População de Angola está prevista para 2013, no período entre 16 de Julho a 18 de Agosto.

1. Crescimento da população e ocupação do espaço

Em 2009, estimava-se, a população total de Angola em 18 409 010 habitantes, conforme mencionado no Relatório Económico e 2009 elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN). Àquele quantitativo populacional correspondia uma taxa de crescimento demográfico de 2,9 %, uma taxa de fecundidade total de 5,8 crianças por mulher, uma densidade populacional de 14,7 habitantes por km², enquanto a população rural representava cerca de 45 % do total da população.

O relatório alude para a existência de diferentes estimativas da população, algumas das quais apontando para uma população de Angola, no mesmo ano, superior a de 22 milhões de pessoas.

É provável que a população total do país, em 2010, ronde os 19 milhões de habitantes. De facto, estimativas do CEIC feitas com base dos resultados do registo eleitoral de 2007 e divulgadas no Relatório Económico 2010, admitindo uma taxa de crescimento demográfico entre 2,7% e 2,9% e uma taxa média de fecundidade total de 5,8 crianças por mulher a população cifrava-se em 18 943 mil habitantes, valor próximo dos 19 082 milhares de indivíduos projectados pela Divisão de População das Nações Unidas (Revisão 2010, cenário médio).

A nota mais saliente relaciona-se se com a grande concentração populacional de Luanda a qual corresponde, praticamente a 30% da população total do país (mais de 5 milhões habitantes em 2007). Estima-se que entre 2000 e 2007 se tenha registado um aumento de 10 pontos percentuais na quantidade de pessoas que passaram a residir em Luanda (Relatório Económico 2010 CEIC/UCAN, Junho 2011)

O CEIC/UCAN alerta para o êxodo rural que o país regista, para o forte ritmo de urbanização, sobretudo depois de 2002, observado nas principais cidades, em particular Luanda. Estes fluxos migratórios internos reflectem a procura de novas oportunidades de trabalho e de negócios entretanto proporcionados.

As diferentes taxas de crescimento de populações residentes nas zonas urbanas e rurais reflectem em mais alto grau, as vicissitudes do período compreendido entre 1970 -1990 durante o qual pelo menos 2/3 de qualquer crescimento registado da população foi produto das zonas urbanas do país. Com a continuidade destas tendências identificadas, Angola poderia contar, no limiar do século XXI com 2/5 da sua população maioritariamente urbana.

Um critério possível para melhorar a ocupação do imenso espaço territorial, ainda segundo o CEIC, por razões de equilíbrio regional, reconciliação nacional e limitação de emigração fronteiriça era “estabelecer um valor desejável para o rácio população/superfície de, por exemplo, 25 habitantes por km² devidamente bem distribuídos”.

Como se sabe está previsto para 2013 a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, operação estatística que permitirá, certamente, melhor caracterizar a situação demográfica de Angola. As Nações Unidas apontam no relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 um quantitativo populacional em Angola, em 2010, de 19 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento natural de 3,25%. Para 2015 prevê -se um volume global de população em Angola de 21,7 milhões de pessoas de acordo com as Nações Unidas. As estimativas de Centro de Estudos Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN) com base no registo eleitoral de 2007 anotam uma cifra bem próxima e avaliada em 18 043 mil habitantes considerando uma taxa de crescimento demográfico anual entre 2,7% e 2,9% e uma taxa média de fecundidade de 5,6 crianças por mulher (Relatório económico de 2010 CEIC/UCAN Luanda, Junho de 2011).

A nota mais saliente relaciona-se com a grande concentração populacional de Luanda com praticamente 30% da população total do país (mais de 5 milhões habitantes em 2007). Entre 2000 e 2007 registou-se um aumento de 10 pontos percentuais na quantidade de pessoas que passaram a residir em Luanda (Relatório económico 2010 CEIC/UCAN, 2010)

2. Estrutura populacional

A estrutura demográfica angolana caracteriza – se por uma população bastante jovem. Com efeito a pirâmide etária apresenta a base bastante larga e o vértice estreito, forma que reflecte, principalmente, o número elevado de crianças que nascem. Um resultado natural da alta fecundidade que como prevalece no país.

A fim de identificar alguns cálculos divulgados é possível notar que a faixa etária que reúne a população mais jovem (menos de 15 anos) apresenta proporções que não se mostram, substancialmente, diferentes segundo o sexo e o local de habitação que, em todos os casos correspondem quase à metade da população. No que diz respeito à camada da população potencialmente activa (15-59 anos), sob o ponto de vista económico, é possível observar algumas diferenças, tanto em termos de proporções entre os sexos como da participação própria, relativamente a esta faixa de idade que representa cada um dos totais consideráveis. Nos meios rurais, a proporção das mulheres em idade activa teria atingido, em 1990, 24,8% contra 17,6% para os homens. Nos meios urbanos, a diferença seria menos acentuada e corresponderia a 24,8% e 21,8% respectivamente de mulheres e de homens. A guerra civil causou enormes estragos no país desde 1975 por um lado, e provocou por outro um movimento de migração interna orientada principalmente para as grandes cidades do país. Pode-se deduzir que as diferenças nessas percentagens reflectem uma selectividade por sexo a nível da população em idade activa que abandonava os meios rurais (FNUAP 93). A esperança de vida à nascença, é muito baixa, com os indivíduos a não sobreviverem para além dos 40 anos, como resultado das elevadíssimas taxas de mortalidade infantil (150 óbitos com menos de um ano por mil 1 000 nados vivos) e de mortalidade infanto-juvenil (250 em 1000 nascimentos)

Uma outra face desta situação é a extrema juventude da população, em que 50% tem menos de 15 anos e 40% menos de 10 anos. Somente 2% da população tem 65 anos ou mais. A idade mediana da população angolana, ou seja a que divide a população em duas metades, é de apenas 15 anos, e a idade média é de 20 anos, valor que desce para 19 anos em Luanda. Esta estrutura etária determina uma elevada dependência da população em idade activa e a médio prazo, uma oferta de mão de obra crescente.

Com uma incidência de população muito jovem idade igual ou abaixo dos 15 anos de 47,8 % do total. Em contrapartida, o peso da população idosa (65 ou mais anos) não corresponde a 2,6% do total da população, não sendo portanto estranho que a idade média da população angolana ronde 22,8 anos (Relatório Económico 2009 CEIC/UCAN, Junho de 2010).

Quadro 1

População em 1 de Julho, por grupo etário e sexo (milhares), Angola, 2005-2050, cenário médio											
Grupo etário	Sexo	2005	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
0-4 anos	HM	3 209,5	3 377,6	3 608,4	3 839,3	4 021,1	4 130,3	4 168,5	4 169,8	4 159,3	4 130,4
	H	1 612,9	1 698,5	1 815,8	1 933,3	2 025,8	2 081,6	2 101,4	2 102,5	2 097,5	2 083,2
	M	1 596,5	1 679,0	1 792,6	1 906,0	1 995,3	2 048,7	2 067,1	2 067,3	2 061,8	2 047,2
5-9 anos	HM	2 556,2	3 013,7	3 193,1	3 435,1	3 669,3	3 868,6	3 997,2	4 055,0	4 074,6	4 080,2
	H	1 278,7	1 511,4	1 602,1	1 724,1	1 843,0	1 944,2	2 009,6	2 039,3	2 049,6	2 052,6
	M	1 277,5	1 502,3	1 591,0	1 711,0	1 826,3	1 924,3	1 987,5	2 015,7	2 025,0	2 027,5
10-14 anos	HM	2 087,2	2 495,4	2 946,8	3 131,0	3 367,0	3 606,4	3 811,5	3 946,9	4 011,6	4 037,9
	H	1 038,5	1 247,7	1 476,9	1 569,8	1 688,7	1 809,9	1 913,8	1 982,4	2 015,4	2 028,9
	M	1 048,7	1 247,7	1 469,8	1 561,2	1 678,4	1 796,6	1 897,7	1 964,5	1 996,2	2 009,0
15-19 anos	HM	1 751,2	2 057,3	2 460,4	2 908,7	3 085,6	3 323,5	3 565,0	3 772,6	3 910,9	3 979,2
	H	867,9	1 023,1	1 229,4	1 456,7	1 545,6	1 665,0	1 787,0	1 891,9	1 961,9	1 996,5
	M	883,3	1 034,2	1 231,0	1 452,0	1 540,1	1 658,4	1 777,9	1 880,6	1 949,1	1 982,7
20-24 anos	HM	1 449,4	1 715,6	2 016,6	2 415,4	2 851,7	3 030,7	3 270,0	3 513,1	3 723,0	3 864,5
	H	718,8	848,2	1 000,4	1 203,8	1 424,6	1 514,3	1 634,2	1 756,7	1 862,5	1 933,8
	M	730,6	867,4	1 016,2	1 211,6	1 427,2	1 516,4	1 635,8	1 756,5	1 860,5	1 930,7
25-29 anos	HM	1 180,8	1 408,8	1 670,0	1 968,0	2 355,0	2 786,6	2 967,7	3 208,4	3 453,1	3 665,3
	H	585,7	697,1	823,7	973,7	1 170,5	1 388,2	1 478,8	1 599,2	1 722,2	1 828,9
	M	595,2	711,7	846,3	994,3	1 184,5	1 398,4	1 488,9	1 609,2	1 730,9	1 836,4
30-34 anos	HM	943,6	1 138,9	1 362,5	1 620,4	1 908,7	2 290,3	2 716,9	2 900,2	3 142,2	3 388,4
	H	466,7	564,7	673,6	798,3	942,9	1 136,2	1 350,7	1 442,3	1 563,0	1 686,4
	M	477,0	574,2	688,9	822,1	965,8	1 154,1	1 366,1	1 457,9	1 579,2	1 701,9
35-39 anos	HM	778,9	902,9	1 094,3	1 313,8	1 561,7	1 845,9	2 221,7	2 642,9	2 828,2	3 071,1
	H	383,3	446,8	542,4	649,3	768,8	910,6	1 100,2	1 311,4	1 403,6	1 524,5
	M	395,7	456,1	551,9	664,5	792,9	935,3	1 121,6	1 331,5	1 424,6	1 546,6
40-44 anos	HM	645,7	740,8	862,3	1 048,8	1 258,1	1 500,8	1 780,3	2 149,7	2 564,6	2 751,5
	H	314,7	363,8	425,9	519,0	620,7	737,3	876,0	1 061,6	1 269,1	1 362,0
	M	330,9	377,0	436,4	529,7	637,3	763,5	904,3	1 088,1	1 295,5	1 389,6
45-49 anos	HM	520,4	611,4	703,6	821,5	998,1	1 201,2	1 438,4	1 712,2	2 074,2	2 481,6
	H	250,7	296,2	343,8	404,0	491,9	590,3	703,7	838,9	1 020,0	1 223,1
	M	269,7	315,2	359,8	417,5	506,1	610,9	734,6	873,4	1 054,2	1 258,4
50-54 anos	HM	413,7	489,2	575,9	664,4	775,1	944,8	1 141,3	1 371,7	1 638,7	1 991,3
	H	196,8	233,4	276,7	322,2	378,5	462,6	557,3	666,8	797,8	973,4
	M	216,9	255,8	299,3	342,2	396,6	482,2	584,0	704,9	840,9	1 017,9

Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Quadro 1 (Continuação)

População em 1 de Julho, por grupo etário e sexo (milhares), Angola, 2005-2050, cenário médio											
Grupo etário	Sexo	2005	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
55-59 anos	HM	305,5	382,8	453,7	535,8	618,0	723,7	885,7	1 074,3	1 296,5	1 554,5
	H	144,6	179,9	214,1	254,7	296,8	350,2	429,8	520,1	624,9	750,5
	M	160,9	202,9	239,6	281,1	321,2	373,5	455,8	554,3	671,6	804,0
60-64 anos	HM	242,0	274,2	344,9	410,7	485,8	562,9	662,6	815,0	993,4	1 204,4
	H	112,8	128,1	159,9	191,3	228,1	267,1	316,9	391,1	475,6	574,1
	M	129,1	146,1	184,9	219,4	257,7	295,8	345,7	423,9	517,9	630,3
65-69 anos	HM	178,3	205,5	234,3	296,9	355,1	422,9	493,3	584,9	724,1	887,9
	H	81,6	94,3	107,8	135,6	162,9	195,6	230,7	275,8	342,5	419,0
	M	96,7	111,1	126,6	161,3	192,2	227,3	262,7	309,2	381,6	469,0
70-74 anos	HM	119,0	138,1	160,7	185,2	236,5	286,0	344,3	405,4	485,2	605,6
	H	53,2	62,0	72,4	83,6	106,0	128,8	156,4	186,1	224,7	281,3
	M	65,8	76,1	88,3	101,6	130,5	157,2	187,9	219,3	260,6	324,3
75-79 anos	HM	67,1	79,7	93,8	110,8	129,3	167,7	205,7	251,1	299,1	362,4
	H	28,9	34,6	40,9	48,5	56,8	73,2	90,2	111,1	133,8	163,6
	M	38,2	45,2	52,9	62,3	72,5	94,5	115,5	139,9	165,3	198,8
80-84 anos	HM	29,6	36,1	43,7	52,4	63,0	75,0	99,2	123,9	153,8	185,8
	H	12,1	14,9	18,2	22,0	26,6	31,8	41,8	52,6	65,8	80,4
	M	17,5	21,2	25,5	30,4	36,4	43,2	57,4	71,4	87,9	105,4
85-89 anos	HM	9,0	11,5	14,3	17,8	21,8	26,9	32,8	44,5	56,8	71,8
	H	3,4	4,3	5,5	6,9	8,6	10,7	13,2	17,8	22,9	29,3
	M	5,7	7,1	8,8	10,8	13,2	16,2	19,6	26,7	33,8	42,4
90-94 anos	HM	1,7	2,3	3,0	3,8	4,9	6,1	7,8	9,8	13,5	17,6
	H	0,5	0,7	1,0	1,3	1,7	2,2	2,8	3,6	5,0	6,6
	M	1,2	1,5	2,0	2,5	3,2	3,9	5,0	6,2	8,6	11,1
95-99 anos	HM	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,8	1,1	1,4	1,8	2,5
	H	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,6	0,8
	M	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,6	0,7	0,9	1,2	1,7
100 e + anos	HM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
	H	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
TOTAL	HM	16 489,0	19 081,9	21 842,4	24 780,2	27 766,5	30 801,1	33 810,9	36 752,8	39 604,5	42 334,0
	H	10 156,8	11 459,8	12 845,4	14 318,3	15 813,7	17 330,1	18 830,0	20 291,4	21 703,2	23 048,9
	M	8 337,2	9 632,1	11 012,0	12 481,9	13 977,8	15 501,0	17 015,9	18 501,3	19 946,3	21 335,0

Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Tendo como fonte o cenário médio das projecções calculadas pela ONU (Revisão 2010) a população de Angola passará, conforme ilustrado no Quadro 1, de 16 480,0 milhares de indivíduos em 1 de Julho de 2005 para 42 333, 1 milhares em 1 de Julho 2050, isto é, quase multiplicará por três a sua dimensão. Prevê-se que a população ultrapasse os 30 milhões em meados de 2030.

Em termos de importância relativa, e com base nos valores apresentados no referido Quadro 1, observa-se que apenas a população jovem, com menos de 15 anos, tende a baixar, passando de 47,6% do total da população para 46,6 % em 2010 e reduzindo-se a 28,9 % em 2050. Esta evolução reflecte a baixa de fecundidade, de 5,8 para 2,4 crianças por mulher, hipótese em que assentam as referidas projecções. A população em idade activa reforça a sua posição no total da população, no horizonte temporal considerado, qualquer que seja o limite seleccionado para a definir: 15-59 ou 15-64 anos. No primeiro grupo etário subirá de 48,5 %, para 49,5% em 2010, ascendendo a 63,2%, respectivamente em 2005, 2010 e 2050; adoptando como população em idade activa os efectivos compreendido entre os 15-64 anos a sua proporção no total da população total aumentará de 49,9% (2005) para 50,9% (2010) e 66,0 % no final do período de projecção.

A população idosa, considerada com idade igual ou superior a 65 anos, mostra uma trajectória ascendente, duplicando o peso na população total: 2,5% em 2005, valor idêntico ao previsto para 2010, contra 5,0 % em 2050. No entanto, utilizando como população idosa, a que tem idade igual ou superior a 60 anos a evolução será idêntica: 3,9% em 2005 e 7,9 % em 2050.

3. LUANDA; população, taxas de crescimento e perspectivas demográficas

De facto, as informações dos censos coloniais revelam que desde 1940, já se registava um crescimento populacional bastante intenso na capital angolana, com uma taxa média que entre 1940 e 1970, atingiu mais de 7,0% ao ano. Há forte evidência que esta taxa de crescimento populacional se manteve após a situação que se seguiu à independência. Considerando estimativas sobre as componentes natural e migratória, é possível admitir para Luanda uma taxa de crescimento populacional a variar entre 6,7% e 8,9% ao ano. Significa dizer que além de ser alto o potencial de crescimento da população residente, pelo menos metade dele tem a ver com a sua própria reprodução, de crescimento natural (4,4% ao ano) constituindo um elemento importante que deve merecer a atenção e a consideração dos formuladores e decisores da política de população voltadas para o meio urbano. Desaconselha qualquer atitude de deixa andar em relação ao tratamento da questão pois invalida optimismo exagerado quanto a perspectivas de uma significativa e rápida na taxa de crescimento populacional da cidade de Luanda, mesmo terminado o fluxo migratório que para ela se canaliza (ANGOLA, CIPD, Luanda 199 p43). "A julgar pelos resultados dos diferentes censos populacionais, desde 1940 que Luanda duplica a sua população todos os 10 anos. Com cerca de 61 000 habitantes, em 1940 Luanda atinge a cifra de 1 milhão de residentes em 1983, ou seja 43 anos depois. Diversos factores demográficos determinam este fenómeno, próprio das grandes cidades da África, Ásia e América latina: uma imigração galopante oriunda do interior.

Uma consequência imediata desta situação é que Luanda cresce duas vezes mais depressa do que a população total de Angola. Mais de metade deste crescimento é devido ao excedente dos nascimentos em relação aos óbitos e o restante causado pelo êxodo rural. Supondo-se a mortalidade em declínio, constata-se que o número médio de filhos nascidos vivos, por mulher, no termo de sua vida genésica (50 anos), passou de 4, em 1960, para 8, em 1985, o que por si só, traduz um elevado valor da taxa de crescimento natural. Por outro lado, Luanda, que representava apenas 4,7% da população total do país em 1960, passou a representar 12 % em 1983, 23,6% em 2000, estimando-se que fosse de 27 % em 2005, o que significa que nessa data cerca de um em cada 4 habitantes do país vivia em Luanda. Estas séries cronológicas de dados demográficos levam-nos a encarar o futuro com preocupação, tendo em conta os efeitos negativos que já se fazem sentir e que tendem a agravar-se, fruto do rápido crescimento da área metropolitana de Luanda: desarborização, densidade demográfica elevada, insuficiência de equipamentos colectivos sociais e económicos, crise de habitação, desemprego e sub emprego, crescimento não planificado e insalubre do espaço urbano, aumento de delinquência e criminalidade.

Ao cidadão coloca-se então esta questão crucial: como evoluirá no futuro a população da área metropolitana de Luanda? Para responder a esta questão recorre-se a um modelo de análise demográfica vulgarmente conhecido pelo nome de projecções demográficas. Estabelecer projecção é coisa fácil para qualquer país e muito difícil se torna quando os dados estatísticos são escassos, incompletos e deficientes. Sabemos também que o contexto sócio-económico e cultural influi bastante

nas tendências da mortalidade, fecundidade e migrações, que constituem as variáveis determinantes da evolução da população. Infelizmente, apesar dos grandes progressos alcançados nos métodos científicos de investigação, não foi ainda possível estabelecerem-se modelos finitos e coerentes que traduzam as múltiplas correlações entre as variáveis demográficas. Assim sendo, estas projecções não devem ser consideradas como previsões, mas sim como ilustrações de como poderia ser o futuro demográfico duma região ou país, se certas hipóteses se realizarem. Se tivermos uma ilustração do futuro, mais fácil se torna agir sobre ele e, na medida do possível, conduzi-lo ou modificá-lo (in Luis Colaço 04).

As projecções demográficas de Luanda até ano 2025 que se apresentam no Quadro 2, na globalidade, por sexos reunidos, foram elaboradas segundo o “método das componentes”, que consiste em projectar separadamente os dois sexos em cada grupo de idade, supondo por hipótese determinadas tendências futuras de mortalidade, fecundidade e migrações. A população de base foi a apurada no censo da população de 1983, com ajustamentos efectuados pelo autor L. F Colaço, a partir de dados do registo eleitoral de 1992. Na construção das projecções estabeleceram-se três hipóteses de fecundidade, uma de mortalidade, uma de migrações, de cuja combinação resultaram três variantes de projecções média, alta e baixa como se descreve:

Variante média: Fecundidade em decréscimo moderado, mortalidade em decréscimo e migrações em decréscimo lento;

Variante alta: Fecundidade constante até ao 2000, seguida de decréscimo moderado, mortalidade em decréscimo e migrações em decréscimo moderado

Variante baixa: Fecundidade em rápido decréscimo, mortalidade em decréscimo e migrações lento.

Quadro 2

Populações de Luanda e Angola, variante média por anos (milhares habitantes), 2000-2025						
	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Luanda	3 100	4 110	5 448	7 223	9 044	11 325
Angola	13 134	15 300	17 850	20 785	24 225	28 213
%	23,60	26,86	30,52	34,75	37,33	40,14

Fonte: Luís F. Colaço, 2004, in “Agora” (semanário de Luanda)

Introduzindo no modelo de projecções as cifras numéricas consideradas como hipóteses possíveis de cada uma das variáveis que compõem as três variantes, apresenta-se neste quadro a seguir a suposta evolução da população de Luanda.

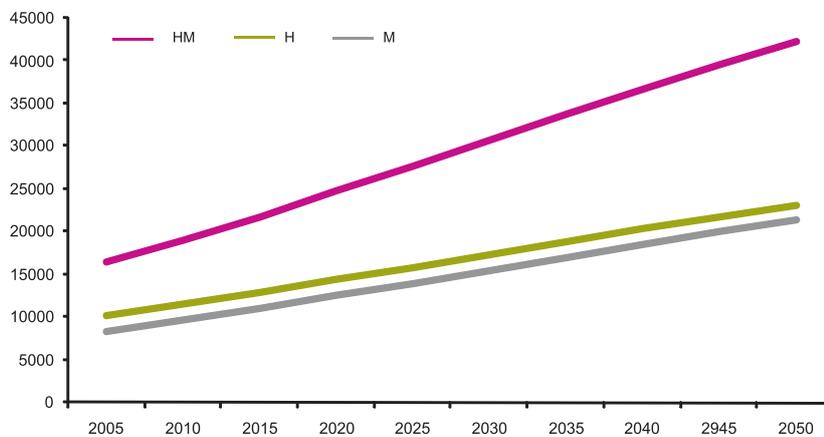
Como se pode observar, através do referido Quadro, Luanda que já representava 23,6% da população do país no ano 2000 atingirá, provavelmente, 26,9% no fim do presente quinquénio, prevendo-se que em 2025 quatro em cada dez habitantes de Angola vivam em Luanda. É de salientar, mais uma vez, que os números apresentados, devem ser entendidos como um sinal de alarme para o que pode vir a acontecer no futuro, sinal esse que nos deve levar a reflectir sobre como é possível agir, desde já para evitar possíveis catástrofes urbanísticas, nos anos vindouros.

É fundamental ter-se em conta que a inércia dos fenómenos demográficos é de tal ordem que uma acção imprimida hoje só produzirá efeitos muitos anos depois. Analisando o Quadro acima mencionado, constata-se que nos finais do quinquénio 2005, considerando a variante média das projecções, Luanda ultrapassava os 4 milhões e 100 mil habitantes e que no fim do decénio, a sua população rondará os 5 milhões e meio representando cerca de 31% da população total do país. Dentro de pouco mais de 20 anos pode-se supor que menos de metade dos habitantes de Angola venham a residir em Luanda, cuja população ultrapassará, em 2005, de acordo com as projecções os 11 milhões de habitantes. Como será a vida em Luanda num futuro não muito longínquo? A resposta depende das reflexões profundas que hoje se fizerem e das acções que se vierem a tomar para se garantir um amanhã melhor, num espaço de cidadania onde se viva e não apenas se sobreviva.

A situação e as tendências anteriormente descritas podem ser visualizadas nas Figuras que a seguir se apresentam.

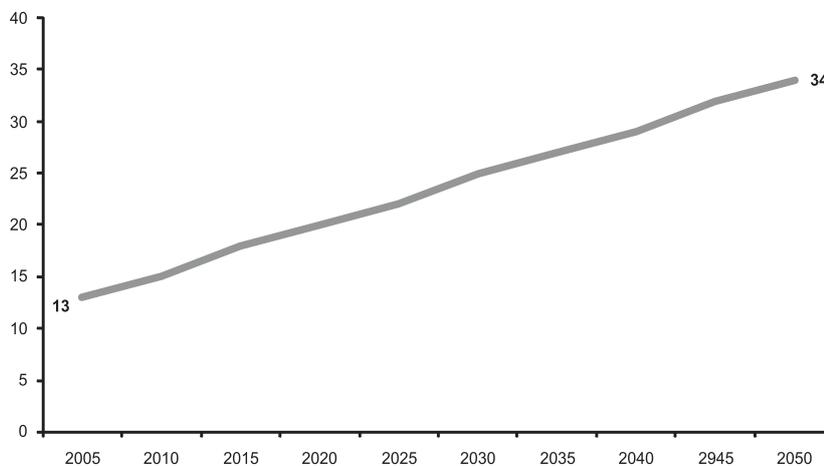
Figura 1

População presente (milhares), Angola, 2005-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

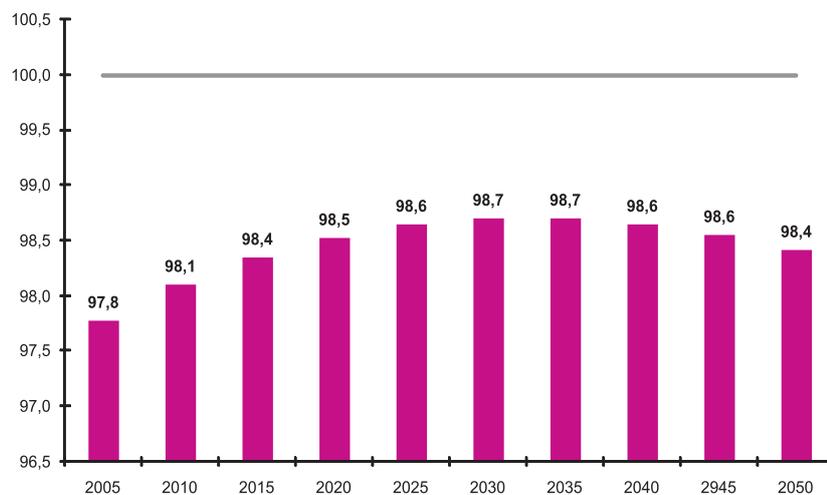
Figura 2

Densidade populacional (habitantes por km²), Angola, 2005-2050, cenário médio

Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 3

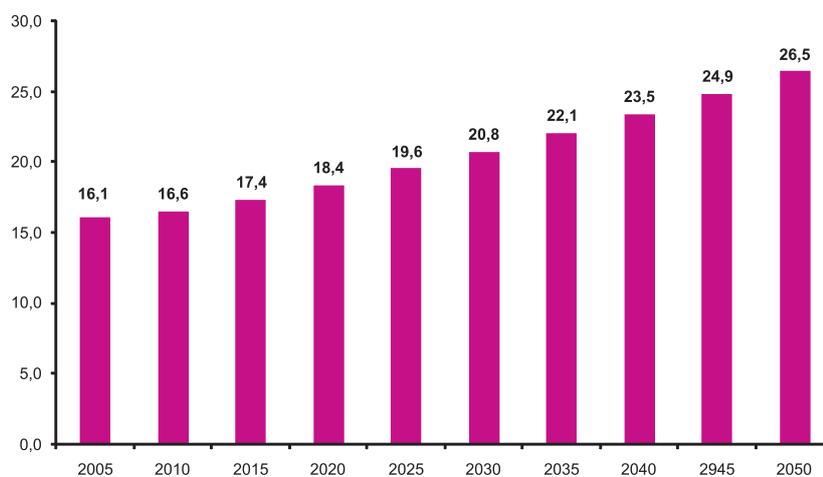
Relação de masculinidade (homens por cada cem mulheres), Angola, 2005-2050, cenário mé



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 4

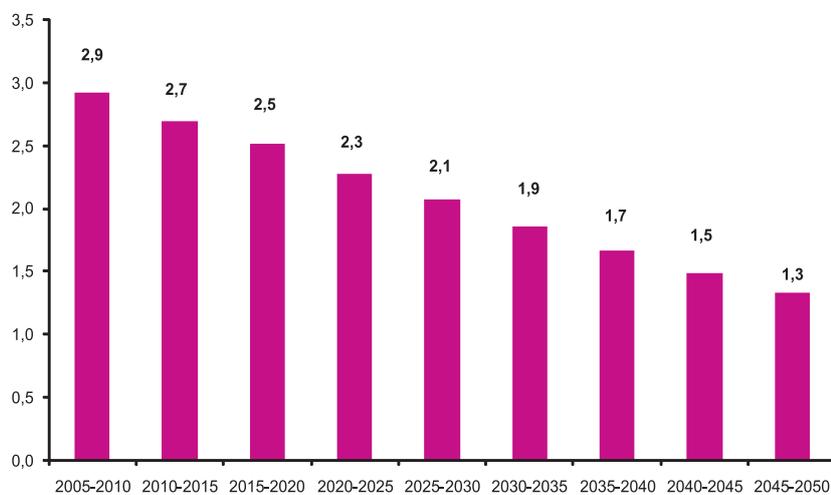
Idade mediana da população (anos), Angola, 2005-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 5

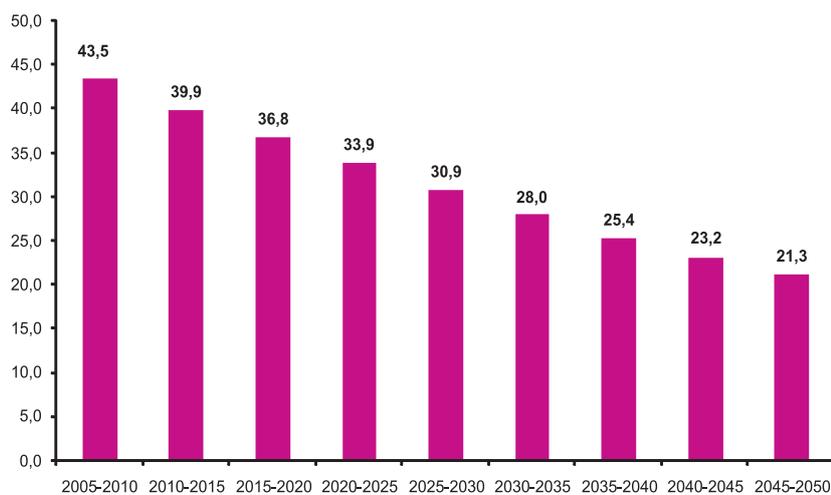
Taxa média anual de crescimento da população (%), Angola, 2005-2050



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 6

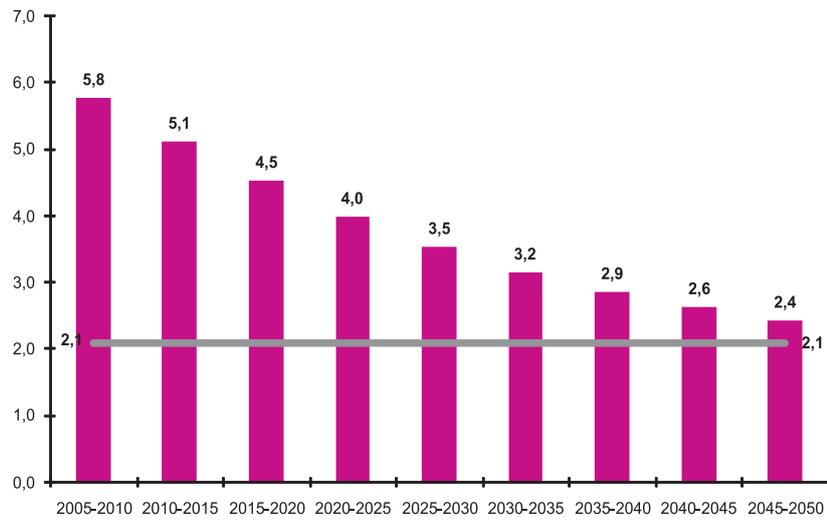
Taxa bruta de natalidade por mil habitantes, Angola, 2005-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 7

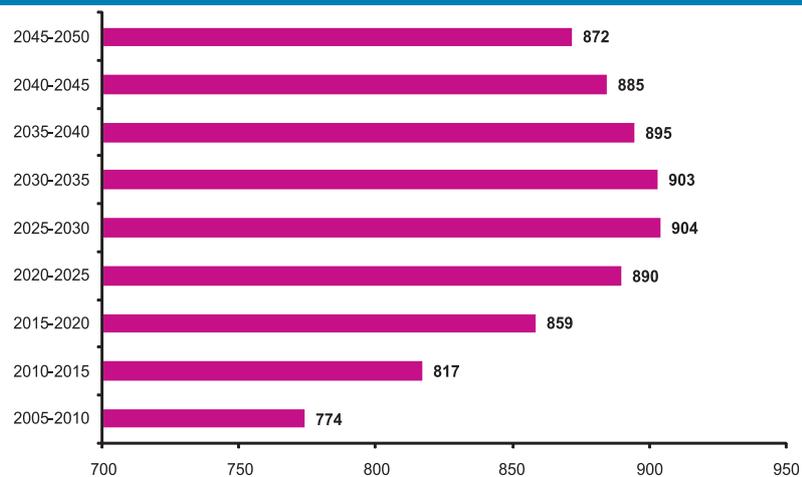
Índice sintético de fecundidade (nº crianças por mulher), Angola, 2005-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 8

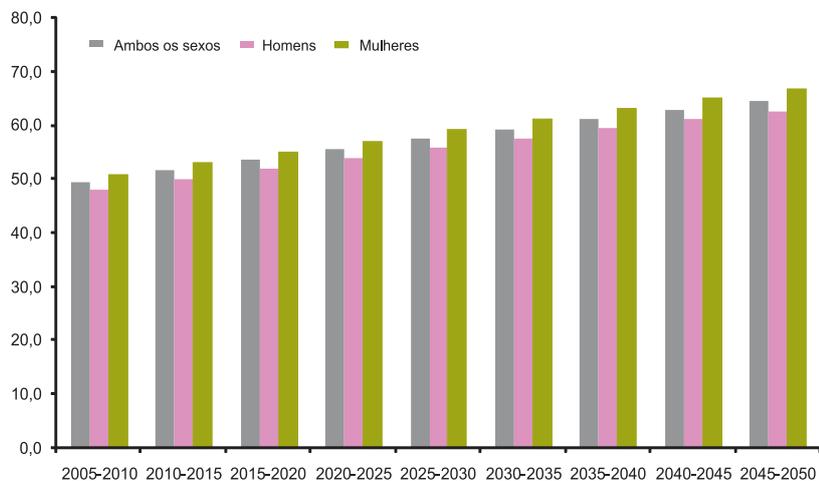
Média anual de nados vivos (milhares), Angola, 2005-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 9

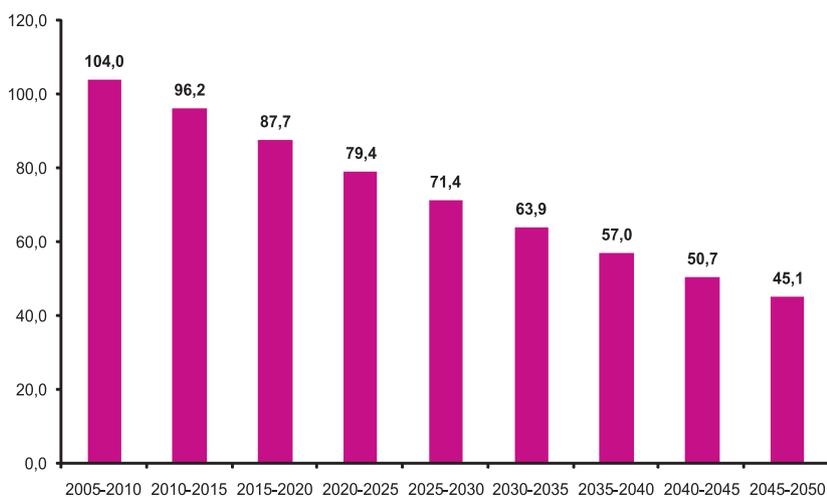
Esperança média de vida à nascença (anos), Angola, 2005-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Figura 10

Taxa de mortalidade infantil, por mil nados vivos, Angola, 1995-2050, cenário médio



Fonte: United Nations, Department of Social and Economic Affairs; Population Division (2011), World Population Prospects, the 2010 Revision, CD- Rom Edition

Conclusão

Não existem dados disponíveis recentes sobre a população em Angola, estando prevista para 2013 a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, uma operação estatística fundamental, mas com um atraso de 40 anos.

As Nações Unidas, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 e na revisão das Projeções da População do Mundo apontam para um quantitativo populacional em Angola, em 2010, à volta de 19 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento natural de 3,2% (para 2015, prevendo-se que o volume global de população do país ultrapasse os 30 milhões de pessoas em meados de 2030).

As estimativas do Centro de Estudos de Investigação Científica (CEIC) Da Universidade Católica de Angola (UCAN), com base no recenseamento eleitoral de 2007, considerando-se uma taxa de crescimento demográfica entre 2,7% e 2,9% ao ano e uma taxa média de fecundidade de 5,8 crianças por mulher apontam para um volume da também população próximo dos 19 milhões de habitantes.

A relação de masculinidade à nascença crescerá ligeiramente, com algumas oscilações, passando de 97,8 homens por cada 100 mulheres, em 2005, para 98,1 em 2010 e fixando-se em 98,4 em 2050.

Estima-se que a taxa total de fecundidade, desça de 5,3 crianças por mulher no período 2005-2010 para 2,4 crianças por mulher no horizonte 2045-2050.

A idade mediana da população de Angola, que divide a população em duas partes iguais, tende a aumentar prevendo-se que passe de 16,1 anos em 2005, para 16,7 anos em 2010 e se eleve a 26,5 anos em 2050.

A nota mais saliente do quadro geral do crescimento populacional em Angola relaciona-se com o grau de concentração da população em Luanda, com praticamente 30% do total do país (mais de 5% de habitantes em 2007). Entre 2000 e 2007 registou-se um aumento de 10 pontos percentuais na quantidade de pessoas que passaram a residir em Luanda.

A taxa de mortalidade infantil do país, segundo a mesma fonte das Nações Unidas e no mesmo período de tempo baixará de 104 para 45 óbitos por mil nados vivos, situando-se à volta dos 100 no presente.

Ainda com base na fonte anteriormente mencionada a esperança média de vida aumentará ao longo do horizonte da projecção, não conseguindo alcançar os setenta anos em 2050. A esperança média de vida crescerá de 48,2 anos para 62,7 anos, nos homens, enquanto nas mulheres subirá de 51,0 anos para 66,8 anos. Esta evolução significa que entre 2005 e 2050 as últimas projecções calculadas para Angola pelas Nações Unidas têm subjacente um acréscimo de esperança média de vida de 14,5 anos para os homens e de 15,8 anos para as mulheres.

Face à evolução das componentes demográficas a população de Angola tenderá a envelhecer passando a idade mediana de 16,1 anos para 26,5 anos no período compreendido entre 2005 e 2050.

A taxa média anual de crescimento abrandará o ritmo correspondendo em 2045-2050 (1,3%) a um nível inferior a mais de metade do observado em 2005-2010.

Referências Bibliográficas

- João Baptista LUKOMBO Nzatuzola (2007) População e Mercado de Trabalho Ed Nzila Luanda Angola
- Relatório Económico de 2010 Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) Universidade Católica de Angola, Junho 2011
- Relatório Económico de 2009 Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) Universidade Católica de Angola, Junho 2010
- EXAME (2010): Sector Social: O desafio que falta vencer nº10 Novembro 2010
- ANGOLA (2002): Os Desafio do pós-guerra, Avaliação conjunta do pais 2002 Sistema das nações Unidas em Angola
- Inquérito de Indicadores Múltiplos MICS (2002) Instituto Nacional de Estatística INE UNICEF Novembro 2002
- Inquérito Integrado sobre o bem estar da população IBEP (2008-2009) Resultados preliminar INE Dezembro 2009, Luanda, Angola
- Perfil de Pobreza em Angola (2007) Resultados do IDR (200-2001), INE, Luanda, 2007
- VERON Jacques (1991) DEMOGRAPHIE Résumés des cours exercices corrigés Flash U Arnaud Colin France
- ROLLET Catherine (2007) Introdução à Demografia Porto Editora Porto Portugal
- Relatórios do Centro de Estudos da de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN), Luanda, 2010 e 2011.



O fenómeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial¹

Autores: Duval Fernandes

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

duval@pucminas.br

Carolina Nunan

Doutoranda do curso de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

carolnunan@gmail.com.

Margareth Carvalho

Doutoranda do curso de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, situada na Avenida Itaú 505, 500 Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

margarethc2@yahoo.com.br

Resumo:

A partir da última década do século passado, a migração internacional surgiu como tema de grande importância para o Brasil e para Portugal. Enquanto o primeiro passou a ser um país de emigração o segundo tornou-se um dos países de destino mais importantes da Europa. Como outros coletivos de imigrantes que buscam a Portugal, os brasileiros, nos últimos anos, têm chegado a este país com maior

The International Return Migration as Phenomenon of the International Crisis

¹ Artigo elaborado a partir de resultados do projeto “O imigrante internacional de retorno e sua reinserção no mercado de trabalho: um estudo comparativo entre as cidades de Poços de Caldas e Teófilo Otoni”, financiado pela FAPEMIG – APQ-00369-08

frequência, abrindo mão de outros destinos mais procurados no passado como os Estados Unidos.

Esta migração, em geral, tem as características observadas em outros países, ou seja, imigrantes jovens, que buscam trabalho em ocupação de pouco prestígio e, em sua maioria no setor informal. Para alguns, a ida para a Europa foi a primeira experiência de migração, muitas vezes impulsionado por necessidade financeira ou busca de trabalho.

Atualmente, diante a crise mundial, é fato que o retorno tem se intensificado e isso, tem causado reações na sociedade dos países de origem e de destino.

O propósito deste artigo é averiguar o perfil do emigrante brasileiro retornado, principalmente, os oriundos dos Estados Unidos e de Portugal.

Palavras Chave: Migração Internacional; Migração Internacional de Retorno; Perfil dos migrantes.

Abstract

Since the last decade of last century, international migration has emerged as a topic of great importance to Brazil and Portugal. While the former has become a country of emigration became the second one of the most important destination countries of Europe. Like other groups of immigrants seeking to Portugal, Brazilians, in recent years have come to this country more often, giving up other more popular destinations in the past as the United States. This migration generally has the features observed in other countries, young immigrants who seek work in the occupation of some repute, and mostly in the informal sector. For some, the trip to Europe was the first experience of migration, often driven by financial need or looking for work. Nowadays, facing a world crisis, the fact is that the return has been intensified and this has caused reactions in society of both countries. The purpose of this paper is to investigate the profile of Brazilian emigrants returned, mainly come from Portugal.

Key words: International Migration; International Migration of Return; Profile of Migrants

I) Introdução

A migração é um fenômeno presente na história da humanidade desde os seus primórdios e várias citações bíblicas guardam referências a este processo que criou nações, consolidou impérios e destruiu dinastias.

Apesar de ser um fenômeno mundial, a migração é, na maioria dos países, um evento raro que não atinge parcela representativa da população. No entanto, caso ocorram crises econômicas, climáticas ou políticas, é neste processo que está a salvaguarda da integridade física, cultural e intelectual das pessoas.

Quando se trata da migração internacional o fenômeno toma maior amplitude, pois vários aspectos devem ser considerados envolvendo quer o país de origem quer o país de destino e toda uma série de desafios e barreiras a serem vencidos pelos imigrantes.

A proposta do tema para esta pesquisa tem origem em outros trabalhos elaborados pela equipe de pesquisadores, envolvendo monografias de final de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de campo em país de destino de emigrantes brasileiros. A escolha do Estado de Minas Gerais para o levantamento das informações sobre os imigrantes de retorno, se prende ao fato de ser este estado um dos pólos mais importantes de saída de brasileiros para o exterior. Por último, a definição das duas regiões, Poços de Caldas e Teófilo Otoni, para o trabalho de campo, foi tomada por conta da importância regional destes municípios e a multiplicidade de destinos escolhidos pelos emigrantes internacionais que partem destas localidades.

Poços de Caldas, na região sul do Estado de Minas Gerais e Teófilo Otoni, na região nordeste, como será visto, têm sistemas próprios de migração internacional que não estão interligados entre si e nem mesmo a outros mais conhecidos, como o da cidade de Governador Valadares, no mesmo estado. As semelhanças das situações vividas pelos emigrantes que deixam estas duas cidades são muito próximas daquelas relatadas por todos os emigrantes de regiões com maior tradição neste movimento. Tal fato mostra que apesar da diversidade geográfica, o que se encontra no local de destino não difere muito quando analisado sob a ótica da inserção no mercado de trabalho ou das razões que levaram à migração e ao retorno.

A crise econômica, no final de 2008, aconteceu quando estava em preparação o trabalho de campo para o levantamento de dados desta pesquisa, tal fato levou à adaptação de alguns procedimentos a esta nova realidade. No entanto, não foi possível captar toda a amplitude da influência deste fenômeno no retorno dos imigrantes, uma vez que o maior volume de retorno aconteceu quando o trabalho de campo já havia sido concluído.

Mesmo com esta limitação foi possível levantar nas entrevistas realizadas com autoridades locais e outras lideranças, indicativos de que a situação já colocava novos desafios. Cidades antes acostumadas aos símbolos do sucesso como a construção de casas e a abertura de novos negócios, viam neste momento a redução do fluxo de remessas de emigrantes e, em alguns casos, mesmo o envio de parcela da poupança para o exterior, com a finalidade dar alento e sustento a brasileiros que tentavam lá se manter na esperança de dias melhores. Em meados de 2009, estas esperanças deixaram de existir e o processo de retorno foi posto em marcha, sinalizando o final do ano como a data do provável regresso.

II) Referencial Teórico

É fato que os movimentos populacionais sempre estiveram presentes na história da humanidade, independente dos motivos, como por exemplo, alterações climáticas ou questões políticas.

Marques (2009) alega que a construção dos Estados Nacionais na Europa foi um marco importante na história das migrações, pois a extensão espacial do poder e conseqüentemente, a delimitação das fronteiras nacionais “transformou” muitos deslocamentos humanos em migrações internacionais.

As questões como a colonização de territórios além-mar e a industrialização deram grande impulso para estes movimentos.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados pelas revoluções industriais, que introduziram novas tecnologias na produção e com isso, exigiram a quebra de monopólios e do exclusivo comercial, de acordo com Brito apud Nunan (1995). Com isso, gerou uma onda de instabilidade política e econômica, o que acelerou a emigração de europeus para o continente americano.

O período entre 1914 e 1945, é caracterizado como época de conflitos ou de um só conflito como na visão de Hobsbawm (1995) e crises econômicas como a de 1929, gerando ambiente hostil aos migrantes internacionais.

Após 1945, observou-se um aumento do fluxo migratório e mudança em suas características.

Segundo Massey et al (1998) seria possível identificar quatro grandes etapas no processo migratório mundial e tomaram como ponto de partida a ocupação de territórios ultramarinos pelos reinos de Portugal e Espanha.

A primeira etapa foi caracterizada pela colonização da América, África, Ásia e Oceania e incorporação de população proveniente das metrópoles européias e da África, esta última em regime de escravidão.

A segunda etapa foi marcada pela industrialização da Europa ocidental e suas conseqüências. De 1800 a 1925, a escassez de terras e o aumento da pobreza levaram mais de 48 milhões de pessoas a emigrarem para outros continentes. O acelerado crescimento da população européia, conseqüência das primeiras etapas da transição demográfica, a instabilidade econômica e política no continente e a existência de extensos territórios com baixa densidade demográfica, como por exemplo, a Oceania e a América, eram os ingredientes perfeitos para as migrações internacionais.

A terceira etapa registra o decréscimo da emigração européia extracontinental, devido a eminência da Primeira Guerra Mundial e à Grande Depressão, levando muitos países a adotarem medidas para eliminar a entrada de estrangeiros em seus territórios. Os fluxos migratórios internacionais nessa época limitaram-se aos movimentos internacionais de refugiados, perseguidos por questões políticas e étnicas.

A quarta etapa surgiu no período do pós-guerra, durante a década de 1960, e caracterizou-se pelo aumento e mudança de direção dos fluxos migratórios internacionais. Nesta época, como exemplo, a América Latina passa de grande receptora de imigração transatlântica para expulsora de população em direção aos países desenvolvidos, sobretudo para os Estados Unidos. Muitos países do Terceiro Mundo, destino dos fluxos na época do colonialismo e imperialismo, se transformaram em regiões de origem. Também nesta época, grande parte dos fluxos migratórios ocorreu dentro do próprio continente europeu. Muitos trabalhadores saíram dos países localizados no sul da Europa, intensivos em mão-de-obra (Itália, Espanha, Portugal e Grécia) e se dirigiram para o norte e o oeste europeu, países intensivos em capital e escassos em mão-de-obra (Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Suécia). Já no final dos anos 60, as economias de países como Portugal, Espanha e Itália começaram a se tornarem intensiva em capital. A escassez de mão-de-obra nesses países, causada pela emigração da década anterior, fez com que a importação de trabalhadores se tornasse necessária. Assim, durante a década de 1970, numerosos imigrantes desembarcaram nesses países, oriundos principalmente do Oriente Médio e Norte da África.

Vale ressaltar que, esperava-se o retorno desses imigrantes para seus países de origem assim que as condições econômicas que causaram tal importação de mão-de-obra desaparecessem. Entretanto, um grande número de trabalhadores imigrantes optou por permanecer nos países de destino e requereu a entrada de membros de suas famílias, como esposas, filhos e agregados.

Castles e Miller (2009) distinguem duas fases nessa última etapa: a primeira, iniciada em 1945 e finalizada em 1973, com a crise do petróleo, quando o crescimento econômico estimulou a emigração de mão-de-obra na África, Ásia e América Latina e Caribe para a Europa Ocidental, América do

Norte e Oceania. A segunda fase começa após 1973, quando os investimentos em capital foram deslocados dos velhos centros e formas transnacionais de população e distribuição reformularam a economia mundial. Os países industrializados passaram a receber novos tipos de fluxos populacionais e diferentes nações surgiram como receptoras de imigrantes internacionais.

Esta segunda fase, ou seja, o período subsequente aos anos 70, do século passado, foi caracterizado como a época da globalização, marcada por:

- a. Mudanças nos modelos de investimentos globais: o aumento do capital exportado de países desenvolvidos permitiu o estabelecimento de indústrias em algumas áreas previamente subdesenvolvidas, principalmente em partes da Ásia e América Latina;
- b. Revolução micro-eletrônica que reduziu a demanda por força de trabalho manual na indústria;
- c. Erosão de ocupações tradicionais focadas em habilidades manuais nos países altamente desenvolvidos;
- d. Expansão no setor de serviços, com demanda tanto para trabalhadores altamente capacitados como para trabalhadores com baixa qualificação;
- e. Crescimento do setor informal na economia dos países desenvolvidos;
- f. Informalidade no emprego, crescimento do trabalho part-time, aumentando a insegurança;
- g. Aumento da diferenciação de forças de trabalho com base no sexo, idade e raça, através de mecanismos que levam muitas mulheres, pessoas jovens e membros de minorias ao trabalho casual ou informal, e que leva trabalhadores com habilitações antiquadas a se aposentarem mais cedo.

Essas transformações influenciaram a África, Ásia e América Latina e a globalização trouxe transformações sociais no Norte e Sul, que agravavam as pressões para migração e novas formas de mobilidade. Para Castles e Miller (2009), existiram novos movimentos migratórios (nacionais e internacionais) conectados com a mudança social e econômica nos novos países industriais, além de aumento de mobilidade internacional de pessoas com alta qualificação e também, uma proliferação de migrações ilegais e políticas de legalização.

Em 2000, 2,9% da população mundial residia num país diferente do seu país de nascimento, segundo as Nações Unidas (2005). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2009), há cerca de 1,8 milhões de emigrantes brasileiros e segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2009), estes se encontram presentes em 130 países no mundo.

Estes deslocamentos humanos foram também acompanhados de amplas discussões teóricas que buscavam explicar o fenômeno, que serão analisadas, de forma sucinta, nos parágrafos seguintes.

As migrações internacionais se mostram registradas ao longo da história e se refletem nas evoluções dos países, seja no aspecto econômico social como no aspecto cultural e humano. Partindo de Ravenstein¹, considerado por muitos como o teórico primeiro a explicar a migração internacional, propõe-se analisar as causas deste fenômeno. As primeiras investigações demográficas sobre migrações fornecem o esboço do processo analítico que perdurará no campo científico por quase um século.

¹ Ernest George Ravenstein (1834-1913), nascido na Alemanha e naturalizado inglês, foi geógrafo e cartógrafo. Lançou as bases da teoria da migração que ainda hoje é referência na construção dos modelos teóricos.

De acordo com a Teoria da atração e expulsão, proposta por Ravenstein (1980), as condições econômicas, sociais e políticas de um país tendem a atrair população ou a expulsá-la. Dentre os fatores de expulsão estão o elevado crescimento populacional (excedente de mão-de-obra que não é absorvido pelo mercado de trabalho local), a falta de oportunidades econômicas, a desigualdade de renda, regressão política e social e a pobreza (Castles e Miller, 2009). Já os fatores de atração são a demanda por trabalho, disponibilidade de terras, boas oportunidades econômicas e liberdade política.

Para Ravenstein, os fluxos gerados pela busca de melhores condições materiais de vida superam, em muito, os fluxos cujos motivos não são econômicos; e as correntes migratórias que se dirigem para centros industriais e comerciais resultam da demanda por mão-de-obra, o que se reflete na dimensão econômica das migrações.

As sete leis propostas por Ravenstein foram revistas e adaptadas por Lee (1980), quase um século depois. Vários pesquisadores remetem diretamente à tradição empirista e positivista de Ravenstein e garantem o avanço das análises da migração rumo à formalização ou, pelo menos, ao esboço de modelos teóricos incorporadores dos deslocamentos. Assim, este conjunto de propostas poderia ser sintetizado nos seguintes pontos:

1. Migração e Distância - A grande parte dos migrantes se desloca a curta distância, ocorrendo, em consequência, mobilidade e deslocamentos gerais da população que produzem “correntes migratórias” que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes.
2. Migração por etapas - A resultante natural dos movimentos migratórios, limitados em alcance, mas gerais em termos do País, seria que o processo de absorção ocorra da seguinte maneira: as pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente crescendo, deslocam-se para esta, sendo os vazios deixados pela população rural preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma das cidades em rápido crescimento passe a ser sentida, gradativamente, nos pontos mais remotos. Conseqüentemente, em termos proporcionais à população natural da qual são originários, os migrantes recenseados num determinado centro de absorção crescem menos com a distância. O processo de dispersão é o inverso do de atração e apresenta características semelhantes.
3. Fluxo e Reverso – Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória.
4. Diferenças Urbano-Rurais na propensão a migrar - Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do país.
5. Predomínio das mulheres entre os que migram a curtas distâncias – As mulheres parecem predominar entre os migrantes que percorrem trajetos curtos.
6. Tecnologia e Migração – O incremento dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio haviam contribuído para aumentar a migração.
7. Predomínio do motivo econômico – leis mais ou menos opressivas, tributação onerosa, clima insalubre, ambiente social incompatível e, até mesmo, coerção (tráfico de escravos, deportação para colônias penais), produziram e continuam a produzir correntes migratórias, conquanto nenhuma delas seja comparável em volume à que resulta do desejo inerente à maioria dos homens de melhorar sua situação material. (REVESTEIN, 1980)

As críticas às chamadas leis de Ravenstein, dizem que estas resultam em simples regularidades observadas diretamente dos dados censitários e abstrações de pressupostos arbitrários deduzidos mecanicamente, ou seja, parece não distinguir entre essas proposições empíricas e dedutivas.

Para Lee (1980), o indivíduo responde aos fatores externos (principalmente econômicos) de acordo com estratégias pré-ordenadas pelos obstáculos intervenientes, ocorrendo uma espécie de “seleção natural”, quando os indivíduos são submetidos às forças econômicas, ecológicas e psicológicas, o que determinará os que serão bem sucedidos no projeto migratório.

As principais idéias preconizadas por Lee configuram o que é usualmente conhecido como a “Teoria do Fluxo e Refluxo” que teria, como principal arcabouço os seguintes pontos:

- A migração tende a ocorrer segundo correntes bem definidas – em parte, deve-se ao fato de que as oportunidades têm tendência a ser muito localizadas e, em parte ao fato de que os migrantes, via de regra, seguem rotas estabelecidas.
- Para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contra-corrente – a própria existência de uma corrente migratória, cria contatos entre os locais de origem e os de destino e propicia a aquisição de novos atributos no local de destino, podendo ser conhecimentos práticos, riquezas, que de certa forma, possibilitam retornar ao local de origem em condições vantajosas. Os migrantes passam a adquirir consciência de oportunidades existentes nos locais de origem que não haviam sido previamente exploradas, ou podem utilizar seus contatos na nova área no sentido de estabelecerem empresas comerciais na área antiga.
- A eficiência da corrente (razão entre a corrente e a contracorrente ou a redistribuição líquida de população feita pelos fluxos opostos) é alta quando os fatores principais do desenvolvimento de uma corrente migratória são fatores negativos que prevalecem no local de origem.
- A eficiência da corrente e da contracorrente tende a ser baixa quando os locais de origem e de destino são semelhantes – as pessoas que se deslocam em fluxos opostos transferem-se, em sua grande maioria, pelas mesmas razões, as quais de fato, anulam-se entre si.
- A eficiência das correntes migratórias tende a ser elevada quando os obstáculos intervenientes são grandes – os migrantes que vencem uma série considerável de obstáculos fazem-no por motivos prementes, não sendo tais migrações empreendidas de maneira fútil. Até certo ponto, a série de obstáculos da corrente e da contracorrente é a mesma; os migrantes de retorno enfrentam a necessidade de saltar duas vezes uma série de obstáculos praticamente desalentadores.
- A eficiência de uma corrente migratória varia com as condições econômicas, sendo elevada nas épocas de prosperidade e baixa nos períodos de depressão – durante os períodos de auge, as áreas comuns de destino, isto é, os grandes centros industriais e comerciais, expandem-se com rapidez e um número relativamente escasso de pessoas, migrantes de retorno e outros, move-se em direção contrária. Em períodos de crise, entretanto, muitos migrantes retornam à área de origem, enquanto que outros se deslocam para áreas não industrializadas e comparativamente, mais seguras. (LEE, 1980, p.108-110)

Algumas idéias recentes corroboram com a Teoria do Fluxo e Refluxo, indicando rotas estabelecidas. Segundo Castillo (2003), tanto as migrações para os Estados Unidos e Canadá como aquelas que se dirigem aos países europeus se caracterizam predominantemente como sendo de Norte-Sul, por suas motivações, circunstâncias e contextos, apesar da relativa heterogeneidade interna.

Como comenta Pellegrino (2003), a emigração em direção ao Norte se converteu em um “projeto de vida” para muitos latino-americanos.

A migração tende a concentrar-se, ou ao menos ser mais visível, na direção norte-sul, devido às assimetrias entre os graus de desenvolvimento de ambos hemisférios (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

A Teoria da atração e repulsão consiste, assim, na reunião de fatores econômicos, sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixarem o próprio país. Tais fatores poderiam também atuar na região de destino, o que contribuiria, em sentido inverso, com a migração de retorno.

Já na década de 1990, o então comitê de migração internacional da IUSSP elaborou cuidadoso documento de revisão e avaliação das teorias de migração internacional (Massey et al, 1998); os autores buscaram explicar as principais teorias de migração internacional clarificando pressupostos e proposições-chave a elas subjacentes, buscando modelos que descreveriam o início do movimento internacional contemporâneo – identificado com o desenvolvimento da sociedade urbano industrial moderna e, em seguida, examinaram teorias que se referem à continuidade ou persistência (*perpetuation*), no tempo e no espaço, dos fluxos migratórios.

Nesse sentido, os autores consideram, inicialmente, a teoria neoclássica, a chamada nova economia da migração, a teoria do mercado dual de trabalho e a teoria do sistema mundial.

Pela ótica da Teoria neoclássica, as migrações internacionais são interpretadas como um jogo de mercado, em que a mão-de-obra se mobiliza ao efeito dos estímulos salariais ou de rendimento. (SALES, 1999)

A explicação das causas das migrações baseia-se no princípio de que o mercado de trabalho é semelhante ao mercado de quaisquer outras mercadorias, compradas e vendidas, livre e regularmente, no mercado. Sendo assim, a renda é a variável determinante e a mobilidade do trabalhador se dá em função da viabilidade da renda.

A Teoria Neoclássica se divide em duas perspectivas: macroteórica e microteórica, sendo que não há antagonismo entre elas. Ambas admitem que a migração internacional origina-se da diferença nas taxas salariais entre países e propõem que mercados de trabalho em desequilíbrio podem ter na migração um fator equilibrante.

Na perspectiva da microteoria neoclássica, a migração internacional é entendida como simples somatório de movimentos individuais; constitui uma forma de investimento em capital humano; e a decisão migratória origina-se do desequilíbrio ou da descontinuidade entre os mercados de trabalho, sendo que não existe influência direta de outros mercados (sob condições *Ceteris Paribus*) (Sjaastad, 1980)

Neste caso, as migrações são percebidas como ações individuais autônomas, que se movimentam livremente no mercado, correspondendo às suas demandas (Davis apud Nunan, 2005).

Já na perspectiva defendida pela macroteoria neoclássica, afirma que a migração internacional, bem como sua contraparte interna, é causada pelas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho; desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais: países com excesso de força de trabalho, em relação ao capital, têm baixos salários; e países com limitada força de trabalho, em relação ao capital, abrigam altos salários. A resultante do deslocamento populacional se dá originalmente de países com baixos salários e com excesso de mão-de-obra para países com altos salários ou com escassez de força de trabalho. (Harris; Todaro, 1980)

Para o grupo de pesquisadores que defendem esta perspectiva (Harris e Todaro, 1980), os mercados de trabalho constituem o mecanismo primário para o funcionamento dos fluxos migratórios e as migrações correspondem a respostas populacionais às demandas econômicas.

Outra teoria que busca a explicar a migração e se caracteriza por uma visão ampla e historicamente determinada é a Teoria Histórico-Estrutural, que se aproxima da Teoria Social.

A primeira foi desenvolvida na década de 1950 e engloba as análises que entendem os deslocamentos humanos como estratégia de mobilidade sujeita a constrangimentos estruturais. Foca as consequências do rápido crescimento urbano, a concentração populacional nas grandes cidades e a penetração das forças de mercado no campo. A princípio, dedicou-se ao estudo da migração interna, sobretudo à migração rural-urbana (MASSEY, 1998).

A migração é vista como um fenômeno social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconômico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais. A migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas; daí que os determinantes e consequências da migração devem ser remetidos a outros fenômenos sociais, historicamente condicionados, que se relacionam com o processo de mudança estrutural em determinada formação social (SINGER, 1980).

“...a Teoria Histórico-Estrutural argumenta que por conta do poder político ser inadequadamente distribuído entre as nações, a expansão do capitalismo global agiu para perpetuar as desigualdades e reforçar uma ordem econômica estratificada..” (MASSEY, 1998, p. 34 – tradução livre dos autores)

As migrações são consideradas como decisões coletivas e/ou institucionais, isto é, os migrantes não agem baseados apenas em sua decisão individual, mas são submetidos às influências das forças estruturais da sociedade, da economia e da demografia.

Diferentemente das teorias econômicas, como as defendidas por Todaro (1980) e Lee (1980), que relacionam os movimentos migratórios à distribuição desigual de poder econômico e político na economia mundial, outros autores vêem a migração dentro de contextos mais abrangentes, como a superestrutura do capitalismo.

Para Singer (1980), os diferenciais salariais ou de emprego entre os países têm pouca relação com a migração internacional. Ele propõe entender os movimentos internacionais de pessoas como consequências estruturais da expansão das relações capitalistas em regiões periféricas, obedecendo a uma hierarquia política global. Essas desigualdades são resultado da reorganização espacial das atividades produtivas.

Esta teoria atinge seu ápice de influência durante as décadas de 60 e 70 e ganhou espaço junto a grupos de cientistas sociais na América Latina. Teóricos como Furtado (1965, 1970) e Cardoso e Faletto (1969, 1979), que observando uma deteriorização das relações de trocas comerciais entre países capitalistas ricos e nações pobres, nos anos do pós-guerra concluíram que as nações em desenvolvimento foram forçadas à dependência econômica pelas condições estruturais ditadas por países capitalistas poderosos.” MASSEY ET AL, 1998, p.34 –tradução livre dos autores)

Num contexto um pouco diferente, a “Teoria do Mercado Dual de Trabalho” entende que a migração internacional é causada por uma demanda permanente de trabalhadores migrantes, inerentes à estrutura econômica das nações desenvolvidas. Os principais determinantes dessa demanda são: i) a inflação estrutural²; e ii) o dualismo econômico³.

² A discussão sobre a Inflação Estrutural teve origem nas teorias desenvolvimentistas ligadas ao pensamento cepalino dos anos 1960, esta corrente, liderada por Raul Prebisch, buscava explicar as variações dos preços a nível de comércio internacional entre centro e periferia. Os chamados estruturalistas consideram que a inflação se apóia em fatores associados com as características das relações comerciais, também chamadas de relações de troca.

³ Mesmo na economia de países centrais subsistem setores ligados 'economia formal (moderno) e a economia informal (tradicional)

Esta teoria argumenta que a migração internacional depende da demanda por mão-de-obra, intrínseca às sociedades modernas industriais. Essas sociedades, na visão de Piore (1979), permanentemente demandam mão-de-obra estrangeira. Neste caso, os fluxos internacionais de migrantes não seriam causados pelos fatores de expulsão dos países de origem e sim, pelos fatores de atração dos países receptores de imigrantes.

O primeiro ponto a considerar seria a variável “status social”. Esta variável tem grande representatividade, uma vez que as variações salariais não ocorrem apenas pelas oscilações entre oferta e demanda de trabalho. Neste sentido, os empregadores optam por buscarem a importação de trabalhadores ao invés da utilização da mão de obra local, como uma solução fácil e barata, uma vez que os imigrantes não se importam com baixos salários, nem em executar atividades de baixa qualificação. Não há implicações para o status e prestígio.

Ainda tendo em conta o parágrafo anterior o mercado se divide em dois setores: primário e secundário. Aos trabalhadores locais fica reservado o setor primário, com salários melhores, com maior segurança de emprego e com perspectivas de melhoria profissional. Já no setor secundário, a demanda é ocupada por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, que aceitam baixos salários, as condições instáveis e a falta de expectativas de melhoria social.

Neste sentido, englobariam aqui as políticas de imigração, envolvendo incentivos e práticas de recrutamento desenvolvidas por governos dos países “desenvolvidos” para atender aos interesses de ambos, ou seja, dos empregadores e dos trabalhadores.

Neste momento, vale ilustrar com o Programa Braceros no ano de 1942. Instituído pelos governos de Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e Manuel Camacho, do México, este programa absorveu cerca de cinco milhões de mexicanos nos campos agrícolas dos Estados Unidos, que tiveram uma alternativa para a condição de pobreza na região de origem. Eles se inscreveram como “trabalhadores braçais”, foram humilhados e até perseguidos por grupos extremistas. O programa teve continuidade até a década de 1960..

Neste mesmo molde, durante a década de 1960, houve na Europa o Programa Gastarbeiter. A Alemanha através de um acordo com vários países, dentre eles: Itália (1955), Grécia (1960), Turquia (1961), Portugal (1964) e Jugoslávia (1968). Convidou trabalhadores para suprir a demanda por mão de obra do pós-guerra, conhecido como “milagre alemão”. Estes trabalhadores eram absorvidos, sobretudo nas atividades ligadas à mineração, siderurgia, indústria automobilística e construção civil.

No período entre as décadas de 1960 e 1970, também se percebe a penetração das relações capitalistas em direção às sociedades socialistas ou pré-capitalistas, que contribuíram para a mobilidade populacional. Guiados pelo desejo de maiores benefícios e maior riqueza, proprietários e gerentes de firmas capitalistas em países chaves entram em nações pobres, na periferia da economia mundial em busca de terra, matérias-primas, trabalho e mercados consumidores. (MASSEY ET AL, 1998)

Assim, surge a Teoria dos Sistemas Mundiais na década de 1970 que tem seu fundamento baseado na teoria política marxista.

Esta se aproxima da visão histórico-estrutural e enfatiza a distribuição desigual do poder econômico e político na economia mundial. Neste caso, a migração é vista como um mecanismo que permite mobilizar mão-de-obra barata, de forma a garantir a relação capital-trabalho nos países de destino em detrimento dos países de origem.

A diferença substancial entre a Teoria dos Sistemas Mundiais e a Teoria Neoclássica é que enquanto esta última situa o indivíduo como centro de toda decisão migratória, fundamentando-se numa decisão voluntária; a primeira, afirma que o indivíduo é induzido pelo sistema capitalista, se não obrigado a se mobilizar para as áreas de maior concentração de capital (Castles; Miller, 1998).

De acordo com Portes *apud* Soares (2002), os movimentos populacionais recentes apoiam-se na difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da influência cultural dos países de destino sobre os de origem (o modo de vida americano conforma hoje como um padrão global) e na ampliação das expectativas de consumo até as áreas remotas do planeta. A penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura socioeconômica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema econômico global. Portanto, a Teoria dos Sistemas Mundiais traz a luz à necessidade de tratar a migração internacional mais recente como parte de um sistema mais amplo que articula os países de origem e destino dos fluxos. Sendo assim, é preciso compreender as diferentes formas de incorporação dos países ao sistema global, pois a penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura socioeconômica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema econômico global.

Segundo Marques (2009), pesquisando o fluxo Brasil-Paraguai, identificou a Teoria dos Sistemas Mundiais como a mais próxima para explicar o fenômeno entre estes dois países. As migrações de brasileiros para o Paraguai são entendidas por diversos autores como desdobramentos de políticas econômicas e de ações geopolíticas dos governos de ambos os países. O retorno de milhares de brasileiros do Paraguai, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, também pode ser compreendido dentro dessa lógica.

As teorias, acima descritas, buscam explicar as causas dos fluxos migratórios. Além dessas, outras analisam fatores ligados à continuidade e permanência de tais movimentos.

Segundo Massey (1998), os fatores que desencadeiam as migrações internacionais são um pouco diferentes dos fatores responsáveis pela sua perpetuação no tempo e no espaço.

Surgem, então, as Teorias das Redes Sociais, preconizando que as unidades efetivas de migração não são nem indivíduos nem famílias, mas sim, o conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho.

Ao passo que transformações estruturais nas sociedades de origem e de destino respondem pelo início dos fluxos migratórios internacionais, as redes sociais conferem a tais fluxos estabilidade, transformando-os em movimento de massa. As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele, e no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. (Massey et al, 1998)

E diz que:

“A migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos”. (MASSEY ET AL, 1998 p. 42 tradução livre dos autores)

Soares (2002), analisou a realidade migratória de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, cidade destaque referindo-se a emigração brasileira, e observou a aplicação da teoria das redes sociais, como causa principal deste fluxo populacional e seus determinantes para a permanência ou não.

Alguns dos primeiros imigrantes brasileiros nos EUA vieram de Governador Valadares, Em 1985, esta cidade contava com 230 mil habitantes, sendo que, aproximadamente, 15% da sua população residia no exterior, a maioria nos EUA. (SOARES, 1995).

Assim, Soares (2002) nota que a rede pessoal formada por parentes e amigos e as agências de turismo (intermediários) são aspectos relevantes para a decisão de emigrar, bem como a escolha do país de destino.

Uma vez que um fluxo de migração esteja em ação, como uma bola de neve, ele traz famílias e amigos adicionais mesmo sob circunstâncias menos favoráveis. À medida que uma rede de imigrantes cresce, o fluxo migratório entre dois países se torna “progressivamente independente dos fatores que originalmente o causaram, sejam eles estruturais ou individuais” (MASSEY et al., 1998 p. 42 – tradução livre dos autores). Em outras palavras, tais correntes migratórias parecem adquirir uma vida própria devido ao desejo contínuo de se juntar à família e aos amigos que moram no exterior. Além disso, com a rede, há a perspectiva de redução de custos da migração. Tais redes desempenham um papel crítico na disseminação de informação sobre o processo migratório, influenciando a decisão de migrar. Nas palavras do sociólogo Douglas Massey:

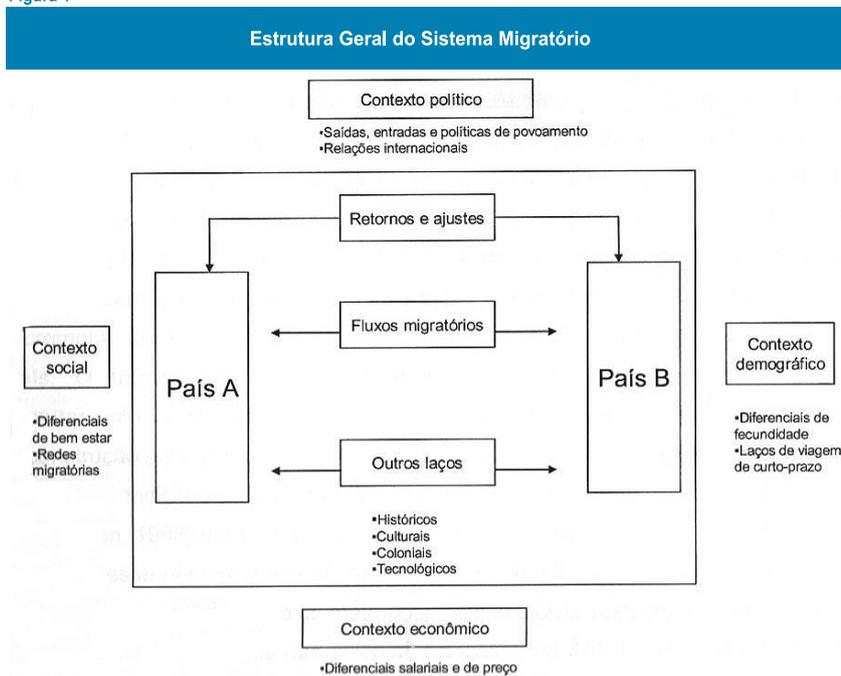
“Todo novo imigrante reduz o custo e o risco da migração para um grupo de amigos e parentes no local de origem e, com os custos reduzidos, algumas dessas pessoas são induzidas a migrar, o que expande adiante o grupo de pessoas com vínculos no exterior.” (MASSEY ET AL., 1998 p.43 – tradução livre dos autores)

Esta teoria aceita a idéia de que a migração internacional é uma decisão individual ou da família, mas discorda que exista uma forte correlação entre os diferenciais salariais, as taxas de emprego e os fluxos migratórios internacionais. A questão é que qualquer que sejam os efeitos dessas variáveis na promoção ou inibição dos fluxos, eles serão encobertos pela queda dos custos e dos riscos de migrar, ocasionada pelo desenvolvimento das redes sociais.

Tentando esclarecer o parágrafo anterior, de acordo com Rezende (2008), um sistema de migração é um conjunto de componentes e vetores que podem estar vinculados diretamente ou não. Os componentes são indivíduos e grupos que integram um sistema. Os vetores são os vínculos que se formam ao longo do movimento, cujas medidas estão diretamente relacionadas às medidas de fluxos.

A Figura 1 demonstra a estrutura geral de um sistema de migração. Com todas as interações possíveis, inclusive os fluxos de retorno.

Figura 1



Neste diagrama, percebe-se que há vários contextos capazes de interferir na decisão de migrar: contextos econômicos, demográficos, sociais e políticos, que podem afetar o ambiente como um todo. Os países de origem e destino estabelecem e fortalecem fluxos entre si, de pessoas, de divisas e também de aspectos históricos, culturais, coloniais e tecnológicos.

Os laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e de relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos pré-determinados. (Massey, 1998)

Para Soares (2002), as redes sociais representam as manifestações das redes pessoais e são apontadas como:

- I. Causas ou intensificadoras dos fluxos migratórios - as pessoas migram por causa do suporte dado por redes pessoais;
- II. Responsáveis pela manutenção dos vínculos entre origem e destino, pela orientação que os fluxos assumem pela circulação de recursos materiais e simbólicos etc.

Soares (2002) aponta que a Análise das Redes Sociais (ARS) estabelece uma ponte entre as formulações estruturalistas (objetivista) e interacionista (subjetivista) e dedica atenção aos mecanismos de mudança, que são os efeitos emergentes. Entende que as alternativas de ação dos atores são socialmente estruturadas, porém aceita que a posição estrutural de um ator em determinada rede pode mudar e, com isso, dependendo das interações entre os demais atores resultantes dessa mudança de posição estrutural, a rede está sujeita a alteração.

Diante deste breve relato e reflexão sobre as teorias existentes que tentam explicar as causas da migração e conseqüentemente, a continuidade dos fluxos, pode-se dizer que não há somente um marco teórico capaz de gerar todo o embasamento para um movimento transnacional.

Todas as teorias possuem ideais válidas, que se adaptam a determinado momento e fluxo, porém não podem ser consideradas em sua totalidade, ou seja, estas devem ser adaptadas e revisadas periodicamente, enfatizando o cenário unificado em que vivemos, de natureza global.

Massey et al (1998), diz que a migração humana é embasada em condições históricas e específicas que definem um contexto econômico social. Modelos históricos, em caráter generalista, composto por leis imutáveis e regulamentos ultrapassados não são muito úteis na tentativa de entendimento para movimentos internacionais. Além disso, cita que mesmo com o passar dos anos, numa realidade diferente da era industrial, o pensamento científico sobre migração internacional permaneceu atolado no passado.

Os autores defendem que a chave para o novo entendimento é considerar o princípio de que as decisões não são tomadas por fatores individuais isolados. E assim, sugerem oito hipóteses e proposições, que são contrárias à teoria neoclássica:

1. As unidades apropriadas para a análise da pesquisa sobre migração são as definidas como “unidades de produção”, formadas por família e agregados.
2. Um diferencial salarial não é condição necessária para a migração internacional ocorrer. Outras pessoas “próximas” podem ter fortes incentivos para diversificar riscos ou acumular capital através do movimento transnacional mesmo na ausência de diferenças salariais.
3. Migração internacional e ocupação local ou produção local não são, mutuamente, possibilidades exclusivas. Realmente, existem fortes incentivos para agregados se engajarem não só na migração como nas atividades locais. Um aumento no retorno às atividades econômicas locais pode já aumentar a atratividade da migração como

um meio de superar o capital e risco adquirido no investimento daquelas atividades. Portanto, o desenvolvimento econômico nos países emissores não precisa reduzir as pressões da migração internacional e sim, podem intensificá-lo.

4. Movimentos internacionais não findam quando as diferenças salariais tenham sido eliminadas entre diferentes mercados de trabalho nacionais. Incentivos para a migração continuarão a existir se outros mercados nos países emissores estão insuficientes, imperfeitos ou em desequilíbrio.
5. A mesma expectativa de ganho em receita pode não ter o mesmo efeito diante a possibilidade de migração dos agregados localizados em diferentes pontos na distribuição da receita, ou mesmo nos agregados com receitas iguais, porém localizadas em comunidades com diferentes distribuições de receita.
6. Governos podem influenciar as taxas migratórias não somente através de políticas que influenciam mercados de trabalho, mas também através daqueles que compartilham mercados seguros, mercados de capital, mercados de crédito ao consumidor, e mercados futuros. Programas de seguros governamentais, particularmente seguro desemprego, aposentadoria, e programas de empréstimos, podem significativamente afetar os incentivos para o movimento internacional.
7. Mudanças Político-governamentais e econômicas que formatam a distribuição de receita mudarão a relativa perda de alguns agregados e então alteram seus incentivos para a migração.
8. Mudanças Político-governamentais e econômicas que afetam a distribuição de receita influenciarão a migração internacional independentemente de seus efeitos numa receita média. De fato, políticas governamentais, que produzem melhor receita média nas áreas emissoras de migrantes, podem aumentar a migração caso os agregados pobres não compartilhem o ganho de renda. Inversamente, políticas podem reduzir a migração se relativamente, os agregados ricos não compartilhem no ganhos de renda.

As redes sociais possuem um papel importantíssimo e muitas vezes, tornam-se fator motivacional, que podem complementar qualquer idéia defendida pelas teorias, pois alcançam um caráter subjetivo, em muitos casos. Portanto, é válido destacar os fatores estruturais que determinam o surgimento e os desdobramentos dos fluxos migratórios. A primeira mola propulsora seria a sócio-econômica, determinada pelo processo de acumulação de capital e depois, as condições, digamos, subjetivas.

Para Marques (2009), as estruturas políticas, econômicas e os vínculos histórico-culturais entre os países definem e contribuem para a coerência de um sistema de migração internacional, mas não dão conta de explicar porque a propensão a migrar de algumas pessoas é maior que de outras. O mesmo raciocínio acontece com a idéia do retorno.

Como alertado por Lee (1980) “ os imigrantes de retorno enfrentam a necessidade de saltar duas vezes uma série de obstáculos desalentadores”. A idéia de volta ao lar está sempre presente como lembra Sayad (2000). Os fatores que impulsionam esta nova migração podem ser encontrados no sentimento de missão cumprida (os objetivos estabelecidos ao migrar foram atingidos) ou na frustração e dificuldades que se tornaram intransponíveis no local de destino e ao menor “estímulo”, (o desemprego ou doença de um próximo no país de origem) tem-se início o processo de retorno.

É incontestável que todos os tipos de movimentos populacionais contemporâneos sejam produto de influências da modernidade e da globalização. No entanto, vale ressaltar que cada sistema migratório possui suas características específicas. Os indivíduos e grupos envolvidos possuem uma variedade de motivações e se deslocam sob diferentes condições.

Migrar, ganhar dinheiro no país de destino, retornar e investir para melhorar sua condição social, ou até mesmo uma posição sócio-econômica que estava perdendo é o projeto da grande maioria dos emigrantes. Ter na migração uma forma de “queimar etapas” de um processo longo de acesso social e econômica é visto como uma grande oportunidade, talvez única, na vida.

Porém, se uma crise na origem é um dos componentes do crescimento do fluxo de saída, uma crise no destino também provoca um retorno mais intenso. (SIQUEIRA, 2009).

“[...] não compensava mais ficar, já não estava conseguindo pagar o aluguel e ter alimentação decente para minha família, o melhor era aproveitar que ainda tinha condição de comprar a passagem [...] tem muito brasileiro querendo voltar e não tem dinheiro da passagem.”⁴

“Vendi minha casa por cem mil dólares, coloquei tudo que tinha em um container e cheguei aqui com meus filhos e minha mulher. Estou feliz porque consegui realizar em 18 anos o que não conseguiria se tivesse ficado. [...] Todo mundo dizia que eu era louco de vir, que ia me arrepender, mas era meu sonho, voltar para minha cidade.” “Estou desesperado [...], aqui é tudo muito caro [...] não sei o que fazer, o meu dinheiro está indo embora e eu não sei o que fazer. Tenho medo de perder tudo [...] Aqui, a vida é mais tranquila mas, como ficar?”⁵

Em relação ao futuro, devem-se considerar vários aspectos que contribuem para desestimular a continuação deste fluxo de imigrantes, dentre eles vale destacar a ampliação da comunidade europeia que impacta no aumento da oferta de mão de obra em situação regular, as diferenças salariais em relação a países vizinhos, no caso de Portugal seria a Espanha e, não menos importante, a ampliação às restrições a entrada de brasileiros na Europa⁶. Todos estes fatores, ao lado da recente crise mundial e da melhoria das condições econômicas do Brasil, certamente irão contribuir para a revisão de expectativas quanto ao retorno. São indícios claros de que o este fluxo tende a aumentar. No entanto, a idéia de uma nova migração, após o retorno ao Brasil, já é fato comumente observado junto aos retornados. Portanto, indica para a existência de um novo fenômeno, a “Circularidade”. Os depoimentos a seguir demonstram esta realidade.

“Vim sabendo que é difícil arranjar emprego aqui. A gente só consegue emprego merreca [...] fico mais um mês para matar a saudade e vou para Portugal [...] tenho amigos lá.”⁷ “Fui em 2001 e retornei em 2004. Tenho 57 anos e não consigo emprego nem como balconista. Lá, era faxineira e ensinava português na igreja. Tinha o que fazer. Meu sonho é voltar [...] só estou esperando meu marido acabar de tratar a saúde.”⁸

Diante dessa realidade, existem os dois perfis de emigrantes retornados: aqueles que alcançaram seu objetivo de ganhar dinheiro e melhorar seu padrão de vida no Brasil, com sentimento de sucesso; e aqueles que não programaram sua volta, pois não conseguiram manter seu padrão de vida perante a crise e volta com sentimento de frustração e fracasso.

⁴ Depoimento de um brasileiro que migrou para os EUA e retornou para Governador Valadares/MG, publicado em Siqueira (2009).

⁵ Depoimento de um brasileiro que migrou para os EUA e retornou para Governador Valadares/MG em dois momentos, o primeiro em dez/05 e o segundo em fev/06; publicado em Siqueira (2009).

⁶ Só em Portugal em 2006 1.749 brasileiros tiveram recusada a entrada no território português, isto representou 48,6% do total de recusas aplicada pelas autoridades naquele ano. Entre os estrangeiros investigados em perquirições policiais, 16,4% eram brasileiros e destes 2508 estavam em situação irregular o que representam 31,7% do total de irregulares questionados pela polícia portuguesa (SEF-2006).

⁷ Depoimento de um brasileiro que migrou para os EUA e retornou a Governador Valadares/MG, publicado em Siqueira(2009).

⁸ Depoimento de uma brasileira que migrou para os EUA e retornou a Poços de Caldas/MG, colhido durante o processo de levantamento de dados da presente pesquisa.

Os dois perfis enfrentam dificuldades de readaptação. De acordo com Sayad (2000), durante o tempo de afastamento, reconstruíram as imagens, os sentimentos e as sensações de modo idealizado, marcado pela saudade, e ao reencontrarem esses espaços e pessoas, sentem um estranhamento, um sentimento de não pertencimento.

O “trabalho” se mostra como um caminho á re-inserção na sociedade. No entanto, de acordo com a pesquisa realizada por Nunan (2006), o mercado de trabalho formal, analisado sob o ponto de vista de grandes empresas, não reconhece qualquer experiência vivida no exterior como fator de empregabilidade. Paralelo a esta situação, muitos retornados se aventuram no empreendedorismo, sem qualquer preparação para se tornar proprietário e sem mesmo conhecer o mercado de atuação. Esse fato também foi constatado na pesquisa de campo, que será tratado mais adiante.

Com o passar do tempo, alguns conseguem superar e readaptar-se à nova realidade, e outros, optam por uma nova migração, o que nem sempre significa voltar para o mesmo país de antes. Novamente, a idéia da “Circularidade”.

Corroborando com a idéia, Siqueira (2009) afirma que o retorno é marcado pela incerteza, mesmo entre os que têm investimentos que possibilitem uma renda razoável no Brasil, pois afirmam que nunca poderão ter aqui o que tinham lá, mesmo estando confiantes de que a economia brasileira passará bem pela crise.

Os reflexos desta nova realidade já são visíveis no Brasil. Entre os períodos de 1986-1991 e 1995-2000, o número de estrangeiros que imigraram para o Brasil aumentou em 57%, enquanto o de retornados cresceu em 181%. A maior contribuição do retorno foi representada pelos oriundos do Japão. Estima-se que o número de brasileiros vivendo naquele país era, no momento mais favorável, da ordem de 320 mil pessoas, a chegada da crise, em 2008, teria contribuído para o retorno de mais de 50 mil deles.. (MRE, 2008)

III) Pesquisa

III.A) Metodologia

A migração, dependendo da área estudada, é um evento raro que atinge determinados sub-grupos populacionais. Salvo em situações extremas, mesmo um levantamento sistemático não produz os resultados desejados e, em muitos casos, é de orçamento proibitivo. Um levantamento domiciliar quando não se conhece a extensão completa do fenômeno a ser estudado, não pode ser colocado em prática, salvo no caso de trabalhos de cunho censitário. Por conta da situação específica da migração internacional nas áreas escolhida para o estudo - Poços de Caldas e Teófilo Otoni – optou-se por aplica a metodologia “bola de neve”, com suas adaptações (SALGANIK, HECKATHORN, 2004), e experiências na sua utilização no caso de imigrantes brasileiros (SALES,1999; MARTES,1999; MARTES,2005). Nesta técnica, escolhe-se inicialmente um grupo aleatório de entrevistados que, ao final da entrevista, identificam outros elementos que pertençam à população-alvo de interesse. Esse processo pode ser executado em ondas sucessivas, obtendo-se referências ou informações a partir do próprio entrevistado.

Nas cidades visitadas, como não havia a possibilidade de se fazer uma pesquisa domiciliar, optou-se por trabalhar diretamente na área comercial, de forma a identificar os possíveis imigrantes retornados ou mesmo obter informações que permitissem localizá-los. Utilizando alguma indicação sobre a área comercial de cada cidade (mapas, levantamento prévio dos locais) os pesquisadores eram distribuídos nas diversas ruas e cumpriam um roteiro previamente definido, de forma a evitar sobreposições. Em cada estabelecimento comercial, eles procuravam imigrantes de retorno ou indicações sobre local de trabalho ou residência de algum possível entrevistado. Ao final de cada dia as informações recolhidas sobre estes possíveis imigrantes eram repassadas a um membro da equipe que, no dia seguinte, faria os contatos para agendar entrevistas.

Com base no número de moradores de cada região - Teófilo Otoni e Poços de Caldas – e considerando a incidência máxima possível de imigrantes como a observada para a cidade de Governador Valadares, de 15% da população total (Soares-2002), definiu-se o tamanho da amostra para as duas regiões. Foram realizadas 324 entrevistas, sendo 194 na região de Poços de Caldas, a mais populosa, e 130 na região de Teófilo Otoni. Importante salientar que, além das cidades de Poços de Caldas e Teófilo Otoni, em cada uma das regiões foi também pesquisada uma cidade próxima ao município principal onde a incidência de imigrantes era bem elevada. No caso de Poços de Caldas considerou-se também a cidade de Botelhos e no caso de Teófilo Otoni a cidade de Pote.

O universo pesquisado era formado pelos imigrantes que retornaram ao Brasil após o ano 2000, independente da data de saída do país. Optou-se por considerar na amostra as pessoas maiores de 18 anos que exerceram alguma atividade remunerada durante a sua estadia no exterior.

Ao lado dos levantamentos de campo, buscou-se conhecer a visão das autoridades locais sobre o retorno dos imigrantes. Nas cidades pesquisadas foram entrevistados prefeitos, secretários municipais, membros do poder legislativo, radialistas, diretores de ONGs e representações classistas.

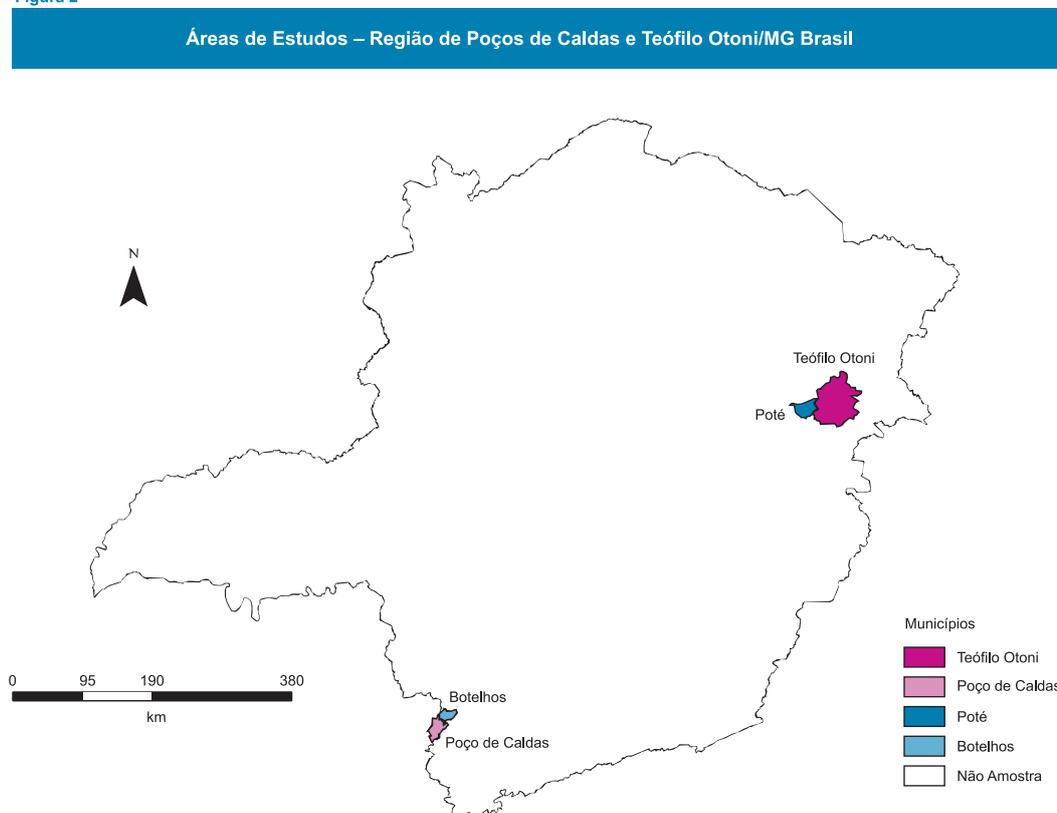
Para a coleta das informações foi elaborado um questionário composto de 59 questões, divididas em três blocos de perguntas, assim distribuídos: primeiro bloco: Identificação do entrevistado; segundo bloco: o processo migratório; terceiro bloco: avaliação sobre a experiência migratória. No caso do imigrante ter feito mais de uma migração, cada etapa era anotada, começando-se pela mais recente. O tempo de entrevista variava de 40 minutos a 1:30 hora dependendo do número de deslocamentos internacionais realizados pelo entrevistado.

A pesquisa foi realizada no período de maio a julho de 2009. De maio a junho, visitas às duas regiões permitiram fazer o levantamento de ONG's que trabalhavam com imigrantes e os contatos com as autoridades locais. As entrevistas com os imigrantes foram realizadas no mês de julho, primeiro na região de Poços de Caldas e depois na região de Teófilo Otoni.

III.B) Área de Estudo

O mapa a seguir indica a localização das duas regiões no Estado de Minas Gerais, a região de Poços de Caldas no sul e a de Teófilo Otoni no nordeste.

Figura 2



Fonte: Kritz e Zlotnik apud Marques (2009)

A região de Poços de Caldas situa-se acerca de quinhentos quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte. A cidade principal da região, Poços de Caldas, segundo a estimativa da contagem da população em 2009, tinha um contingente populacional de 151.449 habitantes. Este dado confirma uma tendência observada desde a década de 1990: de um aumento populacional. A outra cidade, Botelhos, na mesma região e a 30 Km de Poços de Caldas, tinha em 2009, aproximadamente, 14.000, volume este constante a alguns anos.

O incremento populacional na primeira cidade está ligado à intensificação das atividades associadas ao processo de fabricação do alumínio na região a partir dos anos 90. Tal atividade abriu um número elevado de postos de trabalho.

A renda per capita média do município central na região, a cidade de Poços de Caldas, cresceu 47,5%, passando de R\$ 295,24 em 1991 para R\$ 435,56 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 38,3%, passando de 14,5% em 1991 para 9,0% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,56 em 2000.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Poços de Caldas cresceu 8,10%, passando de 0,778 em 1991 para 0,841 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Longevidade, com 9,7%, seguida pela Renda, com 9,0% e pela Educação, com 5,9%.

A região de Teófilo Otoni está a 485 quilômetros da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. A última contagem da população realizada pelo IBGE em 2009 estimou uma população de 130.517 pessoas residindo em Teófilo Otoni. Este dado confirma uma tendência observada no município desde a década de 1990: a diminuição do tamanho da população total. A outra cidade pesquisada na região, Pote, distante 38 Km de Teófilo Otoni, tinha, em 2009, 14.000 habitantes e apresentava também tendência de declínio populacional.

A População Economicamente Ativa (PEA) do município de Teófilo Otoni distribui-se da seguinte forma: 34.883 pessoas do sexo masculino, que representam 58,7% da população economicamente ativa, e 24.539 pessoas do sexo feminino, que representam 41,3% da população economicamente ativa.

A população não economicamente ativa (NPEA) é constituída de 15.211 pessoas do sexo masculino que representam 32,9% desta população e 31.027 pessoas do sexo feminino, que representam 67,1% da NPEA. Portanto, no município de Teófilo Otoni as mulheres têm maior participação na população não economicamente ativa, o que retrata a falta de oportunidades da economia local em absorvê-las.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Teófilo Otoni cresceu 13,9%, passando de 0,651 em 1991 para 0,742 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Longevidade, com 16,6%, seguida pela Educação, com 15,9%, e pela Renda, com 8,8%.

III.C) Análise dos resultados

III.C1) Resultados gerais

Apesar do trabalho ser desenvolvido em duas regiões distintas, as análises dos resultados serão feitas considerando, na maioria dos casos, o conjunto de todos os entrevistados. Duas razões levam a isso, em primeiro lugar o pequeno efetivo dos entrevistados que, se considerados nas suas respectivas regiões podem levar a distorções nas análises. Em segundo lugar, salvo em alguns aspectos, apesar das diferenças regionais, não há divergências marcantes entre os entrevistados segundo o local de moradia. Tudo indica que a migração acontece para um público com padrão de vida semelhante e que buscam as mesmas coisas.

Dentre os entrevistados, 65,1% eram do sexo masculino e 34,9% do sexo feminino. Diversos trabalhos têm apontado para uma crescente feminização da migração internacional (Martes-2000, Sales-1999, Siqueira – 2007, Zlotnik-2003), no entanto em se tratando dos retornados é um pouco difícil se ter uma referência sobre a distribuição por sexo destes imigrantes. A possibilidade de maior permanência das mulheres no local de destino, via a manutenção do seu trabalho em um momento de crise, em comparação as dificuldades encontradas pelos homens pode ser um dos fatores que indique o maior número de imigrantes do sexo masculino entre os retornados.⁹

⁹ Importante lembrar que este maior número de homens na amostra pode estar ligado à metodologia utilizada nos levantamentos. No entanto, não há indicações conclusivas de que o mesmo processo de feminização que ocorre na emigração está se repetindo no retorno.

Em sua maioria os entrevistados nasceram nas cidades onde foram realizados os levantamentos. É interessante observar que, dentre os entrevistados, aproximadamente 94,4% deles declarou como último estado de residência o mesmo estado de nascimento e destes, 47% nunca tinham residido fora do município de nascimento, isto significa que, para este grupo, a primeira experiência migratória foi em outro país.

A distribuição dos entrevistados por idade mostra que além da maior participação masculina, há uma forte presença de pessoas no grupo etário 35 a 39 anos entre os homens e no grupo 30 a 39 anos entre as mulheres. Importante notar que, aproximadamente, 14% dos entrevistados está no grupo etário 50 anos ou mais.

Em relação ao estado civil dos entrevistados o quadro 1 indica que a maioria (52,2%) se declarou casado, seguidos pelos solteiros (32,4%), Considerando o conjunto dos que declaram vivendo junto e em união consensual (6,8%), a proporção dos vivendo em algum tipo de união fica próxima dos 60% dos entrevistados. Quando estes dados são comparados com o estado civil antes da migração observa-se que os solteiros é a maioria (48,5%), seguidos pelos casados (42,0%).

Tal resultado guarda certa coerência com o processo migratório que, como revelaram vários entrevistados, tinha por objetivo levantar recursos para a construção de uma vida melhor no local de origem. Veja o quadro 2.

Quadro 1

Entrevistados segundo Estado Civil no momento da entrevista (Poços de Caldas e Teófilo Otoni-2009)		
Estado Civil	Frequência	%
Solteiro	105	32,4
Casado	169	52,2
Separado / Divorciado	26	8,0
Viúvo	2	0,6
Vivendo junto / União consensual	22	6,8
Total	324	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Quadro 2

Entrevistados segundo o estado civil no momento da emigração (Poços de Caldas e Teófilo Otoni)		
Estado Civil	Frequência	%
Solteiro	157	48,5
Casado	136	42,0
Separado / Divorciado	16	4,9
Viúvo	3	0,9
Vivendo junto / União consensual	12	3,7
Total	324	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

O grau de instrução dos entrevistados mostra que 42,7% deles tinham o ensino médio completo. Valor este bem acima do estimado, 2000, para a população dos dois municípios em questão, aproximadamente 21% em Poços de Caldas e 12% em Teófilo Otoni¹⁰

Quando as informações sobre instrução são observadas por sexo, Quadro 3, as mulheres apresentam maior nível de instrução do que os homens. De facto, 73,4% das entrevistadas possuíam o nível médio completo ou mais (a soma do ensino médio completo, superior incompleto e superior completo) contra 54,6% dos homens. Importante notar que 16,8% das entrevistadas tinham nível superior, enquanto que somente 7,6% dos homens estavam nesta situação.

Quadro 3

Distribuição percentual dos entrevistados por sexo segundo Grau de Instrução (Poços de Caldas e Teófilo Otoni-2009)								
Sexo	Elementar incompleto	Elementar completo e fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Homens	1,4	18,0	17,0	9,0	40,4	6,6	7,6	100,0
Mulheres	1,8	10,6	8,0	6,2	46,9	9,7	16,8	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

A decisão de emigrar foi levantada por meio de questão que permitia mais de uma opção de resposta. Esta decisão de emigrar está, como mostra do quadro 4, relacionada diretamente à questão financeira, 32,8 dos entrevistados declararam ter tomado a decisão de partir para juntar dinheiro. A segunda causa mais citada foi a melhoria na condição de vida (20,5%), As razões de cunho pessoal ou familiar representaram juntas não mais do que 7,5% das respostas:

Quadro 4

Motivos da Saída segundo os Entrevistados (Poços de Caldas e Teófilo Otoni-2009)		
Motivo da saída	Frequência	%
Falta de trabalho	32	9,9
Buscar melhores oportunidades profissionais	77	23,8
Estudar	21	6,5
Razões familiares no Brasil	5	1,5
Familiares, amigos, conjugue no exterior	35	10,8
Juntar mais dinheiro	172	53,1
Melhor qualidade de vida	111	34,3
Outra razão	88	27,2

Fonte: Pesquisa de campo

¹⁰ Valor obtido no Atlas do Desenvolvimento Humano agregando informações sobre a instrução das pessoas com mais de 18 anos.

A decisão de emigrar foi em 71% dos casos tomada pelo entrevistado, sem compartilhá-la com outra pessoa. No entanto, é interessante observar que em, praticamente, 90% dos casos estas pessoas tinham algum conhecido no local para onde migrou, percentual este semelhante ao encontrado para o conjunto dos entrevistados. Este aspecto indica a clara importância da rede social como um fator indutor da migração, ainda mais se considerarmos o importante papel das relações familiares, indicadas por 52,5% dos pesquisados.

Os gastos para a viagem, incluindo a passagem, hospedagem e o dinheiro levado para gastar para maioria dos entrevistados (50,6%) era recurso próprio. Este investimento não corresponde unicamente aos gastos do entrevistado, mas em alguns casos incluía também os dispêndios dos acompanhantes, quando se tratava de uma família viajando junta. Estes valores chegaram em alguns casos a próximo de USD 15 000 00, no entanto o valor médio ficou próximo a USD 5.000,00.

Em termos da experiência migratória, 77% dos entrevistados fizeram uma única migração ao exterior e 13% tiveram duas experiências. Isto significa que na sua grande maioria estes imigrantes não se encaixam no perfil dos “transmigrantes” onde há uma tendência as transformar em “cidadão” dos dois países o de origem e o de destino.

Com base nas informações do quadro 5, pode-se afirmar que a duração mediana da migração ficou por volta de 4 anos de permanência no exterior. Importante notar que em 16,6% dos casos os imigrantes retornaram com um ano ou menos de permanência no exterior, demonstrando que para muitos, apesar da intenção de fixa residência no novo país, as condições de encontradas não favoreceram a concretização dos planos.

Quadro 5

Tempo de permanência no Exterior		
Tempo de permanência no exterior	Número de entrevistados	%
Até um ano	54	16,6
De 2 a 3 anos	84	25,9
De 4 a 5 anos	76	23,4
6 a 9 anos	75	23,1
10 anos e mais	35	11,0
Total	324	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

O Quadro 6 mostra o quadro comparativo das ocupações exercidas pelos entrevistados antes da migração, durante a residência no exterior e após o retorno. Comparando os três momentos, observa-se que no período anterior à migração as ocupações onde encontramos maior número de entrevistados são empregados do comércio (21,9%) e pequeno proprietários (17,95). Chama atenção também a proporção de não empregados (21,0%). As ocupações exercidas no país de destino foram concentradas na construção civil (29,9%) e em serviços autônomos (17,0%). No primeiro caso, as atividades eram exercidas exclusivamente pelos homens e no segundo caso era a ocupação de mais de 50% das mulheres que exerciam atividades de empregada doméstica ou “cuidadora” de idosos.

Quadro 6

Ocupação dos entrevistados no período anterior à migração, durante a estadia no exterior e no retorno – Poços de Caldas e Teófilo Otoni. 2009

Ocupação	Antes de Imigrar		Durante a migração		Retorno	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ocupação ligada à agricultura e a extração mineral	9	2,8	-	-	12	3,7
Ocupação ligada ao setor público	10	3,1	-	-	8	2,5
Ocupação ligada ao ensino médio, fundamental e outros	14	4,3	1	0,3	11	3,4
Ocupação ligada ao setor de serviços como autônomo	20	6,2	58	17,9	23	7,1
Ocupação manual de maior qualificação na construção civil	18	5,6	97	29,9	23	7,1
Ocupação manual de menor qualificação na construção civil	1	0,3	28	8,6	3	0,9
Ocupação ligada a prestação de serviços	16	4,9	27	8,3	22	6,8
Pequeno proprietário (comércio, construção civil e serviços)	58	17,9	4	1,2	35	10,8
Ocupação no comércio como empregado	71	21,9	59	18,2	63	19,4
Ocupação no comércio (supervisão e gerencia)	13	4,0	12	3,7	14	4,3
Ocupação no comércio como auxiliar – empregado			6	1,9		
Ocupação na indústria	3	0,9	15	4,6	8	2,5
Ocupação como assistente, auxiliar e estágio em prestação de serviços	18	5,6	11	3,4	22	6,8
Ocupação de nível superior	3	0,9	2	0,6	2	0,6
Não se aplica	68	21,0	2	0,6	78	24,1
Em Branco	2	0,6	3	0,9	-	-
Total	324	100,0	324	100,0	324	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Apesar de 65% dos entrevistados ter declarado que com a migração houve ganho para a sua vida profissional, não se vê isso em uma clara melhoria na ocupação ou mesmo na remuneração, que retrata os ganhos no trabalho realizado antes da migração e na atualidade após o retorno

Em relação à renda recebida no exterior, aproximadamente 90% dos entrevistados tiveram remuneração abaixo de USD 4.000,00 por mês, sendo que o salário médio, assim como o mediano, ficava por volta de USD 3.000,00 por mês. Dos entrevistados 13,9% declararam receber menos de USD 1.000,00, sendo que 70,0% das pessoas neste grupo eram do sexo feminino. Ao se considerar as pessoas que recebiam até USD 2.000,00 observa-se que 62,8% das mulheres que recebiam salário estavam neste grupo, enquanto só 34,4% dos homens estavam nesta situação. 48% dos entrevistados afirmaram que a jornada de trabalho no país de destino era de mais de 54 horas semanais, enquanto que após o retorno só 17,0% dos entrevistados encontra-se nesta condição.

Ao se levantar as razões para o retorno, como mostra o quadro 7, a situação de ter alcançado o que buscava foi indicada por 10,4% dos entrevistados, enquanto para a maioria (54,3%) as razões familiares é que contribuíram para o retorno. A crise mundial, cujos primeiros efeitos se faziam sentir quando da pesquisa de campo em julho de 2009, foi a justificativa apresentada por 9,4% dos entrevistados para o retorno

Quadro 7

Motivo do Retorno		
Motivos	Frequência	%
Em branco	1	0,3
Alcançou o que buscava	34	10,4
Família	176	54,3
Crise/Trabalho	30	9,4
Saúde	23	7,1
Outros	60	18,5
Total	324	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Apesar de todas as dificuldades encontradas, 93,8% dos entrevistados julga que a migração foi uma experiência válida para a sua vida. 70% avaliam que a migração foi um sucesso dentro do que tinha planejado, 1,5% considera a situação como um fracasso e o restante do grupo (28,5%) acha que em parte foi uma vitória e outra um fracasso.

Do total dos entrevistados, 30,6% pensa em voltar a imigrar e 51,5% recomendaria a um amigo seguir o mesmo trajeto que eles fizeram.

III.C2) Resultados dos retornados de Portugal e Estados Unidos

Quando se considera o país escolhido como destino, dois têm maior importância entre os entrevistados, os Estados Unidos (71,9% dos casos) e Portugal (16% dos casos). Considerando separadamente as regiões de Teófilo Otoni e Poços de Caldas, observa-se para a segunda que 80% dos pesquisados foram para os Estados Unidos e na primeira 60% se dirigiram a este país e 30% a Portugal. Este fato pode ser explicado pelos fortes laços que unem Poços de Caldas aos Estados Unidos, uma vez que a cidade mineira tem uma cidade irmã, Mount Vernon, no Estado de Nova Iorque, que conta com grande comunidade de poços-caldenses.

Quando se observa os emigrantes para estes dois países (Portugal e USA) em separado, 65,4% daqueles que se dirigiram para Portugal nunca haviam migrado antes e dos que foram para os USA 52,7% estavam na mesma situação. Este resultado, a parte a facilidade com o idioma em Portugal, pode indicar uma maior importância da rede social em favor do estímulo à emigração para o segundo país, pois no grupo dos que foram para os USA e imigravam pela 1ª vez, 94,3% tinham um contato naquele país, enquanto no caso de Portugal, isto acontecia com 82,4% dos emigrantes.

Em se tratando de algumas características dos emigrantes a maioria dos que foram para Portugal (53,8%) eram mulheres, enquanto que dos que se dirigiram para os USA a predominância era masculina (69,1%).

Em se tratando da instrução, grosso modo, não há uma diferença muito grande entre os emigrantes para Portugal e USA, no entanto 53,8% dos emigrantes para o primeiro país declararam ter completado o ensino médio, contra 41,7% dos que se dirigiram para os USA. No nível superior não há diferença palpável entre os entrevistados segundo a região de destino. Parte da explicação desta diferença deve ser creditada a maior presença de emigrantes do sexo feminino em Portugal uma vez que entre os entrevistados, as mulheres apresentaram maior nível de instrução do que os homens.

Em relação aos gastos com a viagem, 52,8% daqueles que se dirigiram aos USA gastaram mais de USD 3.000, enquanto os gastos indicados por aqueles que foram para Portugal ficaram entre USD 1.000 e USD 2000 para 30,8% dos emigrantes e entre USD 2001 e USD 3000 para 32,7% deles. Em resumo, agregando os que declararam gastos abaixo de USD 1.000, os custos de deslocamento de 73,1% dos que emigraram para Portugal foi menor do que USD 3000. Estas diferenças entre os dois destinos são facilmente explicadas pelos custos de um processo de migração irregular e clandestina que é o usual para os Estados Unidos.

Em relação a remuneração mensal recebida, 88,4% dos emigrantes que se dirigiram a Portugal recebiam até USD 2.000 por mês, sendo que 42,3% declararam não receber mais do que USD 1.000. No caso dos que emigraram para os USA, 30,5% recebiam até USD 2.000 por mês e 37,8% declararam receber mais de USD 3.000.

IV) Comentários Finais

O processo migratório, como já discutido, é complexo e não pode ser explicado por um só componente. Como lembra Sayad (2000) a migração é como uma doença que contagia e não aceita tratamento outro que o balsamo da saída do seu país para outra região. O retorno, como lembra o autor, é outro processo, ainda mais penoso ou mesmo a luz que busca um cego.

Os resultados do levantamento de campo mostraram que, nas regiões estudadas, há o entendimento arraigado na população de que a migração é a solução para todos os males, que vão desde a falta de dinheiro construção da casa própria e até mesmo como solução para problemas pessoais.

As redes sociais que foram construídas no passado dão hoje a garantia de que se encontrara um emprego, moradia e mesmo auxílio para resolver pequenos problemas do cotidiano. O conhecimento do idioma do país de destino não é empecilho para se conseguir um trabalho, 70% dos entrevistados não tinha nenhuma fluência em outro idioma além do português.

Quando este processo migratório é observado tendo em conta o país de destino, mesmo com o risco de alguma flutuação nos resultados por conta do reduzido efetivo, chama a atenção as diferenças entre aqueles que se digiram para Portugal e os que vão para o Estados Unidos. A predominância feminina dentre os que se destinam ao primeiro país e o mais elevado nível de instrução são alguns dos pontos marcantes. No entanto esta melhor posição na educação formal não vai se traduzir em uma melhor remuneração frente aqueles que saíram para os Estados Unidos. Importante lembrar que as entrevistas tiveram por foco os retornados e poderia haver uma seleção em termos da remuneração recebida, os que menos recebem estariam mais predispostos a fazer o processo de retorno frente as adversidades. No entanto, ficam indicações sobre a possibilidade de se explorar, no futuro, estes diferenciais entre países de destino.

As histórias de sucesso, assim como aquelas contadas pelos que estão no exterior dando conta das suas conquistas, são elementos preponderantes na construção do imaginário coletivo.

Mas as histórias não relatam só sucessos, percalço na utilização do dinheiro acumulado no exterior é a principal razão para a perda do capital acumulado. Pessoas antes na posição de empregados, sem nenhuma experiência no gerenciamento de negócios, acabam perdendo a poupança tão duramente acumulada no exterior e não encontram alternativa do que buscar uma nova migração.

Em resumo, a era de ouro da emigração chegou ao fim. Vários fatores para isso contribuíram, como a “construção” da fortaleza Europa com os alicerces fundados na xenofobia, as leis restritivas aos imigrantes nos Estados Unidos que criminalizam a migração irregular, antes um problema puramente administrativo. A crise econômica extinguindo postos de trabalho e reduzindo a capacidade produtiva de países que tinham na mão de obra imigrante a força de trabalho para a manutenção do crescimento econômico.

Do lado brasileiro, como um fator de atração, a resposta da nossa economia à crise econômica e os esforços que conduziram o país a uma posição invejável no cenário internacional têm colocado para aqueles que vivem no exterior o dilema de tudo deixar e enfrentar uma nova imigração, desta feita de retorno. Ao mesmo tempo, a busca por profissionais qualificados no mercado nacional norteadada pela agenda de investimentos em futuros projetos, não deixa sombra de dúvidas que o nosso país está entrando em uma nova fase migratória. Quem sabe em breve seremos um país de destino para imigrantes de países fronteiriços e também o refúgio para muitos brasileiros residentes no exterior, vítimas da crise internacional.

V) Bibliografia Consultada

- AMARAL, Rubem G. *Perfil da comunidade brasileira no exterior*. Brasília. 2005. Mimeo.
- ARANGO, Joaquín. *La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra . Migración y Desarrollo*, nº 012, octubre. 2003. Madrid
- ASSIS, Gláucia de Oliveira – *Estar aqui, estar lá.. o retorno dos emigrantes valadarenses ou a construção de uma identidade transnacional?* - Travessia: revista do imigrante, Centro de Estudos Migratórios-CEM, São Paulo maio-agosto/ 1995
- BAENINGER, ROSANA e FUSCO, Wilson – *Informações sobre migrações internacionais*. In International Migration – Fact Sheet-Brazil-CNPd – Trabalho apresentado na Regional Hearing for Américas- Global Commission on International Migration-GCIM – México City. 16 a 17 de maio de 2005.
- BERCOVICH, Alicia – *Integrando conceitos, classificações e conhecimento: a experiência do Censo 2000 no MERCOSUL* – IBGE – Rio de Janeiro -1998. <http://www.ibge.gov.br/censo/mercosur.shtm>)
- BOGUS, Lucia Maria M. – *Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar*. In Patarra, Neide L. Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo. São Paulo, FNUAP-1995.
- BRUNO, Sebastián F. *Cifras imaginárias de la inmigración limítrofe en la Argentina*. VII Jornada de Sociología. Buenos Aires. Novembro 2007.
- CABRAL, Maria Cláudia C. *Anteprojeto da “nova lei de estrangeiros* in Neto, Eduardo R. (org.) A População nas políticas públicas: gênero, geração e raça. CNPD; UNFPA – Brasília – 2006.
- CARVALHO, José Alberto M. MAGALHÃES, Marisa, V, GARCIA, Ricardo A. *Estimativa dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil: 1986/1991 e 1991/1996*. In Migrações Internacionais: contribuições para políticas Pp. 243-252. Brasília, CNPD – 2001
- CARVALHO, José Alberto M. *Migrações Internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido*. Seminário de Migração Internacional – Ministério da Previdência Social. Brasília, julho 2004.
- CARVALHO, José Alberto M. *O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 – uma tentativa de estimação*. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas. ABEP. Vol. 13 nº. 1 pp. 3-14, jan./jun.1996
- CASTILLO, Manuel Angel. *Migraciones el hemisferio: consecuencias y relaciones con la política social*. Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. (Série población y desarrollo)
- CASTLES, S. MILLER, M. *The age of migration: international population movements in the modern world*. London: Macmillan. 2009.336p.
- DUROSELLE, J-B. *Todo império perecerá*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- GOZA, Franklin. A imigração brasileira na América do Norte. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.9, n.1, p.65-82, 1992.
- HARRIS, John H.; TODARO, Michael P. *Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores*. In: MOURA, Hélio A de (Coord.). Migrações internas: textos escolhidos. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. p.173-210.

HOSBAWN, Erick. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* – 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 594p.

IBGE. Censo 2000.

JANNUZZI, Paulo M. *Migração e mobilidade social: migrantes no Mercado de trabalho paulista* – Editora Autores Associados - Campinas. 2000 p. 240.

LEE, Everet S. *A theory on migration*. Demography, v.3, n.1, p.47-57, 1966.

LEE, Everet S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A de (Coord.) *Migrações internas: textos escolhidos*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. p.211-244.

MARQUES, Denise. *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o Estudo de Caso dos brasileiros*. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, 154p.

MASSEY, D, ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, E. *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998.362p.

MARQUES, A. M. Denise. *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasileiros”*. 2009. 154p. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte.

MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. Editora Paz e terra: São Paulo, 2000.

MARTES, ANA Cristina Braga. *O compromisso do retorno: remessas de emigrantes brasileiros (relatório final)*. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2005 (mimeo)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasileiros no Mundo*. I Conferência sobre Comunidades Brasileiras no Exterior. Textos Acadêmicos. Vol. I e Vol. II e textos de apoio. Brasília, 2009 Disponível em <http://sistemas.mre.gov.br>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Perfil Migratório do Brasil*, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *World economy and social survey 2004: internacional migration*. Nova Iorque: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. *World Population Prospects: the 2004 revision*. New York: United Nations, 2005.2v (v.1)

NUNAN, C. *De Volta Para Casa: A Re-Inserção do Migrante Internacional Retornado no Mercado Formal de Trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

PELEGRINO, Adela. *La migration international em América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes*. Santiago do Chile: Celade/CEPAL, 2003. (Série Población y Desarrollo)

PELEGRINO, A. et al. *La migración internacional em América Latina*. Tendências y perfiles de los migrantes. In: Conferencia Hemisférica sobre migración internacional: derechos humanos y trata de personas, n35, 2002, Santiago- Chile. Anais. Disponível em www.cepal.org/publicaciones/sml/0/12270/icl1871-P.pdf. Acesso em 04/02/2010.

PIORE, M. J. *Birds of Passage: migrant labor in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

RAVESNTEIN, E. G. **As leis da migração**. In: MOURA, Hélio A. (Coord.) **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza, Etene, 1980. p.19-88.

ReCiMe – Manual da Pesquisa 1 – versão II – Trabalho de Campo (orientações, procedimentos, planilhas).

REZENDE, D. **Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo**. In: BRITO, F. BAENINGER, R. (org.) **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008, p.150-172.

REZENDE, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. 2005. 204p. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte.

REZENDE, Dimitri F. A. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. Tese de doutorado- CEDEPLAR/UFMG – Belo Horizonte – 2005.

RIOSMENA, Fernando e MASSEY, Douglas S. **Uma comparación de los determinantes de la migración de retorno de latinoamericanos em los Estados Unidos**. I Congresso da Associação Latino Americana de População-ALAP – Caxambu – 2004.

RIOS-NETO, Eduardo L.G. **Pobreza, Migrações e Pandemias**. Texto para discussão-301. CEDEPLAR/UFMG – Belo Horizonte. 2007.

ROSSI, Pedro Linhares. **Remessas de Imigrantes brasileiros em Portugal**. SOCIUS working papers – Universidade Técnica de Lisboa- Lisboa - 2004

ROSSINI, Rosa Ester. **Lugar para viver é aqui, lugar para sobreviver é lá: migração internacional do Brasil para o Japão**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, 23 a 27 de out.2004.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo, Cortez, 1999.

SALES, Teresa. **Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. 9(1) jan/jul – 1992

SALES, Teresa. **O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais**. In Patarra, Neide L. Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo. São Paulo, FNUAP-1995.

SALGANIK, Matthew. J. e HEKATHORN, Douglas D. **Sampling and estimation in hidden populations using respondent-drive sampling**. Sociological Methodology (34) 193-239 (2004).

SAYAD, Abdelmalek. **O Retono**, Travessia: revista do imigrante, número especial, Centro de Estudos Migratórios-CEM, São Paulo. 01/2000

SENADO FEDERAL- **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito(CPMI) "Emigração Ilegal"** – Brasília . 2005 (acesso em 12/03/2009 – <http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/CPI/Comissoes/EMIGRACAO/Relatorios/RF200601.rtf>)

SINGER, Paul. Migrações interna: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio A de (Coord.) **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. p.211-244.

SJAASTAD, Larry. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A de (Coord.) **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. p.115-144.

SALES, Teresa – Brasileiros longe de casa Editora Cortez, São Paulo – 1999.

SALGANIK, Matthew. J. e HEKATHORN, Douglas D. Sampling and estimation in hidden populations using respondent-drive sampling. *Sociological Methodology* (34) 193-239, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante**. Travessia, Ano 12, n. esp., p.7-32, Jan. 2000.

SEF – Serviço a Estrangeiros e Fronteira de Portugal , 2003-2006

SIQUEIRA, Sueli. **Emigração internacional e o retorno a terra natal: realizações e frustrações**. Anais do V Encontro Nacional sobre Migração – ABEP – Campinas – 2007.

SOARES, W. **Da metáfora à sustância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUCHAD, Sylvain Geografía de la migración brasileña en Paraguay. ADEPO/UNFPA Asunción - 2007

TÉCHIO, Kachia – **Imigrantes brasileiros não documentados: uma análise comparativa entre Lisboa e Madri**. Socius Working Papers n 1 Universidade Técnica de Lisboa – Lisboa –2006.

TODARO, Michael P. **A migração de mão-de-obra e o desemprego urbano em países em desenvolvimento**. In: MOURA, Hélio A . de (Coord.) **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: Etene, 1980. p.145-172.

VICENTE-Trinida – **La migración latinoamericana en España** - Atas de La Reunión de Expertos Migración Internacional y Desarrollo em América Latina y el Caribe. Ciudad de México – CEPAL - noviembre de 2005.

ZLOTNIK, Hania – **Théories sur les migrations internationales**. In Caselli, G, Vallin, J e Wunsch, G(org) Démographie : analyse et synthèse – Les determinants de la migration. Editions –INED – Paris- 2003.

Base de dados geográficos - GEOMINAS, 2000. Disponível em: <http://www.geominas.mg.gov.br/> (acesso em 13/08/2010)

Internet:

DATASUS - Base de dados demograficos (censos, 1980, 1990, 2000) disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206> (acesso em 14/08/2010)

IBGE - <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (acesso em 13/08/2010).



Lista dos artigos divulgados

Lista de artigos divulgados nos números 32 a 48 da Revista de Estudos Demográficos

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: **Maria Helena Santos; Maria Isabel Baptista; Sónia Cardoso; Susana Clemente**

Primeira Reflexão Sobre a Fecundidade, as Condições de Trabalho e as Políticas de Apoio à Maternidade Numa Perspectiva Regional, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: **Maria Luís Rocha Pinto; Maria Cristina Sousa Gomes**

Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005), in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autora: **Isabel Tiago de Oliveira**

O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações?, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: **Paula Santana; Cláudia Costa; Rita Santos; Adriana Loureiro**

Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: **Heloísa Perista**

Nos 15 anos da Plataforma de Pequim, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: **Maria do Céu da Cunha Rêgo**

A situação das mulheres no mundo: que progressos no caminho da igualdade 15 anos depois da Plataforma de Acção de Pequim?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: **Maria Regina Tavares da Silva**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

A situação económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: **Patrícia Pereira**

O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008), in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: **Isabel Tiago de Oliveira**

Impact of parental ages at childbearing on infant morbidity and mortality. An overview of epidemiologic and demographic evidence, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: **Catherine Gourbin and Guillaume Wunsch**

A População 15 anos após o Cairo, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: **Maria José Carrilho**

Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre. Territórios amplificadores do risco na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: **Helena Nogueira**

Pessoas Migrantes, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: **Maria do Céu da Cunha Rêgo**

Immigrant women's labour force participation. The cases of Italy and France, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autora: **Giovanna Tattolo**

Polarização Demográfica e Densificação Urbana no Município de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autor: **Eduardo Costa Duarte Ferreira**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autora: **Rosalina Costa**

The impact of different migratory scenarios in the demographic ageing in Portugal, 2009-2060, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autores: **Maria Magalhães e João Peixoto**

Vulnerabilidades do ambiente local – impactes no estado de saúde auto-avaliado da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autora: **Helena Nogueira**

Panorama das populações estrangeiras nos estados-membros da União Europeia (*composição por nacionalidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autor: **Humberto Moreira**

Padrões de Casamento entre os Imigrantes em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autoras: **Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos**

Estrutura do saldo migratório na Região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influência na dinâmica populacional, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autora: **Maria Filomena Mendes**

O Recasamento: Tendências Actuais, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autoras: **Ana Cristina Ferreira, Cristina Lobo, Isabel Tiago de Oliveira e Madalena Ramos**

União Europeia: um espaço partilhado por diferentes populações (*convivência das diversidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autor: **Humberto Moreira**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

A contribuição da imigração na natalidade: a experiência italiana, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autor: **Antonio Cortese**

Sinistralidade rodoviária: contextualização e análise, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autores: **Cunha, G.; Brito, B.; Leal, A.e Torgal, J.**

Comportamentos de Saúde de Adolescentes Migrantes e o Efeito Protector da Relação com os Avós, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: **Tania Gaspar e Margarida G. Matos**

Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: uma análise exploratória, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: **Maria José Carrilho e Maria Cidália Mesquita Figueiredo**

Seminário Homens e Mulheres em Portugal – Comentários Finais, 23 de Novembro 2005, in Revista de Estudos Demográficos nº41, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007

Autor: **Paulo Machado**

Fecundidade e Educação, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autora: **Isabel Tiago de Oliveira**

Envelhecimento crescente mas especialmente desigual, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: **Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

Estatísticas Demográficas – Acção desenvolvida no âmbito do Conselho Superior de Estatística, in Revista de Estudos Demográficos nº40, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007

Autor: **Humberto Moreira**

Dinâmicas escolares: um exemplo de análise transversal da escolarização em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: **Mário Leston Bandeira**

Liberdade de escolha, autonomia de escola e indicadores de desempenho “*If you don't have data, you're just another person with an opinion*” [Andreas Schleicher (OCDE)], in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: **Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo**

Mobilidade internacional no Ensino superior, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: **Humberto Moreira**

Educação e Formação: uma perspectiva de género, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: **Carla Silva**

A população feminina e as transições familiares através da demografia, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: **Piedade Lalanda**

Imigrantes de Leste em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autores: **Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis**

Emigração Portuguesa (*Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*), in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autor: **Humberto Moreira**

A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: **Maria dos Anjos Leitão de Campos**

Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: **Sónia Cardoso**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2006.

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981, in Revista de Estudos Demográficos nº38, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2006.

Autora: **Isabel Tiago de Oliveira**

Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autora: **Maria José Carrilho**

O Método de Lee-Carter para Previsão da Mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autora: **Edviges Coelho**

A contagem dos estrangeiros em 2001: algumas reflexões sobre os resultados recenseamento italiano da população, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autor: **Antonio Cortese**

Eurostat Population Projections 2004-based: main results from the Trend scenario, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005

Autor: **Giampaolo Lanzieri**

Projeções de Famílias para Portugal: que viabilidade?, in Revista de Estudos Demográficos nº37, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2005

Autora: **Sofia Leite**

O ESTADO DE SAÚDE DOS PORTUGUESES. Uma perspectiva espacial, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autores: **Paula Santana**

A mortalidade por tuberculose em Portugal, no período de 1985 a 2002 - I Parte, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Maria dos Anjos Leitão de Campos**

Tábuas de mortalidade em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

Caracterização da População Residente em Alojamentos não Clássicos, nos Censos de 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Cristina Gonçalves**

A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autores: **Jorge Mcacaísta Malheiros e Francisco Vala**

A tuberculose: concepção de um modelo econométrico para a taxa bruta de mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autor: **José Henrique Dias Gonçalves**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

Estimativas provisórias de população residente por estado civil, sexo e idades, Portugal, 2001-2003, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Sofia Leite**

Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: **Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho**

Movimentos Pendulares e Organização do Território Fronteiriço: Portugal 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autores: **INE Auditoria Ambiental e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes Habitação**

O país e a família através das crianças – ensaio exploratório, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: **Ana Nunes de Almeida e Isabel Margarida André**

Núcleos familiares monoparentais, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Maria da Graça Magalhães**

Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Sofia Leite**

Os encargos e as rendas das famílias com a habitação, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Maria dos Anjos Campos**

Padrões de consumo das famílias numerosas em Portugal - caracterização com base no inquérito aos orçamentos familiares, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: **Rute Cruz e Carla Machado**

Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: **Cristina Gonçalves**

Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador - algumas reflexões globais, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Teresa Rodrigues Veiga e Filipa de Castro Henriques**

Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991- 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: **João Ferrão**

Censos 2001 versus Recenseamento Eleitoral, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autores: **Fernando Simões Casimiro e Paula Paulino**

As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Cristina Gonçalves**

Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Maria da Graça Magalhães**

Evolução da pobreza e da desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: **Teresa Bago d'Uva e Paulo Parente**

Consistência entre os Censos 2001 e o Inquérito ao Emprego e entre os Censos e o respectivo Inquérito de Qualidade: uma análise comparativa, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: **Jorge Manuel Garcia Mexia Pinheiro**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Paula Paulino**

Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual: Três metodologias e a sua aplicação ao caso português, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.

Autor: **José Henrique Dias Gonçalves**

Os Conceitos de Família e Núcleo Familiar nos Recenseamentos da População em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autor: **Fernando Simões Casimiro**

Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Sofia Leite**

A actividade e inactividade económica nas famílias, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Maria dos Anjos Leitão de Campos**

Quem vive só em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003

Autora: **Maria da Graça Magalhães**

Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001, in Revista de Estudos demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Cristina Gonçalves**

A União de Facto em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: **Sofia Leite**

População Presente e População Residente segundo o Sexo e Idades através dos Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: **Sofia Leite**

Projeções de População Residente, Portugal, 2000/2050 - Que tendências de base para a construção de hipóteses?, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: **Maria da Graça Magalhães**

Projeção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: **Filipa Silva**

O Suicídio em Portugal nos Anos 90, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autoras: **Maria dos Anjos Campos e Sofia Leite**

A Mortalidade "evitável" em Portugal Continental, 1989 a 1993, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: **Paula Santana**

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº32, INE, Lisboa, 2002.

Autoras: **Maria José Carrilho e Lurdes Patrício**

Previsões demográficas para o ano 2002, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autor: **Departamento de Estatísticas Censitárias e de População**

O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autor: **Departamento de Estatísticas Censitárias e de População**

Estimativas mensais de população residente, segundo o sexo e por NUTS III - Aspectos Metodológicos, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autores: **Maria dos Anjos Leitão de Campos e Francisco Covas**



O número 48 da Revista de Estudos Demográficos (RED) divulga uma análise das características do espaço urbano, nas suas múltiplas dimensões, e as práticas de ordenamento e planeamento do território que podem afectar o bem-estar e a saúde das populações, avaliando, em particular, a influência na população do município da Amadora. Desenvolve um estudo sobre a evolução da mortalidade em Portugal, entre 1950 e 2005, focado nas perspectivas da concentração-rectangularização e da deslocação da mortalidade e que mede o efeito na dispersão da mortalidade através de tábuas com eliminação de causas de morte. Um exercício exploratório de análise aborda a problemática do declínio da fecundidade, a nível regional, na sua relação com as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade e evidencia a importância das variáveis socioeconómicas para a explicação do fenómeno. Apresenta, ainda, um estudo histórico da nupcialidade nas freguesias de Conceição-a-Nova e de Santos-o-Velho, ambas de Lisboa, durante o período de 1864 a 1890, o qual identifica duas formas diferenciadas de sistemas de acesso ao casamento, uma direccionada para os homens e outra para as mulheres. Finalmente, divulga a situação demográfica do país, com base em informação actualizada, destacando as mudanças mais relevantes e os factores que as determinam, sendo este um artigo sistemático no segundo semestre de cada ano.